

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Tese

**Entre a idealização do padrão de organização e a materialidade da estrutura:
como o processo de poder modelou o sistema mundial no século XXI**

Rodrigo Tarouco da Fonseca

Pelotas, 2025

Rodrigo Tarouco da Fonseca

**Entre a idealização do padrão de organização e a materialidade da estrutura:
como o processo de poder modelou o sistema mundial no século XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Doutor em sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Elaine Silveira Leite

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

F676e Fonseca, Rodrigo Tarouco da

Entre a idealização do padrão de organização e a materialidade da estrutura [recurso eletrônico] : como o processo de poder modelou o sistema mundial no século XXI / Rodrigo Tarouco da Fonseca ; Elaine da Silveira Leite, orientadora ; Rodrigo Cantu de Souza, coorientador. — Pelotas, 2025.

170 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Sistema mundial. 2. Processo. 3. Padrão de organização. 4. Poder. 5. Estrutura. I. Leite, Elaine da Silveira, orient. II. Souza, Rodrigo Cantu de, coorient. III. Título.

CDD 301

Rodrigo Tarouco da Fonseca

Entre a idealização do padrão de organização e a materialidade da estrutura: como o processo de poder modelou o sistema mundial no século XXI

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 18 de março de 2025.

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dr^a. Elaine da Silveira Leite (orientadora). Doutora em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.

.....
Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza (coorientador). Doutor em sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

.....
Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof^a. Dr^a. Elisa Klüger. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

.....
Prof. Dr. Alfredo Falero. Doutor em sociologia pela Universidad de la República.

Eu, Elaine da Silveira Leite, atesto que os membros da banca listados acima sem assinatura participaram da sessão de forma remota e/ou parecer.

Resumo

FONSECA, Rodrigo Tarouco da. Entre a idealização do padrão de organização e a materialidade da estrutura: como o processo de poder modelou o sistema mundial no século XXI. Orientadora: Elaine da Silveira Leite. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

A tese investiga os critérios fundamentais para a análise do sistema mundial, com foco nas interações entre os conceitos de padrão de organização, estrutura e processo. O objetivo central é compreender como essas categorias teóricas contribuem para a configuração e transformação do poder global ao longo do tempo. Utilizando uma abordagem metodológica que combina técnicas quantitativas, como a análise de *clusters* e a estatística multivariada, o trabalho busca identificar padrões de hegemonia e desigualdade nas relações internacionais. A pesquisa conclui que, embora o sistema mundial seja caracterizado por ciclos de crise e reestruturação, ele mantém uma continuidade em sua lógica de acumulação e expansão. A estrutura social, por sua vez, se adapta e muda de forma conforme as pressões externas, mas o padrão de organização se mantém constante ao longo do tempo, reforçando a hegemonia das potências centrais. As conclusões ainda sugerem que o sistema mundial não é estático, mas sim dinâmico, e que as potências periféricas possuem algum grau de ascensão apesar das barreiras estruturais. A análise também ressalta a importância do *soft power* e da ideologia na manutenção da hegemonia global, evidenciando a complexidade das interações entre os fatores econômicos, políticos e culturais no cenário internacional.

Palavras-chave: sistema mundial; padrão de organização; estrutura; processo; poder

Abstract

FONSECA, Rodrigo Tarouco da. Standard of organization, structure, and process: fundamental criteria for investigating the world system. Advisor: Elaine da Silveira Leite. 2024. 170 f. Thesis (Phd in Sociology) Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas. Pelotas, 2024.

The thesis investigates the fundamental criteria for analyzing the world system, focusing on the interactions among the concepts of organizational pattern, structure, and process. The central objective is to understand how these theoretical categories contribute to the configuration and transformation of global power over time. Using a methodological approach that combines quantitative techniques, such as cluster analysis and multivariate statistics, the study seeks to identify patterns of hegemony and inequality in international relations. The research concludes that, although the world system is characterized by cycles of crisis and restructuring, it retains continuity in its logic of accumulation and expansion. The social structure, in turn, adapts and shifts in response to external pressures, yet the organizational pattern remains constant over time, reinforcing the hegemony of central powers. The findings suggest that the world system is not static but dynamic, and that peripheral powers have opportunities for advancement despite structural barriers. The analysis also emphasizes the importance of soft power and ideology in maintaining global hegemony, highlighting the complexity of interactions among economic, political, and cultural factors in the international arena.

Keywords: world system; standard of organization; structure; process

Lista de figuras

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 1 | Sucessão de platôs da história..... | 54 |
| Figura 2 | Histograma PIB (2022)..... | 117 |
| Figura 3 | Boxplot PIB..... | 118 |
| Figura 4 | Relação PIB/Gastos militares..... | 121 |
| Figura 5 | Gastos militares por ano..... | 122 |
| Figura 6 | Participação no mercado mundial de semicondutores (países exportadores)..... | 127 |
| Figura 7 | Gráfico das variáveis (<i>soft power</i> e <i>hard power</i>)..... | 133 |
| Figura 8 | Gráfico dos indivíduos (<i>soft power</i> e <i>hard power</i>)..... | 138 |
| Figura 9 | Posição dos países de acordo com o índice de poder..... | 141 |
| Figura 10 | Dendograma..... | 144 |
| Figura 11 | Dispersão dos países no espaço - análise de <i>cluster</i> | 145 |
| Figura 12 | Gráfico das variáveis (campo do sistema mundial)..... | 146 |
| Figura 13 | Gráfico dos indivíduos (campo do sistema mundial)..... | 150 |

Lista de tabelas

| | | |
|-----------|--|-----|
| Tabela 1 | Fundamentos para a existência da vida / sistema social..... | 31 |
| Tabela 2 | Lista de países e territórios..... | 105 |
| Tabela 3 | Correlação de Pearson entre medidas de tamanho..... | 108 |
| Tabela 4 | Lista de critérios adotados para a seleção dos países..... | 110 |
| Tabela 5 | Países que cumpriram os 4 requisitos..... | 111 |
| Tabela 6 | Variáveis relacionadas ao poder militar..... | 112 |
| Tabela 7 | Variáveis relacionadas ao poder político-diplomático/ideológico. | 112 |
| Tabela 8 | Variáveis relacionadas ao poder econômico..... | 113 |
| Tabela 9 | Correlação de Pearson entre variáveis de <i>soft power</i> e <i>hard power</i> | 132 |
| Tabela 10 | Cargas fatoriais..... | 133 |
| Tabela 11 | Comunalidades..... | 134 |
| Tabela 12 | Esquema de aglomeração..... | 143 |
| Tabela 13 | Cargas Fatoriais (sistema mundial)..... | 147 |
| Tabela 14 | Comunalidades (sistema mundial)..... | 148 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|-------|---|
| ACM | Análise de correspondência múltipla |
| ACP | Análise de componentes principais |
| AGD | Análise geométrica de dados |
| ASM | Análise do moderno sistema-mundo |
| AUKUS | Aliança trilateral de segurança entre a Austrália (A), Reino Unido (UK) e Estados Unidos (US) |
| COMEX | Comércio Exterior |
| GFP | Global FirePower |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| OIC | Organisation of Islamic Cooperation |
| ONG | Organização não-governamental |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PISA | Programa Internacional de Avaliação de Estudantes |
| QUAD | Quadrilateral Security Dialogue |
| SIPRI | Stockholm International Peace Research Institute |

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1 Introdução..... | 9 |
| 2 A relação entre os conceitos fundamentais..... | 18 |
| 2.1 Continuidade e descontinuidade do tempo..... | 18 |
| 2.2 Padrão de organização, estrutura e processo..... | 26 |
| 2.2.1 A lógica sistêmica adotada..... | 27 |
| 2.2.2 A identificação do padrão de organização..... | 31 |
| 2.2.3 A materialização do padrão..... | 34 |
| 2.2.4 A expansão para além do crescimento material..... | 44 |
| 2.2.5 O processo de continuada integração do padrão ao sistema..... | 47 |
| 2.3 O tempo e o espaço do sistema mundial: da continuidade para a descontinuidade..... | 57 |
| 2.3.1 A unidade de análise..... | 58 |
| 2.3.2 Análise dos sistemas-mundo: para além da unidade de análise..... | 66 |
| 2.3.3 Entre a continuidade e a descontinuidade: o futuro (im)previsível..... | 69 |
| 2.3.4 O essencial sobre a noção de campo..... | 76 |
| 3 Estatística multivariada exploratória: revelando categorias e classes de países..... | 91 |
| 3.1 Análise de agrupamentos (<i>clusters</i>)..... | 93 |
| 3.2 Análise de componentes principais (ACP)..... | 97 |
| 3.3 Descrição das técnicas e conjunto de dados..... | 104 |
| 4 O sistema mundial no século XXI (resultados)..... | 116 |
| 4.1 O surgimento da atual configuração do sistema mundial..... | 116 |
| 4.2 O <i>smart power</i> como combinação ótima entre <i>hard power</i> e <i>soft power</i> | 128 |
| 4.3 A estrutura do sistema mundial..... | 146 |
| 5 Considerações Finais..... | 154 |
| Referências..... | 158 |

1 Introdução

Primeiro terço do século XXI. Cinco séculos e meio de capitalismo e cinco milênios de um sistema mundial expansivo. Ciclos, ondas, mercado, pobreza, ortodoxia, heterodoxia, riqueza, acumulação, propriedade, inovação, competição, concorrência, modernidade, atraso, centro, periferia, crise, pleno emprego, capital, mais-valia, burguesia, tecnologia, meios de produção, acumulação, banco, crédito, taxa de juro, inflação, empresa, estado nacional, organização, moeda, mercadoria, trabalho, mão invisível, autointeresse, individualismo, egoísmo, utilitarismo, estado de bem-estar, neoliberalismo, primeiro mundo, terceiro mundo, desenvolvidos, subdesenvolvidos, desenvolvimento, crescimento, retração e expansão. “E o pulso ainda pulsa”. “E o corpo ainda é pouco”.

Amparado nestes versos da banda de rock Titãs infiro que o mundo, se um dia já foi muito, hoje é pouco. Mas esse planeta hoje escasso, minguado e pequeno comporta um grande paradoxo: nós, seres humanos, ainda sentimos necessidade de expansão. Carecemos de horizontes cada vez mais longínquos. É impressionante observar que quanto mais vida consciente há, menor o mundo físico/natural vai ficando e, no entanto, o fluxo continua a fluir. Cada vez mais padecimentos, desastrosos e incoerências surgem sem que os humanos se autodetendam.

Perguntam-se, talvez, as pessoas: a Terra está ficando pequena demais? Tudo bem, sem angústia, poderiam pensar, pois se a Terra é pouca, há o Espaço Sideral. Um irônico, por sua vez, levaria adiante as seguintes questões: seria possível ampliar esse mundo de sofrimentos e mazelas? Teríamos novos espaços para transbordar os nossos vícios e nossas ambições? Mas, a conquista espacial se mostrou uma ilusão e em determinado momento foi arrefecida. Teríamos, enquanto humanidade, percebido nossas limitações? Não, não percebemos. Era preciso arranjar uma saída. A solução? Criar outro mundo. Assim, surgiu uma camada a mais de realidade, um ambiente novo, um espaço virtual gerado/simulado por meio de materiais eletrônicos.

O certo é que entre idas e vindas a humanidade nunca deixou de desejar uma ampliação de sua realidade, sentimento esse que sempre nasceu das construções dos próprios humanos. Cada movimento feito dentro da civilização para isolar as pessoas da natureza as conduzia para mais longe do ambiente biológico natural. Progressivamente, de maneira lenta e inevitável, novas dimensões de realidade eram

acrescidas ao nosso universo. A vontade de expansão não só era efeito da autoconfiança gerada pelas conquistas, era também resultado das novas perspectivas que se apresentavam.

Gostaria¹ de defender que há ganhos heurísticos consistentes ao se entender a dinâmica do mundo enquanto linearidade de movimento da sociedade no longuíssimo prazo, ou seja, pelo menos no tempo de existência do que se pode, por convenção, denominar de civilização (a partir de 3.000 AEC). Porém, a sociedade não pode ser observada somente no prazo estendido dos milênios — ou, mesmo sobre quaisquer marcas e limites temporais que se apresentem como o primeiro e único balizador da análise — de maneira que ao considerarmos a sua existência pelo aspecto da(s) sua(s) forma(s) veremos sobressair também a não-linearidade de suas mudanças. Desde já é preciso ter em mente que a análise temporal estará sempre vinculada à linearidade da mudança e a análise espacial à não-linearidade da transformação.

Há, portanto, duas maneiras de observar as mudanças que ocorrem na sociedade. Uma relacionada a reconstrução do passado, consciente de que a mudança se dá sempre a partir de um mundo mais vasto em que as consequências de uma causa gerarão consequências futuras com bases já ampliadas e outra referente aquela que deixa em segundo plano (sem excluir) esse trespassar de acontecimentos para se deter na forma.

Para entender tal pensamento e de onde ele é originado será indispensável esclarecer por qual ambiente epistemológico iriei transitar e como ele pode influir nas ciências sociais. Sabemos que as ciências naturais vivem atualmente sob o albergue de um paradigma — nos termos propostos por Thomas Khun — que começou a se consolidar no início da década de 1970. Abandonamos àquela altura uma ordem científica analítica/mecanicista baseada na matéria, na estrutura e na quantidade — a parte era privilegiada em detrimento do todo — para uma ciência sistêmica/holística fundamentada agora no padrão, na ordem e na qualidade — as características do todo e das relações se sobrepondo às partes. Uma mudança da física para as ciências da vida como bem demonstrou Fritjof Capra.

¹ O texto será escrito em primeira e terceira pessoa. Utilizarei sempre a primeira pessoa quando se tratar de ideia ou juízo de valor próprio, isto é, naquelas ocasiões em que toda a responsabilidade deve recair sobre o autor. Já a terceira pessoa usarei nas situações de senso comum ou quando quiser compartilhar com o leitor alguma ação ou sentimento.

Estas mudanças se consolidaram a partir dos estudos de dois expoentes dessa nova concepção do conhecimento, Ilya Prigogine (estruturas dissipativas)² e Humberto Maturana (autopoiese), que demonstraram a impossibilidade de o mundo físico-químico e biológico obedecerem a uma lógica linear, visto que, ao longo de bilhões de anos, a Terra (ou Gaia para usar a expressão do teórico da auto-organização James Lovelock) evoluiu de maneira imprevisível.

Para melhor entender esta questão da não-linearidade observe o seguinte: toda relação entre coisas diferentes é uma relação entre sistema e ambiente, entre unidade e totalidade, entre ordem e desordem, entre o menos complexo e o mais complexo. Além disso, tudo que muda se afasta do equilíbrio (quando algo está morto, parado, estático ou sem atividade está em equilíbrio), isto é, flui para se organizar. É neste sentido que se diz que a organização ocorre a partir do caos. Todavia, para isso acontecer é necessário o fornecimento de uma certa carga de energia e de trocas de matéria com o ambiente. Assim, o **padrão de organização** que processa estes relacionamentos não se altera, o que se redefine de maneira não-linear e imprevisível — por causa do que se conhece na matemática por atratores estranhos — é a **estrutura**.

Esta nova percepção de ciência e de obtenção do conhecimento — na medida em que não há mais um objeto externo existente por si mesmo, mas fruto de uma criação do observador — chegaram igualmente às ciências sociais. Niklas Luhmann e Edgar Morin, por exemplo, direcionaram suas pesquisas para a compreensão deste mundo em constante aumento de complexidade, haja vista que o foco não estava mais centrado no objeto material, mas sim nas interações entre os elementos. A partir daí, a imprevisibilidade e a não-linearidade também começam a fazer parte do jogo para as ciências humanas³. Com efeito, como combinar os opostos e complementares

² Estruturas dissipativas (conceito cunhado pelo físico-químico Ilya Prigogine) são padrões ou formas de ordem que emergem e se mantêm em sistemas abertos longe do equilíbrio termodinâmico, graças à dissipação contínua de energia para o ambiente. Em vez de seguirem a tendência de aumentar a desordem prevista pela termodinâmica clássica, esses sistemas exportam entropia (desordem) para fora e conservam ou até ampliam a ordem internamente (MASSONI, 2008). Em termos simples, uma estrutura dissipativa é um sistema auto-organizado mantido fora do equilíbrio, o que requer fluxos contínuos de energia ou matéria do entorno.

³ Obviamente existe na sociologia outras tradições em que a imprevisibilidade e a indeterminação ocupam papel central. O interacionismo simbólico, por exemplo, inspirado nos filósofos americanos do pragmatismo buscou demonstrar como a sociedade pode ser reconstruída permanentemente no nível da situação e da interação, sob o permanente risco da descoordenação da ação e da fuga de quadros normativos gerais. Para eles a ação possuía um caráter processual, ou seja, era “algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade” (JOAS, 1999, p.

linearidade/não-linearidade, tempo/espaço, continuidade/descontinuidade e padrão de organização/estrutura em uma análise social razoável?

Vamos começar pela questão fundamental do tempo, elemento bastante diferente para a natureza e para a sociedade (a partir do nosso entendimento evidentemente). Quando observamos os fenômenos da vida, por exemplo, o tempo pode extrapolar a nossa percepção. Enquanto processos químicos ocorrem em intervalos que representam frações desse tempo por nós compreendido, os marcos da evolução se estendem por períodos imemorais, contados em milhões e bilhões de anos. No meio ambiente, tudo é rápido demais, lento demais, invisível demais. Padrão inalterável da vida (autopoiese) e estrutura cambiável (as muitas espécies), portanto.

Considere, agora, a seguinte perspectiva: os processos químicos que compõem a vida, em virtude da energia que recebem, alteram, em frações de segundos, a estrutura de um determinado composto, de maneira que nenhuma equação linear consegue prever (o outro tipo de imprevisibilidade das estruturas dissipativas são os pontos de bifurcação). Como os organismos vivos são constituídos por estes mesmos processos químicos sua transformação e evolução também ocorrem de maneira não-linear, mas ao contrário daqueles, em milhões e bilhões de anos.

À vista disso, nas ciências biológicas, a questão temporal pode, até certo ponto, ser ignorada. Se há um padrão de organização imutável e estruturas que se modificam a partir da captação de determinadas quantidades de energia, então a discussão sobre o tempo deixa de ter centralidade. As coisas se sucedem ou mais rápido ou mais devagar. Contudo, em mundo de seres conscientes, capazes de refletir sobre qualquer coisa, o debate a respeito do tempo ganha dimensões significativas.

Nesta perspectiva — da reflexividade — nem a compreensão do fenômeno “tempo”, nem a oposição entre filósofos (Bergson/Bachelard), e nem a disputa entre pesquisadores/estudiosos de áreas distintas, mas afetas, como a sociologia e a história (Gurvitch/Braudel) são desprovidas de valor científico. Como demonstrarei no transcórre da tese é a partir da contenda sobre a continuidade e descontinuidade do

130). Não é a este tipo de indeterminação que me refiro quando faço menção à imprevisibilidade e à não-linearidade, pois estas estão ligadas à justificativa da descontinuidade e, portanto, do reconhecimento à diferença. O leitor, se desejar, poderá retornar a esta nota após a leitura do capítulo 2.

tempo que surgirão os principais argumentos para entendermos a linearidade do padrão de organização e a não-linearidade da estrutura.

Assim, partindo de um pressuposto da complexidade em que os opostos devem dialogar — na realidade nós, seres pensantes, os devemos pôr a dialogarem — penso que o tempo da história (contínuo) e o tempo da sociologia (da duração descontínua) precisam se unir para proporcionar ao sociólogo uma visão de conjunto das transformações e das permanências. Neste sentido, vamos encontrar o padrão de organização que difere o conjunto de relação dos humanos dos padrões de relação das outras espécies na continuidade e na permanência daquilo que lhe é mais peculiar, a capacidade de expandir seu mundo em tantas quantas forem as dimensões possíveis de serem criadas em dado momento civilizacional. E, por outro lado, vamos nos deparar com estruturas que estão muito mais ligadas à “matéria”⁴ do que à permanência, se ligando ao tempo apenas indiretamente.

A estrutura é descontínua e o padrão é contínuo. A estrutura está na sociologia e o padrão na história⁵. Ao compreender o tempo com essa dupla concepção — continuidade e descontinuidade — posso introduzir a estrutura e o padrão dentro dele de modo a considerar este como algo contínuo e aquela como algo descontínuo. Logo ao ligar a estrutura à matéria afasto a obrigatoriedade de pensá-la em termos de durabilidade — se a durabilidade significar algo que dure muito tempo. Por isso o sistema mundial pode mudar de estrutura quantas vezes for necessário e continuar tendo o mesmo padrão. Não é a sua "estrutura" que perdura no tempo, mas sim seu "padrão de organização". Veja este exemplo que ajuda a elucidar a questão. Qualquer estrutura que garanta a uma pessoa um lugar que lhe proteja das intempéries do clima, dos animais e insetos e de outros seres humanos mal-intencionados e, além disso, lhe permita descansar e conviver com sua família e amigos pode ser considerada uma casa (por isso uma barraca não é uma casa). Logo, o que muda na sociedade desde o início da civilização é a sua estrutura, não o padrão de organização. Homens e mulheres dotados de capacidade inventiva nunca mais conseguiram, depois do começo da civilização, viver em total equilíbrio com a natureza, pois ao se isolar da vida natural passaram a criar outros mundos para si deixando de fazer parte de

⁴ Matéria no sentido do que é moldável, do que pode ser transfigurado, modificado, cortado, dividido, multiplicado, somado.

⁵ Evidentemente esta afirmação está calcada pelo debate entre Fernand Braudel e Georges Gurvitch.

qualquer tipo de sistema auto-organizador — pensando aqui na terra como um sistema vivo, nos moldes da “teoria de Gaia” elaborada na década de 1960 pelo químico James Lovelock.

Assim, reconhecer desde já o componente básico deste padrão, o garantidor último da expansão e da ordem, é identificar a matéria-prima, o elemento fundamental das relações investigadas. O estado nos seus mais diversos formatos se apresenta então como a instituição que sustenta e guia, ainda hoje, os rumos da sociedade⁶. É preciso pensar neste estado em sua concepção mais ampla, isto é, naquele agente coletivo minimamente capaz de impor uma determinada vontade a outrem dentro de seus domínios (contendo rebeliões intestinas) e com aptidão para repelir — ou pelo menos não ser totalmente dominado — uma agressão de outros grupos externos às suas fronteiras — me refiro a fronteiras do grupo, não necessariamente fronteiras físicas concretas bem delimitadas. É, portanto, a relação entre estes agrupamentos supostamente soberanos que nos interessa⁷.

Sociedade que cria novos mundos ao se isolar constantemente da natureza, sociedade que se organiza de maneira continuada ampliando incessantemente o espaço perceptivo (logo adiante, no próximo capítulo, esses conceitos serão esclarecidos), sociedade que através de um processo (poder) materializa o padrão de organização (expansão) em uma determinada estrutura (sistema); a partir destas premissas se revela então o **objeto desta pesquisa**, qual seja, os critérios fundamentais para a investigação do sistema mundial.

Em sintonia com o exposto até o momento proponho o seguinte **problema de pesquisa**: como o processo de poder materializa, no século XXI, o padrão expansionista do sistema mundial? A **hipótese geral** sustenta que, sendo os momentos de verdadeira hegemonia raros e a rivalidade entre os centros de poder o estado normal do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1991) é a disputa entre os países centrais pelas vantagens da hegemonia que garante a continuidade da acumulação.

⁶ A ideia de estado aqui vai além da concepção de estado moderno que Parsons (1974) rotula na figura do Governo em seu livro “o sistema das sociedades modernas”. Na verdade, a intenção é aproximá-lo do conceito de político que Parsons também identifica com a função de realização dos objetivos de determinada coletividade, seja ela uma empresa, uma universidade ou uma igreja. Acredito ser essa ressalva importante para demonstrar que não estou me referindo especificamente ao Estado-Nação.

⁷ “Supostamente” soberanos, pois aquilo que está em relação com algo terá sempre sua vontade em certo aspecto mitigada. Neste sentido nem o maior poder do mundo detém soberania completa.

Assim, com vistas à resolução desta questão, cumprirei nos capítulos posteriores os seguintes objetivos:

- **Objetivo geral:** compreender o processo atual de estruturação do sistema mundial a partir de uma concepção teórica que fundamente a análise estrutural do sistema sem desconsiderar a sua continuidade.
- **Objetivos específicos:** **a)** definir os conceitos de padrão de organização, estrutura e processo; **b)** explicar de que maneira os conceitos definidos na letra "a" podem ser aplicados na compreensão do sistema mundial; e **c)** formatar e descrever a atual estrutura do sistema mundial.

O primeiro objetivo tem como razão de ser dar fundamento ao cumprimento do segundo e este ao terceiro. É muito importante que se compreenda bem esta questão para não aparentar a existência de um completo hiato entre os capítulos 2 e 5 da tese. As bases teóricas expostas no capítulo 2 (objetivo "a") não são diretamente exploradas no capítulo 4 (objetivo "c"), pois elas servem como argumento para que se entenda divergências aparentes entre correntes internas ao âmbito da constelação do sistema-mundo. Somente depois de assentadas estas questões é que entendo ser possível analisar a estrutura do atual sistema mundial. Logo, esta trajetória é de relevância ímpar, na medida em que legitima o recorte feito pela análise empírica.

Reconheço que a pergunta norteadora da investigação é ampla, todavia ela surge em um contexto de um mundo cada vez mais complexo. Somente uma questão ampla me permitirá flutuar entre qualquer número de relações que forem necessárias analisar. Embora as respostas que procuro estejam majoritariamente no âmbito da sociologia é inegável que não conseguirei me afastar das suas relações com a história e a filosofia, tampouco conseguirei entender os fenômenos estudados na sociologia como fora do ambiente natural. Quando muitas vezes nos perguntamos "como a sociologia pode....?" desejamos navegar — como o leitor poderá comprovar já no capítulo 2 no qual descortino os conceitos centrais à análise aqui proposta — não só nos clássicos da sociologia como Marx, Durkheim, Weber e Simmel, como também em sociólogos como Gurvitch que dialogam com a história da escola dos *Annales* e autores como Morin que unem a sociologia e a filosofia para revelar entendimento do complexo. Quero entender igualmente como a filosofia de Bergson e Bachelard

podem influenciar do ponto de vista sociológico em temas tão relevantes como tempo e o espaço. Além disso não me furtarei em buscar nos estudos da vida e da natureza as possíveis conexões com a sociologia, não nas analogias puras e simples, nem tampouco nas analogias mais elaboradas, às quais somente intelectos privilegiados como Luhmann conseguem desenvolver, mas sim nos aspectos ligados à obtenção do conhecimento em geral. Mesmo quando adoto de outras ciências o rótulo de determinados conceitos, como fiz com os termos do título desta tese, não tenho nenhum compromisso com os detalhes de sua formulação teórica original.

São por estes motivos que busco nesta tese conciliar a análise das relações entre os conceitos aqui desenvolvidos dentro de uma unidade temporal que é contínua e outra que é descontínua. Para explicar melhor faço uma analogia com o teatro: as questões temporais seriam o pano de fundo da cena em que os atores desempenham seus papéis; na realidade seria como se houvesse dois panos, um mais ao fundo do palco, azul claro, representando o céu, que permanece inerte durante toda a peça e outros mais a frente que complementam o primeiro, mas que mudam a cada ato.

A novidade desta tese está na escolha das vertentes teóricas a partir da aceitação da compleição dupla do tempo. Se em uma cena da nossa peça de teatro os atores brigam em um parque ensolarado, na outra se reconciliam em uma rua qualquer da cidade. O pano, aquele bem do fundo, continua o mesmo céu, mas as árvores deram lugar aos prédios. É disto que se trata esta tese, ao fim do dia (a peça se passa em um dia) pouco importam as desavenças e as conciliações de forma isolada, mas os traços que elas deixaram na nova relação que surge desta dialética. O céu azul é, portanto, a representação do tempo contínuo, aquele presente em todos os desenlaces da trama, enquanto as árvores e os prédios representam o tempo descontínuo, aquele que suporta apenas uma duração que em breve vai acabar para o nascimento de uma outra.

No Capítulo 2, intitulado "a relação entre os conceitos fundamentais", é realizada, nas seções 2.1 e 2.2, uma discussão teórica sobre a interconexão entre os conceitos de continuidade e descontinuidade do tempo, padrão de organização, estrutura e processo. A partir dessa base conceitual, o capítulo explora como essas categorias interagem para moldar o sistema mundial, destacando a coexistência de elementos lineares e não-lineares na evolução das sociedades. A análise proposta enfatiza que o padrão de organização social é contínuo e visa à expansão, enquanto

as estruturas podem ser descontínuas e mudam de aparência conforme as pressões internas e externas. Esse embasamento teórico é crucial para entender como o poder e a organização social se articulam ao longo do tempo no sistema mundial. Na seção 2.3, denominada “o tempo e o espaço do sistema mundial: da continuidade para a descontinuidade”, explorarei as implicações do quadro conceitual construído anteriormente e abro a discussão para a noção de um campo global do poder, apresentando as ferramentas analíticas utilizadas para a investigação do sistema mundial. Também procuro demonstrar ali de que maneira algumas abordagens teóricas muito similares no seu conjunto, acabam por se diferenciar ao canalizar seus esforços para regiões de análise diferentes (tempo/espaço).

O capítulo 3, nomeado "estatística multivariada exploratória: revelando categorias e classes de países", explica como métodos estatísticos avançados podem ser utilizados para entender relações complexas entre variáveis, com destaque para a análise geométrica de dados (AGD), representada na análise de componentes principais (ACP). A ACP reduz a dimensionalidade dos dados, preservando a variância e identificando fatores subjacentes relevantes, enquanto outras técnicas, como a análise de agrupamentos (clusters), são utilizadas de forma complementar para categorizar países em grupos com características semelhantes. A combinação dessas metodologias facilita a identificação de padrões, a visualização de estruturas complexas e a compreensão das dinâmicas sociais e internacionais.

No Capítulo 4, os resultados da pesquisa são analisados com base nos métodos apresentados previamente. Esta parte concentra-se na análise de como o padrão de organização e as estruturas de poder se manifestam no sistema mundial contemporâneo. A partir da apreciação dos dados, é possível identificar a permanência de um padrão de hegemonia global, liderado pelas nações centrais, ao mesmo tempo em que novas potências emergem, desafiando a ordem estabelecida. Também são discutidos os mecanismos de poder, tanto difuso quanto impositivo, utilizados pelas potências globais para manter ou expandir sua influência, além das tensões e crises que surgem nesse processo. O capítulo oferece uma visão detalhada das principais dinâmicas de poder que moldam o sistema internacional e como elas impactam a configuração geopolítica atual.

2 A relação entre os conceitos fundamentais

Explorarei aqui os pilares teóricos que sustentam a análise proposta nesta tese. Partindo das noções de continuidade e descontinuidade do tempo, o capítulo investiga como esses conceitos se entrelaçam com os de padrão de organização, estrutura e processo para fornecer uma base sólida de compreensão do sistema mundial. Através dessa análise, o capítulo busca esclarecer as interações entre elementos que, ao longo da história, moldam as transformações e permanências nas dinâmicas de poder global, estabelecendo as bases para o estudo aprofundado nos capítulos subsequentes.

2.1 Continuidade e descontinuidade do tempo

O que é o tempo? Somos nós que o construímos para nele vivermos de maneira organizada ou simplesmente nos adaptamos à sua inevitável passagem? Ele é um fenômeno individual ou é produzido socialmente? Seria ele descontínuo? Renasceria a cada instante? Ou, ao contrário, seria um tempo contínuo? Jamais ressurgiria porque jamais cessaria? Partirei da análise do tempo e da busca de respostas a estas questões com o intuito de, a partir daí, ter elementos suficientes para a assimilação dos principais critérios utilizados na interpretação da existência temporal e da formatação do sistema mundial.

Não há como fugir de uma apresentação e discussão sobre o tempo, simplesmente porque “a análise da historicidade da pre-sença⁸ busca mostrar que este ente⁹ [o estado no nosso caso] não é ‘temporal’ porque ‘se encontra na história’ mas, ao contrário, que ele só existe e pode existir historicamente porque, no fundo de

⁸ Heidegger usa o termo "pre-sença" para descrever a maneira pela qual os seres humanos existem no mundo, envolvendo sua relação com o tempo, o espaço e os outros seres. A pre-sença não é simplesmente estar fisicamente presente em algum lugar, mas implica uma profunda imersão na experiência da existência. Ela envolve uma consciência da própria finitude, uma compreensão do passado que molda o presente e uma projeção para o futuro que influencia as escolhas e ações do indivíduo.

⁹ Os "entes" são os objetos individuais que existem no mundo, incluindo tanto entidades físicas quanto conceituais. Entes podem ser coisas tangíveis, como cadeiras e árvores, ou conceitos abstratos, como justiça ou amor. Eles são aquilo que está presente no mundo e que pode ser percebido ou compreendido de alguma forma.

seu ser¹⁰, é temporal” (HEIDEGGER, 2005, p. 181). Ainda segundo Heidegger (2005, p. 181) “(...) a pre-sença deve ser chamada de ‘temporal’ também no sentido de ser e estar ‘no tempo’. Mesmo sem uma construção historiográfica dos fatos, a pre-sença, de fato, precisa e se vale de calendário e de relógio.”

O tempo, portanto, não seria apenas uma medida objetiva ou uma sucessão de eventos, mas uma dimensão essencial da experiência humana, que molda nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Vivemos no tempo (GELLNER, 1964) como vivemos no espaço (MANN, 2020). Além disso, transformamos o espaço e a sua compreensão assim como transformamos o tempo e a sua cognição; segundo Ernest Gellner (1964) as sociedades existem no tempo e o que efetivamente se difere são apenas as maneiras como elas se concebem situadas neste mesmo tempo. Sendo certo então que existimos no tempo, como é que a sua interpretação pode nos auxiliar no entendimento dos fenômenos sociológicos?

Segundo Gaston Bachelard (1988, p. 9) “para durarmos, é preciso então que confiemos em ritmos, ou seja, em sistemas de instantes”, haja vista que “os acontecimentos excepcionais devem encontrar ressonâncias em nós para marcar-nos profundamente”. É um tempo que transcorre, mas que precisa ser sentido e, quando sentido, é interiorizado de modo a gerar uma pluralidade de durações que nunca apresenta o mesmo ritmo. Para conhecer e utilizar esse tempo que passa e não é sentido é preciso agarrá-lo e quebrar a sua continuidade abstrata por meio de uma ação que é ativada pela criação e pela destruição, pela obra e pelo repouso (BACHELARD, 1988).

Há um entendimento de que “a descontinuidade [proposta por Bachelard] seria (...) um modo de pensar os acontecimentos em sua singularidade, em sua espacialidade própria, considerando os eventos anteriores não como causas que lhe expliquem, mas como obstáculos que precisaram ser superados, retificados” (VOIGT, 2013, p. 198). Para Bachelard todo argumento a favor do instante seria, também, um argumento que destrói o significado temporal da duração (VENTURA, 1984).

Apesar disso o que há é uma pluralidade de durações que não tem o mesmo ritmo, pois baseadas em uma vida complexa. Além do mais “se o que dura mais é

¹⁰ O "ser" refere-se ao modo de existência que caracteriza tudo o que é. É a dimensão mais fundamental da realidade, aquilo que torna possível a existência de todos os entes. O ser é muitas vezes descrito como o que dá sentido e significado a todas as coisas.

aquilo que recomeça melhor” (BACHELARD, 1988, p. 8) é perfeitamente possível concordar com a ideia de que “(...) a coesão de nossa duração é feita da coerência de nossas escolhas, do sistema que coordena nossas preferências” (BACHELARD, 1988, p. 25). O que existe, portanto, são sistemas de instantes. O acontecimento apenas fixa o tempo em nós, torna ele real e perceptível. Faz, somente, com que a gente pense na duração e organize ou não a ação. Na verdade “seremos levados a dizer que a ordem não está na duração, mas sim que a duração é a consagração de ordem útil, psicologicamente eficaz” (BACHELARD, 1988, p. 26). Para refletir e para existir plenamente, precisamos organizar nossas ações, juntando diversos instantes na constância dos ritmos, mesclando razões para forjar convicções (BACHELARD, 1988).

Embora o entendimento de Bachelard ajude a fundamentar um tipo de conhecimento analítico, em que o recorte de certos aspectos da realidade não só seja possível como também necessário, há outros autores que defendem a continuidade do passado, do presente e do futuro; Henri Bergson é sem dúvida um de seus maiores expoentes. Colocando a subjetividade no cerne da continuidade, Bergson (2023, p. 29) afirma que “uma percepção, [...] sempre ocupa um certo tempo e, portanto, exige um esforço de memória, que prolonga uns nos outros uma pluralidade de momentos.” Os momentos, seriam, portanto, aglutinados na nossa memória através da percepção, ou seja, uma multiplicidade de momentos se contrairia em um único compartimento. Porém, também é certo que toda percepção está entranhada de memória e sem ela não existiria. Assim, o tempo que passa, o tempo em que o ser e o ente estão contidos, o tempo que ao evoluir toca a matéria (corpo/percepção) se condensa e ganha continuidade na memória.

O tempo contínuo seria, então, composto por uma **percepção** vinculada ao presente, uma **memória** que subtrairia o passado de sua virtualidade para engajá-lo no presente e uma **ação** que, partindo da percepção e da memória, moldaria o futuro. Mas, se o tempo é fluxo e só pode fluir no presente, pois o passado já é passado (BERGSON, 2023), como é que o passado e o futuro poderiam se ligar ao presente? Isto se daria por meio de um estado psicológico denominado de “meu presente”, isto é, algo que ao mesmo tempo é “uma percepção do passado imediato e uma determinação do futuro imediato” (BERGSON, 2023, p. 135). Logo, a ação que visa o

futuro ocorreria no momento presente, no exato instante que o passado deixaria a memória pura para se tornar imagem¹¹.

Fora da memória o tempo transcorre no momento presente, que, por isso, não pode ser considerado como algo que simplesmente “é”, mas, sim, como algo que “está acontecendo”, isto é, como algo que permanece ligado inexoravelmente à ideia de movimento. Em consequência disso, Bergson (2023) entende que o movimento não pode estar associado ao espaço divisível, afinal ele é contínuo, pois, como visto, conectado ao tempo. Ao concordar com Bergson tem-se que o presente nunca poderá ser apreendido, porquanto será sempre um passado atropelando um futuro. Na realidade, por causa desta indivisibilidade do movimento, o instante é impossível e nunca poderá fazer parte de uma duração. Novamente: não podem existir rupturas em um movimento que não está no espaço; o que vivemos verdadeiramente é a continuidade.

Todavia, Bergson (2023, p. 184) não se furta em reconhecer que a continuidade é “artificialmente desmembrada para maior comodidade do conhecimento cotidiano”. Em vista disso “eles [tempo e espaço homogêneos]¹² expressam, sob uma forma abstrata, o duplo trabalho de solidificação e divisão a que submetemos a continuidade móvel do real para garantir-nos pontos de apoio, para fixar o devir e para fornecer à nossa atividade pontos de aplicação” (BERGSON, 2023, p. 209). Simmel (1983, p. 54) parece ter consciência disso quando pensa sobre a permanência dos grupos sociais mesmo depois de todos os seus membros de uma determinada geração terem desaparecido. Diz ele: “Deparamo-nos, aqui, com um daqueles casos em que a disposição das coisas no tempo apresenta uma notável analogia com sua disposição no espaço”. E continua na mesma página:

¹¹ “Nós distinguimos três termos: a memória pura, a memória-imagem e a percepção, dos quais nenhum ocorre, de fato, de forma isolada. A percepção nunca é um simples contato da mente com o objeto presente; ela está completamente impregnada das memórias-imagens que a complementam e a interpretam. A memória-imagem, por sua vez, participa da “memória pura” que ela começa a materializar e da percepção na qual ela tende a se incorporar: vista dessa última perspectiva, ela poderia ser definida como uma percepção em desenvolvimento. Finalmente, a memória pura, embora independente em teoria, só se manifesta normalmente na imagem colorida e vívida que a revela.” (BERGSON, 2023, p. 130)

¹² A ideia de tempo e espaço homogêneos na física refere-se a um conceito fundamental onde se assume que o tempo e o espaço são uniformes, contínuos (atenção! contínuos, mas discretos) e independem do observador e das propriedades dos corpos presentes neles. Isso significa que as leis da física são as mesmas em todos os lugares (homogeneidade espacial) e em todos os momentos (homogeneidade temporal).

O fato de estarem os indivíduos uns ao lado dos outros, conseqüentemente exteriores uns aos outros, não impede a unidade social de serem constituídos; a união espiritual dos homens triunfa sobre sua separação no espaço. Da mesma forma, a separação temporal das gerações não impede que sua seqüência forme, para nossa representação, um todo ininterrupto.

Mas é preciso ter atenção, pois o conceito de duração ou tempo real, para Bergson é qualitativamente diferente do tempo homogêneo (perspectiva adotada na física e na ciência em geral e que trata o tempo como uma linha reta ou uma série de instantes discretos)¹³. Para o filósofo francês a experiência subjetiva do tempo é fluida e contínua, marcada por mudanças e fluxos constantes, em vez de uma série de momentos estáticos e idênticos. O tempo real é o tempo da consciência, onde o passado está presente no presente e o futuro está em formação¹⁴.

Se pela primeira perspectiva o tempo começa e termina, começa de novo e termina de novo, e, assim sucessivamente, pela segunda ele não cessa. No primeiro caso, o mundo físico interfere claramente no tempo, ou, pelo menos na construção que fizemos dele. Pense, leitor, no movimento de ventilação pulmonar (inspiração e expiração). Se inspirássemos eternamente teríamos uma linha reta, um tempo nunca interrompido, jamais apertaríamos o botão do cronômetro. Agora, quando expiramos, nós interrompemos o tempo, nós apertamos o botão do cronômetro; a ação/movimento executada no mundo real transfigurou aquilo que tinha uma só direção¹⁵. No segundo caso é a experiência humana do tempo e não as abstrações simplificadas utilizadas pela ciência e pela filosofia tradicionais que moldam o tempo real. Não esqueça que nesta hipótese o tempo não está no espaço, tampouco o movimento ali está, devendo a realidade ser entendida como vivida e experimentada pela consciência. Aqui não há cortes, não há linhas, não há secções, nada de

¹³ Um bom exemplo desta visão de tempo homogêneo encontramos em Gellner (1964, p. 2): “O horizonte temporal não é sem características: as coisas mudam de tal maneira que as gerações sucessivas não são intercambiáveis, mas, ao contrário, cada uma carrega uma etiqueta identificatória permanentemente anexada, garantindo que contribua para a acumulação contínua de mais e mais passado, mais e mais gerações, mais e mais história; e o tempo, como na física, parece ter uma direção definível em termos das características dos eventos no tempo”.

¹⁴ Marx (2011, p. 25) aparenta ter uma perspectiva próxima da ótica de Bergson quando afirma que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”.

¹⁵ É importante fixar esta ideia pois ela voltará na subseção seguinte quando será relacionada ao processo.

referências ao espaço. O que aconteceu no tempo certamente virou imagem em uma consciência que não a apagará e que se um dia for útil a trará para o presente para compor a ação e assim moldar o futuro. O tempo não deixou de ser contínuo¹⁶.

Essa discussão filosófica acabou, durante a década de 1950, por atingir frontalmente os debates dentro das ciências sociais. Um dos principais foi o travado entre Georges Gurvitch e Fernand Braudel, ou melhor, entre sociologia e história. Se para o primeiro a sociologia se diferencia da história por ter um caráter firmado na descontinuidade do seu objeto e, portanto, de metodologia diferente, para o segundo não haveria distinção de método entre as ciências sociais, pois a discrepância entre as três durações históricas (longa, média e curta) seria suficiente para fornecer um quadro epistemológico e metodológico comum para todas elas (MAILLARD, 2005).

Começarei por expor algumas das principais ideias de Gurvitch (1957) no intuito de expor os motivos pelos quais a sociologia estaria ligada ao aspecto do descontínuo. Antes de mais nada, inevitável esclarecer que tanto a sociologia quanto a história teriam o mesmo domínio, qual seja: o dos fenômenos sociais totais e o dos "homens" totais; sua diferença estaria no método e no objeto.

Partindo, então, desta premissa, Gurvitch (1957) inicia proclamando que o método adotado pela sociologia seria o tipológico e o seu objeto os fenômenos sociais totais. Além disso "a sociologia [seria] uma ciência que estuda os fenômenos sociais totais em um movimento perpétuo dos elementos estruturais e dos processos de estruturação e desestruturação" (GURVITCH, 1957, p. 75). Ao investigar os fatos postos à disposição para estudo ela reconstituiria o tempo sem nenhuma preocupação com o rompimento do passado, do presente e do futuro, inserindo qualquer tipo de elemento estrutural ou aestrutural em um desses recortes. Os tipos de estrutura ou os elementos não-estruturais seriam sempre considerados como algo que está em processo de acontecer ou realizar-se novamente.

A história — "ciência que estuda[ria] os fenômenos sociais totais, de preferência globais, colocando seu movimento singularizado, irrepitível e irremediável (...) em um passado tornado presente e nesse presente tornado passado" (GURVITCH, 1957, p. 75) — utilizaria o método individualizante e teria como objeto os fenômenos irreparáveis e irremediáveis sendo obrigada, por isso, a preencher as lacunas que ela

¹⁶ É importante fixar esta ideia pois ela voltará na subseção seguinte quando será relacionada ao padrão de organização.

mesma causaria ao singularizar o seu objeto ao máximo. Desta forma a continuidade do tempo seria reconstruída para aproximar as estruturas dos fenômenos observados. Logo, haveria, não uma certa complementaridade, mas uma perfeita interdependência entre ambas as ciências na compreensão das temporalidades em que se movem as estruturas e os fenômenos.

Conforme se observa, Gurvitch (1957) põe o foco da sociologia na análise de um movimento que está no espaço e não no tempo. O espaço fica sempre em primeiro plano enquanto o tempo é recuado para um plano secundário. Ao criar quadros conceituais (os tipos de estruturas, as estruturações e desestruturações, os fenômenos sociais totais) de totalidades sociais em movimento no espaço a sociologia não só consegue, como também necessita fragmentar o tempo para melhor entender os ritmos (repetições e mudanças) do seu objeto.

Com efeito, Gurvitch (1957) não tem clara a diferença entre um movimento imaginado como sendo realizado no espaço — podendo, evidentemente, por isso, ser descontínuo — de um movimento que se dá efetivamente no tempo, logo indivisível. Em consequência disso ele se angustia na resolução do seguinte paradoxo: "se o método e o objeto da história, segundo nossa característica, parecem mais continuísticos do que os da sociologia, a realidade histórica, ao contrário, parece revelar-se mais descontínua que a realidade social" (GURVITCH, 1957, p. 75). Para resolver tal problema opta por definir a **realidade histórica** como uma "realidade social que toma consciência de si mesma e da capacidade do homem, coletiva ou individualmente, de transformar a realidade social, os fenômenos sociais totais, até mesmo as estruturas sociais" (GURVITCH, 1957, p. 79) e o **tempo histórico** como o tempo plenamente realizado e reconstruído em que a continuidade deveria predominar sobre a descontinuidade (GURVITCH, 1957).

Não há exatamente um paradoxo, pois, o que ocorre na história é simplesmente o contrário da sociologia, isto é, quem é posto no plano antecedente é o tempo e não o espaço. Quando isso acontece o movimento se coloca no tempo e não pode mais ser subdividido. A ação que interessa à sociologia transcorre de acordo com a estrutura (sem deformar a forma) ou contra ela (para deformar a forma) processando-se no espaço e, com isso, particionando o tempo no exato momento em que o movimento cessa ou inicia. Já quem vê o movimento atrelado ao tempo não vai encontrar rupturas, apenas sucessões de causas e efeitos contínuos. Uma citação de Braudel (1995, p.

12-13) retirada da introdução do 1º volume de “Civilização material, economia e capitalismo” deixa isto muito evidente:

Existe, hoje como outrora, um universo à parte onde se aloja um capitalismo de exceção, a meu ver o *verdadeiro* capitalismo, sempre multinacional, o parente das grandes companhias das Índias e dos monopólios de todos os tamanhos, de direito e de fato, que existiram outrora, análogos, nos seus princípios aos monopólios de hoje. Não será lícito afirmar que as firmas dos Fugger e dos Welser eram *transnacionais*, como hoje diríamos, uma vez que tinham interesses em toda a Europa e representantes ao mesmo tempo na Índia e na América espanhola? Não tinham os negócios de Jacques Coueur, no século passado, dimensões análogas, dos Países Baixos ao Levante? (grifo no original)

Como é fácil perceber da leitura do trecho acima o tempo está na dianteira. Desta forma, o capitalismo enquanto estrutura — no sentido de Braudel — se movimentaria no tempo, fazendo com que o historiador, ao olhar para os seus fenômenos (neste caso os monopólios), tivesse a impressão de que não existisse cortes dentro destes tipos.

Vejamos o que diz Bourdieu à Roger Chartier (2017, p. 18) quando critica essa posição dos historiadores:

O paradoxo é que, por exemplo, os historiadores (...) demonstram frequentemente uma ingenuidade extraordinária na utilização das categorias: por exemplo, é impossível fazer estatísticas longitudinais comparando o status dos médicos, desde o século XVIII até nossos dias (...), sem levar em consideração que a própria noção de médico é uma construção histórica que passou por incessantes mudanças.

Isso decorre da circunstância dele não levar em conta que a metodologia aplicada pelas duas disciplinas não é a mesma. Bourdieu, portanto, não encara esta realidade (dos métodos diferentes) como Gurvitch e parece se aproximar mais de Braudel, porém com sinal contrário, pois, enquanto um gostaria de conduzir a história para a sociologia o outro estimaria transportar a sociologia para a história.

Esse contraponto se evidencia quando Chartier (historiador), em diálogo com Bourdieu (2017, p. 59), reconhece, por meio de um exemplo, tal divergência. Diz ele inicialmente: “desde os Maias até hoje, há exercícios físicos mediante os quais se verifica o confronto entre corpos” (compare esta afirmação ao trecho acima de Braudel); depois enuncia: “no entanto, o que pode ser definido como espaço do esporte, atualmente, surge em determinado momento, sem dúvida, no final do século

XVIII, na Inglaterra” (compare esta afirmação ao trecho acima de Bourdieu). Em sua resposta Bourdieu diz o seguinte à Chartier (2017, p. 59):

Por exemplo, no caso do esporte, parece-me perigoso elaborar, como ocorre com um grande número de historiadores desse tema, uma genealogia contínua, desde os Jogos Olímpicos da Antiguidade até os jogos olímpicos na atualidade. Há uma continuidade aparente que oculta uma formidável ruptura no século XIX com as *boarding schools*, com o sistema escolar, com a constituição de um espaço esportivo... Ou, dito por outras palavras, nada há em comum entre os jogos rituais, tais como o *soule*, e o futebol. Trata-se de um corte total. E o problema seria o mesmo - e é aí que o assunto se torna mais surpreendente - se falarmos dos artistas. Sentimos vontade de dizer que Michelangelo e Júlio II são semelhantes a Pissarro e Gambetta. De fato, há descontinuidades formidáveis, além de uma gênese da descontinuidade; é aí que a abordagem se torna interessante. No caso do esporte, a descontinuidade é bastante brutal em ligação com os internatos, etc.¹⁷

Em resumo, quem parte do tempo para o espaço se junta a Bergson na continuidade e quem parte do espaço para o tempo está afeito a Bachelard na descontinuidade. Passemos agora à próxima seção onde mostrarei os vínculos destas duas concepções de tempo com os conceitos de padrão de organização, estrutura e processo.

2.2 Padrão de organização, estrutura e processo

Nesta seção se aprofundará a análise dos três conceitos centrais da tese e sua aplicação no estudo do sistema mundial. Além disso, serão exploradas as definições e inter-relações entre o padrão de organização, que reflete a continuidade das formas de organização social; a estrutura, que se refere às formas concretas que esse padrão assume ao longo do tempo; e o processo, que explica as dinâmicas de mudança e permanência dentro dessas estruturas. Através dessa abordagem, busca-se entender como esses conceitos operam na configuração e transformação das sociedades no sistema global.

¹⁷ Willian H. Sewell Jr. (2005, p. 10) tem um pensamento completamente contrário ao de Bourdieu a respeito da prática dos historiadores. Veja esta passagem: “os historiadores, é claro, reconhecem a existência de regularidades causais de considerável duração. No entanto, em vez de presumirem que o mundo do passado foi governado pelas mesmas lógicas que governam o mundo do presente, os historiadores partem do princípio de que as lógicas sociais que governavam os mundos sociais do passado variavam fundamentalmente. Assim, essas lógicas precisam ser descobertas e desvendadas pelo pesquisador.”

2.2.1 A lógica sistêmica adotada

Para além do cumprimento tradicional das funções clássicas de uma boa introdução, tais como o estabelecimento do contexto e da relevância da pesquisa, o fornecimento de uma visão geral do tema, a apresentação do problema de pesquisa de forma clara e sucinta, a fixação dos objetivos e a estrutura da tese, bem como um breve panorama da metodologia utilizada optei por, já naquele momento, expor sinteticamente em que consistiam estes três elementos centrais da análise.

Era preciso que o leitor, desde o início, compreendesse sob qual prisma epistemológico o trabalho viria a se desenvolver. Como visto ali, decidi por não me afastar do paradigma¹⁸ sistêmico para cumprir com os intentos desta pesquisa — se é que o contrário seria possível, pois “o que afeta um paradigma [...], afeta ao mesmo tempo a ontologia, a metodologia, a epistemologia, a lógica, e por consequência a prática, a sociedade, a política” (MORIN, 2005, p. 54). Portanto, tal escolha se deve primordialmente ao caráter abrangente desta questão, que orienta a investigação no sentido de desvendar como a sociologia, dentro deste contexto, pode contribuir para a compreensão da configuração do sistema mundial.

Melhor explicado: este “como” deve ser interpretado sob dois aspectos. Em primeiro lugar contém a resposta para a seguinte pergunta: qual a melhor forma da sociologia contribuir com este algo que é o objeto investigado? Resposta: indubitavelmente seria fornecendo um amplo número de teorias para escolha do investigador. Esta é a resposta fácil que não demandaria tese nenhuma, contudo quais seriam as teorias mais adequadas para explicar o fenômeno? Como escolhê-las?

Sem entrar no mérito da discussão a respeito da existência de “multiparadigmidade” nas ciências sociais (RITZER, 2010; GIDDENS e TURNER, 1999; HABERMAS, 2012; ALEXANDER, 1987) ou da sua inexistência (MASTERMAN, 1970; NOGUERA, 2010) o fato é que necessitamos, de alguma maneira, selecionar o melhor conjunto de teorias à disposição para aplicá-lo na interpretação do objeto estudado. Sendo assim, e, pela circunstância de vivermos em um mundo de crescente complexidade antropológica, em que é preciso enfrentá-la e não escamoteá-la (MORIN, 2005), impossível não buscar uma percepção ecológica profunda que

¹⁸ De acordo com Morin (2005, p. 59) “a palavra paradigma é constituída por certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções-chaves, princípios-chaves. Esta relação e estes princípios vão comandar todos os propósitos que obedecem inconscientemente a seu império.”

reconheça a “interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza” (CAPRA, 1996, p. 25). Eu diria que enquanto civilização lutamos contra esses processos cíclicos no que nos é contrário e os utilizamos a nosso favor no que nos é favorável, todavia estamos sempre em relação com eles.

Entender as coisas sistematicamente, isto é, com um pensamento sistêmico, é não afastá-las do contexto para, a partir desta atitude, melhor compreender a natureza das suas relações (CAPRA, 1996). Pensar sistematicamente, portanto, é se contrapor ao pensamento analítico, na medida em que toda realidade conhecida pode ser concebida como “uma associação combinatória de elementos diferentes” (MORIN, 2005, p. 19). Além disso, uma de suas principais virtudes é “situar-se a um nível transdisciplinar, que permite ao mesmo tempo conceber a unidade da ciência e a diferenciação das ciências” (MORIN, 2005, p. 20).

Mann (2020, p. 245) — embora refute peremptoriamente o conceito de sociedade ao declarar que ela não é um sistema social, pois, jamais seria uma totalidade — quando procura as causas de surgimento e desenvolvimento das primeiras civilizações argumenta com base em uma visão que empresta coerência a todo o ambiente envolvido. A transcrição abaixo bem reforça isso:

A primeira grande peculiaridade da civilização da qual o ocidente moderno é herdeiro era a geopolítica multicêntrica, cosmopolita e não hegemônica. Havia três raízes ecológicas: vales fluviais irrigados e terras aráveis confinadas, cerne dos impérios terrestres do Oriente Próximo; terras aráveis mais abertas e extensas na Europa; e os mares interiores que os conectavam. A justaposição de tais ecologias era única no mundo; portanto, em termos histórico-mundiais, assim também era a civilização a que ela deu origem.

O raciocínio proposto aqui reforça a ideia de que se o pensamento sistêmico vale para a análise da realidade, importa igualmente para a escolha das teorias. Raciocinar sociologicamente também é pensar dentro de um contexto maior em que alguns aspectos epistemológicos fluem a partir das mais diversas áreas. Como irei demonstrar logo a seguir busco apoio em três conceitos advindos das ciências biológicas para, a partir deles, pensar em quais termos a seleção das teorias sociológicas seriam os mais adequados. Perceba, caro leitor, o interesse está unicamente voltado para a “ecologia da coisa”.

Vejam os que dizem Maturana e Varela (1998, p. 70-71, tradução nossa) a respeito da autopoiese: “a organização autopoietica significa simplesmente processos concatenados de uma maneira específica, tal que os processos concatenados produzem os componentes que constituem e especificam o sistema como uma unidade.” E, ainda: “É adequado condensar esta descrição mencionando que os sistemas autopoieticos são sistemas homeostáticos que tem sua própria organização como a variável que mantém constante.”

Como veremos mais adiante, existe sim, no sistema de relações interestatais investigado, uma variável organizacional constante, porém não há nenhuma relação com a autopoiese, pois, entendo que se trata de um sistema dinâmico, haja vista os processos do sistema interestatal serem produzidos por outros processos que não aqueles participantes da organização do objeto observado (MATURANA e VARELA, 1998). Seja na política, na economia ou na guerra tais relações se desenvolvem para atender determinados objetivos que não a própria manutenção do sistema. A ONU pode ser um bom exemplo deste tipo de mecanismo no âmbito político internacional. Ela foi criada por processos exteriores aos seus próprios processos internos. Posta em movimento ela recebe como *input* conflitos e expõe como *output* (ou pelo menos deveria) resoluções/acordos pacíficos.

Assim, se aceitamos a explicação de Maturana (1998, p. 18-19) sobre sistemas autopoieticos de terceira ordem (um formigueiro, uma família, ou qualquer outro sistema social, por exemplo)¹⁹ não corremos o perigo de ser arrastados em direção a uma tentativa de adaptação malsucedida, pois, o autopoietico nestes casos, “resulta do agregado de organismos e não é definitivo ou próprio” do formigueiro ou da família. Assim, ao dar ênfase ao aspecto autopoietico destes sistemas — que é, por certo, algo adjacente — se perde o que deveria realmente importar que é a busca pelas características próprias de cada um destes sistemas. O social não é autopoietico nem no nível molecular, nem fora dele; a sociedade como sistema de terceira ordem não depende dos dois outros níveis anteriores. Simmel (1983, p. 48) é quem nos confirma isso:

Por sociedade não entendo apenas o conjunto complexo dos indivíduos e dos grupos unidos numa mesma comunidade política. Vejo uma sociedade em

¹⁹ As células são sistemas autopoieticos de primeira ordem, pois são diretamente sistemas autopoieticos moleculares e os organismos são sistemas autopoieticos de segunda ordem, pois são agregados celulares (MATURANA, 1998).

toda parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira. Logo, em cada uma dessas uniões produz-se um fenômeno que caracteriza, da mesma forma, a vida individual; a cada instante, forças perturbadoras externas ou não opõem-se ao agrupamento e este se for deixado a agir por sua própria conta não tardará elas a dissolvê-lo, isto é, transferir seus elementos para agrupamentos estranhos. Todavia, a essas causas de destruição opõem-se forças conservadoras que mantêm unidos esses elementos, asseguram sua coesão e através disso garantem a unidade do todo até o momento em que, como todas as coisas terrestres, eles se rendem aos poderes dissolventes que os cercam.

E continua na mesma página:

Nessa circunstância, pode-se ver o quanto é justo apresentar a sociedade como uma unidade *sui generis*, distinta de seus elementos individuais. Isto porque as energias de que lança mão, a fim de se conservar, nada têm em comum com o instinto de conservação dos indivíduos. Para isso, emprega métodos de tal forma diferentes, que, com bastante frequência, a vida dos indivíduos permanece intacta e próspera quando a do grupo se enfraquece, e vice-versa. Mais do que os outros, esses fatos contribuíram para admitir a sociedade como um ser de realidade autônoma, o qual, obedecendo a leis próprias, levaria uma vida independente daquela de seus membros. E, efetivamente, se considerarmos a natureza intrínseca e a evolução das línguas e dos costumes, da Igreja e do direito, da organização política e social, tal concepção se impõe.

Morin (2003, p. 27) também reconhece a sociedade como entidade detentora de características próprias, apesar de vinculá-la aos humanos enquanto seres biológicos e relacionais. Assim, reitera que “os indivíduos humanos produzem a sociedade nas - e através de - suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos aportando-lhes a linguagem e a cultura.” É uma troca que segue um movimento circular entre dois elementos distintos, contudo Morin — embora reconheça a superação da noção de regulação (advinda da cibernética) com a de autoprodução e auto-organização — não está preocupado com a construção de limites e fronteiras. Reconhecer a relação entre elementos distintos, por meio do pensamento complexo, não é necessariamente forjar limites que não existem.

Como visto, a pura e simples adaptação de um conceito oriundo da biologia para a sociologia requer um número extraordinário de ajustes. Apenas mentes geniais como Luhmann, com a construção de uma teoria tão gigantesca como a sua podem intentar tal projeto, e, assim mesmo, incorrendo no risco de abrir flancos de crítica de tamanho considerável. Em uma situação desta, em que o conceito já está pronto,

esperando apenas uma realidade para ser encaixado, é muito difícil que seja realizada aquela tão necessária dialética que vai da realidade à construção do conceito e deste de volta à realidade (ou nova realidade) — penso em termos de reflexividade.

Deste modo, inspirado nas ideias centrais de Capra (1996), proponho o reconhecimento de três critérios fundamentais para o reconhecimento de um sistema mundial, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Fundamentos para existência da vida/sistema social

| Crítérios fundamentais | Conceito | Designação da atividade (vida) | Designação da atividade (sistema social) |
|------------------------|--|--------------------------------|--|
| Padrão de organização | "O padrão de organização de qualquer sistema, vivo ou não, é a configuração de relações entre os componentes do sistema que determinam as características essenciais desse sistema." | Autopoiese | Expansão |
| Estrutura | "A estrutura de um sistema é a incorporação física de seu padrão de organização." | Estruturas Dissipativas | Capitalismo/Feudalismo/Socialismo |
| Processo | "O processo da vida [sistema social] é a atividade envolvida na contínua incorporação do padrão de organização do sistema. Desse modo, o critério do processo é a ligação entre padrão e estrutura." | Mente | Poder |

Fonte: elaboração própria.

2.2.2 A identificação do padrão de organização

A fim de demonstrar estes conceitos com mais detalhes irei trazer as noções de tempo da seção anterior para o auxílio da identificação dos critérios fundamentais de existência e funcionamento de um sistema social. Começando, então, pelo padrão de organização e sua relação com a concepção de um tempo contínuo, para depois, expressar o processo pelo qual este padrão se insere na realidade por meio da estrutura.

De imediato a questão que precisa ser discutida diz respeito a possibilidade de identificação de um padrão de organização em um dado sistema social. Vejamos, o seguinte, se há um "social" é porque há relações e, uma relação social é um "comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência" (WEBER, 1991, p. 16) — interações essas que se estabelecem de maneira minimamente organizada, porquanto a relação social constitui-se na "probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido)" (WEBER, 1991, p. 16). Portanto, se há relação

entre as partes constituintes de um todo, necessariamente configurar-se-á uma organização, podendo ser ela linear (quando uma causa produz efeitos com uma direção previsível) ou circular²⁰ (quando, em algum momento do processo o efeito atua retroativamente sobre a causa), embora, como será visto mais adiante, o padrão de organização social — pelo menos no seu sentido material — siga uma lógica linear.

Reforça ainda Weber (1991), na mesma página, que “a relação social consiste exclusivamente (...) na probabilidade de haver, no passado, no presente ou no futuro e de forma indicável, ações reciprocamente referidas, quanto ao sentido”. Isso liga de maneira inexorável o padrão dessas relações a um tempo que, não só é, como também precisa ser contínuo. Para que haja então a manutenção da probabilidade da realização de ações reciprocamente referidas com base no sentido não pode haver ruptura do padrão. Seria como se a sociedade começasse novamente do zero. Claro que há relações específicas como o amor, a amizade, a contratual — e é efetivamente sobre isso que Weber trata — mas todas elas só existem porque estamos vivos, porque de uma maneira ou de outra 8 bilhões de seres humanos ainda conseguem consumir um nível suficiente de energia para viver, isto é, se relacionar. Assim, a questão adota dois significados, ambos vinculados ao tempo contínuo: o primeiro é aquele manifestado por Weber de que o sentido de uma relação deve estar pairando no ar, desde um passado qualquer, esperando que qualquer pessoa o atualize e o coloque em prática no espaço²¹, já o segundo é esse de acepção material, necessário para manter o corpo humano, enquanto ser biológico, em funcionamento. Conteúdo material este que, para ser transformado, requer um conjunto de relações organizacionais permanentes.

É deste segundo sentido que irei tratar a partir de agora, pois é ele que está estreitamente ligado aos assuntos da organização estatal desde os tempos das primeiras civilizações. Relações puramente afetivas enquanto tais, embora com sentido, não demandam nenhum tipo específico de organização, todavia a manutenção de um grupo grande pessoas é diferente. O fato de possuímos razão —

²⁰ Morin (2003) dá o seguinte exemplo de causalidade retroativa: Nós, seres humanos, produzimos a sociedade que nos produz, ou seja, somos produtos produtores.

²¹ Perceba, leitor, que enquanto sentido vinculado a uma ideia ele não se esvanece, não some, não sofre de solução de continuidade, no entanto, no exato momento em que é posto em prática, ao entrar em contato com o espaço (por meio das ações e atitudes das pessoas) ele pode ser dividido, retalhado, pois começa e termina.

“**vontade** de ter uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo” (MORIN, 2005, p. 70) — nos conduz à racionalização — consistente “em **querer** prender a realidade em um sistema coerente”, descartando tudo que contradiz este sistema (MORIN, 2005, p. 70) — que por sua vez nos leva a querer viver mais (seja em intensidade como em longevidade) com o intuito de manter aquelas relações mais benéficas, ou, que, no mínimo nos dão mais prazer²². Ora, para vivermos mais e melhor, para não precisarmos contar com a sorte, foi preciso algum tipo de organização; um esquema de relações que não necessariamente tenham objetivos específicos a alcançar, mas que assinalam uma direção, cujo rumo é **a expansão**. As justificativas e comprovações serão apresentadas mais adiante; o importante, no momento, é que se fixe este ponto: os seres humanos se organizam desde as primeiras civilizações em padrões lineares expansionistas.

Como visto, Morin coloca a vontade a frente da razão, pois a razão é a vontade de algo; vontade de coerência. A partir daí a racionalização entra em jogo — tal movimento não tem valor positivo no sentido moral já que a racionalização pode ser egoísta, na verdade, quase sempre é — e o real é aprisionado dentro de um sistema lógico. Na prática, por que isto é assim? A melhor resposta que encontrei foi de Mann (2020, p. 37):

Os seres humanos são inquietos, intencionais e racionais, esforçam-se para aumentar o prazer das coisas boas da vida e capazes de escolher e buscar os meios apropriados para fazê-lo. Ou, pelo menos, boa parte faz isso, contribuindo para manter a dinâmica característica da vida humana e que lhes permite ter uma história, algo ausente em outras espécies.

Note que estamos navegando em um plano fora da moral. Kant (2007), por exemplo, inverte esta lógica ao colocar a razão como agente limitador da vontade, ou melhor, como guia e orientadora da vontade. Contudo, como é fácil perceber, esta visão está eivada de conteúdo moral e permanece atrelada, portanto, ao “dever ser” e não ao “ser”. Aliando, então, a razão a uma determinada espécie de vontade de organização — que repito está desvinculada de qualquer conteúdo moral — é preciso agora mostrar como que um padrão se vincula **a dado** sistema social (sistema-mundo),

²² Não se esqueça, há quem goste de viver em harmonia e há quem opte pela discórdia.

ou, nos termos de Andre Gunder Frank e Barry K. Gills (1993a) ao sistema social (sistema mundial)²³.

2.2.3 A materialização do padrão

Começo mostrando a ligação entre o padrão e o ideal de tempo contínuo invocando novamente Braudel (1965, p. 272), para quem “o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de anteontem, de outrora”. Sendo assim, diz ele, “o tempo curto [só pode ser] a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (1965, p. 265), de maneira que, ao sociólogo, parece não haver outra alternativa que não seja ajustar o seu tempo ao do historiador, ou seja, à compreensão “[d]esta duração social, [d]estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social” (BRAUDEL, 1965, p. 262) . Logo,

Para um historiador, tudo começa, tudo acaba, pelo tempo, um tempo matemático [...].

Os sociólogos, bem entendido, não aceitam esta noção demasiado simples. Estão muito mais próximos da *Dialectique de la Durée*, tal como a apresenta Gaston Bachelard. O tempo social é simplesmente uma dimensão particular de tal realidade social que eu contemplo.

[...]

Este desacordo é mais profundo do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; a estrutura profunda de nosso trabalho repugna-lhes. Nosso tempo é medida, como o dos economistas. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura não cessa de se destruir senão para se reconstituir, aceitamos de boa vontade a explicação que a observação histórica confirma, de resto. Mas gostaríamos, no eixo de nossas exigências habituais, de saber a duração precisa destes movimentos, positivos ou negativos. Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, medem-se. (BRAUDEL, 1965, p. 289)

Assim não existiria só uma história de longuíssima duração ou uma história de curta duração; subsistiria ainda um tempo intermediário, um tempo adequado para todas as ciências sociais. Do momentâneo à longa, muito longa duração estão aqueles períodos da conjuntura e da estrutura. Ambos no meio, o primeiro mais próximo ao instantâneo e o segundo mais próximo ao tempo longo. A história da conjuntura seria aquela voltada à oscilação cíclica — o “recitativo da conjuntura” com

²³ Enquanto para Wallerstein é possível a existência de sistemaS-mundo, para Frank e Gills existe apenas um sistema mundial.

duração entre 10, 20, 50 anos (BRAUDEL, 1965) — enquanto a história da estrutura seria aquela dos elementos estáveis que percorrem as gerações por séculos de maneira a moldar o curso dos acontecimentos. O objetivo, pois, é ir além do tempo curto para assim melhor apreender o valor do tempo longo; é ultrapassar o tempo curto para suplantar a análise única dos atores que se destacam.

Este tempo que é contado, que enlaça eventos, que só tem uma direção e que é contínuo é um tempo que guarda uma estrutura, pois só nele se revelam relações fixas entre realidades e massas sociais. Só na longa duração, portanto, se pode superar a conjuntura econômica e a conjuntura social; só nela é possível encontrar os elementos estáveis formadores da coerência de um período e responsáveis por esta semi-imobilidade que domina a sociedade (BRAUDEL, 1965). Exatamente aqui, neste ponto, me afasto de Braudel em alguns aspectos conceituais que precisarão ser elucidados para não gerarem confusão mais à frente.

A distinção fundamental entre a minha proposta e a concepção de Braudel está na diferença entre o padrão de organização e a estrutura. Ao vincular a estrutura à forma retiro-a de uma união estreita com o tempo (muito embora, como já visto acima, ela nunca esteja fora do tempo). Assim uma estrutura pode durar o tempo que for; ela só precisa durar. A estrutura apenas materializa o padrão de organização. É por isso que o padrão está vinculado ao tempo contínuo, pois é recriado insistentemente por uma mente, ou, por uma sociedade, que tem memória. É essa memória que vincula o movimento ao tempo lhe dando consequentemente continuidade. Ao materializarmos o padrão por meio de uma estrutura rompemos com o tempo e invadimos o espaço, particionando com isso o movimento.

O sujeito (ser humano) reflexiona sobre um objeto (sociedade) que o influencia pelo simples fato de poder ser pensado. Todavia, depois de mentalizado, o objeto ganha unidade, quer dizer, adquire continuidade para o sujeito. Para o sujeito, portanto, o objeto interiorizado é linear. Quando ele pensa a sociedade ou a maneira como ela se organiza não há ruptura, não há vazios. Assim, ao agir sobre este objeto é muito provável que tal ação se dê no sentido daquele mesmo padrão. Como bem destaca Colin Renfrew (2011, p. 14, tradução nossa), “a cultura tem sido considerada como ‘comportamento padronizado’, mas com os padrões de comportamento que aprende, o homem ou criança civilizado herda uma visão de mundo pronta: todos somos filhos do nosso tempo”.

Ocorre que a ação se materializa no mundo se transformando em estrutura e ocupando certo espaço. Essa estrutura então ao concretizar o padrão volta a influenciar o sujeito ou outros sujeitos, contudo trata-se já de um objeto recortado, mutilado. Observe o que nos diz Morin (2005, p. 43):

Se parto do sistema auto-eco-organizador e subo, de complexidade em complexidade, chego finalmente a um sujeito pensante que não é mais do que eu mesmo tentando pensar a relação sujeito-objeto. E, inversamente, se parto deste sujeito da reflexão para encontrar seu fundamento ou ao menos sua origem, encontro minha sociedade, a história desta sociedade na evolução da humanidade, o homem auto-eco-organizador. Assim, o mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo. Sujeito e objeto neste processo são constitutivos.

A discussão a respeito da diferença padrão/estrutura é de acentuada relevância, pois, oferece uma perspectiva frutífera para entender os debates sobre transições entre grandes modelos sociais e econômicos. Certamente poderíamos perguntar: houve ou não houve transição continuada do feudalismo para o capitalismo? Haverá ou não haverá transição do capitalismo para o socialismo? Houve algum dia um mundo com dois sistemas distintos? Seria isso possível? Claro que isso é possível (se existiu ou não tal convivência entre sistemas é outro debate), porquanto a estrutura não demanda continuidade. Pensemos no padrão de organização de uma casa, ele é, e sempre será, contínuo. Qualquer pessoa do século XXI poderia voltar no tempo e identificar uma casa (*domus*)²⁴ no império romano porque o padrão casa é o mesmo — embora os tipis²⁵ utilizados pelos povos indígenas dos Estados Unidos possam ser considerados a sua habitação dificilmente alguém os confundiria com uma casa. O que muda concretamente é a estrutura da casa. De lá para cá muitas e muitas foram as formas de uma casa. Contudo, note, nunca deixou de ser casa. Agora, perceba como uma estrutura não tem relação permanente com o tempo: ao materializar o padrão casa a estrutura ganha o espaço e a sua duração deixa de ser relevante.

²⁴ Refiro-me especificamente a *Domus* Romana (casa urbana para moradia e vida social) e não a *Villa* Romana (propriedade mais versátil no campo, combinando funções residenciais e produtivas) ou a *insula* multi-familiar (construções semelhantes aos modernos conjuntos de apartamentos em áreas urbanas densas). Para maiores detalhes consultar Michele George (1997).

²⁵ Um tipi, também conhecido como teepee, é um tipo de habitação portátil que era tradicionalmente usada por várias tribos das planícies norte-americanas, como os Sioux, Cheyenne e Arapaho. Eram construídos basicamente com peles de animais, especialmente de búfalos e sustentados por longos postes de madeira dispostos em um círculo. Para ver a foto de um tipi acesse: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/tipi>.

Com os sistemas sociais não é diferente. São diversas as formas pelas quais um padrão de organização se consuma. Teoricamente nada garante que um sistema deva suceder o outro. Pode ter existido efetivamente uma transição identificável do feudalismo para o capitalismo? Sim, pode, no entanto nada impede que estas, ou qualquer outras formas de sistemas possam coexistir. Quando um determinado padrão se torna realidade, quando é de alguma maneira implementado no mundo físico, toda uma gama de formas pode surgir e, isso, como veremos, dependerá do processo. Alguém duvida que exista no mundo tipos distintos de capitalismo? Bruno Amable (2003) com a identificação de cinco tipos — o modelo baseado no mercado, o modelo social democrático, o modelo europeu continental, o modelo mediterrâneo e o modelo asiático — e Peter A. Hall e David Soskice (2001) com suas duas variedades denominadas economias de mercado liberal e economias de mercado coordenadas, já bem demonstraram a viabilidade de tal ocorrência.

Suas análises têm como objetos países, mais especificamente os países desenvolvidos. Ao investigar as estruturas econômicas destas nações por meio da identificação de modelos institucionais distintos esses autores já pressupõem e, portanto, não discutem, a existência de um padrão de organização que eles identificam com o capitalismo — que na verdade é a estrutura. Veja que esse capitalismo é algo pré-concebido que não chega sequer a ser discutido. Tipos de institucionalismos, tipos de economias, tipos de mercado, tanto faz o nome que se dê ao elemento central dessas variações porque na realidade o que importa para esses estudos é apenas a estrutura que garante a materialização de um padrão que é linear e que visa o crescimento, a dominação, a imposição, a vantagem, a melhor colocação e etc. Também não há maiores preocupações com a identificação de um processo comum de corporificação para estas estruturas. Existe ali um padrão que deve ser garantido e que é efetivamente implementado e que, pelos mais diversos motivos, assegura a vantagem de uma determinada forma sobre a outra em aspectos particulares. Tal relato não contém nenhum tipo de juízo de valor ou crítica a estas teorias, pois meu único interesse aqui é demonstrar que elas somente procuram descrever estruturas, ou seja, simplesmente só um dos critérios fundamentais de um sistema social.

Que reste bem claro, se as “instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, [...] as restrições criadas pelo homem que moldam

a interação humana” (NORTH, 1990, p. 3), elas são estruturas — lembrando que segundo Aristóteles estruturas são a organização da respectiva forma. As instituições são moldáveis como uma substância é moldável, por isso elas podem mudar, por isso elas podem ser descontínuas. Em termo aristotélicos eu diria que a substância (algo que existe por si/ aquilo a que o acidente sempre adere) é neste caso a relação, ou melhor, é a relação social que recebe determinado tipo de formatação²⁶. Pensando a “instituição” como coisa capaz de moldar relações, impossível não citar Durkheim (2004, p. 45) para corroborar o pensamento contido neste parágrafo:

Com efeito, os factos sociais que tomámos como base são todos maneiras de fazer; são de ordem fisiológica. Ora há também maneiras de ser coletivas, quer dizer, factos sociais de ordem anatómica ou morfológica. A sociologia não pode desinteressar-se do que diz respeito ao substrato da vida coletiva.

Logo, esse substrato da vida coletiva é o meio em que a sociedade existe, onde ela se movimenta, onde a qualidade e a quantidade são efetivamente aplicadas. Com efeito, associo a palavra “substrato” à estrutura, pois como exemplifica Aristóteles (2021, p. 413): “em que consiste a calma? Na suavidade do mar, havendo nisto de corresponder ela ao substrato material do mar, enquanto a suavidade, por sua vez, será a respectiva atualidade ou estrutura”. Este exemplo mostra perfeitamente que a estrutura formata, modela, caracteriza, atualiza e adjetiva algo. Se o mar hoje está suave amanhã estará turbulento. Ela recai única e exclusivamente sobre a coisa. Assim também é com as variedades de capitalismo vistas acima, porquanto o que é liberal ou coordenado é o capitalismo/mercado. O mercado existe efetivamente, uma vez que as trocas ocorrem no mundo real, sendo a matéria que aguarda a atualização/estrutura. Obviamente que a palavra mercado também pode adotar o sentido de instituição o que a leva a agir/pairar sobre algo. Neste caso, o algo, é a economia em si — por isso poderíamos contrapor uma economia socialista a uma economia de mercado.

A abordagem dos tipos de capitalismo ajuda a compreender melhor qual o entendimento de estrutura adotado neste trabalho, e, além disso, facilita a introdução do tema sobre a possibilidade de coexistência de sistemas sociais distintos e de

²⁶ Para Aristóteles a substância consistiria na conjunção da matéria e da forma, assim, no nosso caso, a relação social *stricto sensu* — identificada com a matéria — ao receber determinada estruturação — como visto acima, quando uma coisa se organiza sob certa forma — se transforma em relação social *lato sensu*, ou seja, em substância. É, portanto, a forma que dá identidade à substância.

transições destes mesmos sistemas. Essa discussão assume relevância para o problema investigado, não necessariamente pelo conteúdo em si, mas porque interessa demonstrar como o sociólogo deve olhar para as relações interestatais, isto é, qual(is) ponto(s) de vista deve ele adotar. Vamos começar colocando em discussão Marx.

Marx pensava o capitalismo de maneira genérica, a partir, dos desenvolvimentos da economia do Reino Unido. Sua preocupação era contrastar sucessivos modos de produção distintos, tais como: comunismo primitivo, modo de produção asiático, escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo (como transição para o comunismo) e comunismo (como fase final). Existe nesta sequência, um fio, uma linha, que perpassa o tempo, transfigurando o sistema anterior no próximo à medida que as contrariedades básicas se transmudam em contradições produtivas (GIANNOTTI, 2013). Marx (2013, p. 547) explicita isso ao mencionar a manufatura, porquanto ela, ao mesmo tempo que não podia se apossar da produção social, também não podia revolucionar as suas bases; diz ele: “sua própria base técnica estreita, tendo atingido certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criara”. Concluindo mais adiante ressalta: “o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção constitui, todavia, o único caminho histórico” (MARX, 2013, p. 682-683).

Jindrich Zeleny (1978, p. 44) ao comparar as análises científicas de Marx e de Ricardo sob um ponto de vista lógico faz interessante observação:

Enquanto para Ricardo a essência é algo fixo e sem diferenciações, Marx percebe e investiga o movimento dessa essência, concebendo-a como historicamente perecível e destinada a atravessar vários estágios evolutivos e transformações qualitativas. Marx concebe a essência como um processo contraditório que possui fases de desenvolvimento e camadas de profundidade diferente. No campo do conhecimento científico, Marx se interessa sobretudo pela descoberta das leis do movimento substancial.

Marx procura, portanto, linearidade onde não há linearidade, ou seja, na estrutura. Como demonstrei acima, o movimento, vinculado ao tempo, é sempre contínuo, todavia criamos a descontinuidade para melhor apreender o cotidiano. Logo, ao mirar a constituição da forma, Marx acaba por perder a essência do padrão. Quando olhamos para as estruturas, apenas fornecemos um molde para alguma coisa e, ao fazer isso, a diferenciamos de todo o resto. É por este motivo que existe tamanho

desacerto sobre a passagem de um sistema a outro. Quero dizer com isso que não há necessariamente uma sequência de causa e efeito entre uma estrutura e outra. Não pode haver continuidade entre estruturas, pois se assim fosse elas seriam a mesma coisa. Não seria possível dizer que o feudalismo e o capitalismo são coisas distintas se eles fossem contínuos. Observe que homens e mulheres, na qualidade de humanos, são iguais porque, se bem refletirmos, existe aí um contínuo que somente é diferenciado arbitrariamente pela sociedade (BOURDIEU, 2020). Já os sujeitos individuais são distintos porque compõem formas enclausuradas em estruturas específicas. Assim também é com os sistemas sociais, aliás, muito mais com eles, pois criações humanas com estruturas bem demarcadas.

As partes de um corpo humano são distintas umas das outras porque possuem formas que as diferenciam, de modo que apenas aparentemente são unidas. No nível molecular o que existe é uma série de relações de partículas que adotam um padrão que diferencia a vida de todo o resto. Sistemas sociais, sociedades, civilizações, nações são similares às partes de um corpo, pois cada uma detém estrutura própria. Portanto a continuidade não pode estar na forma, mas sim no padrão. Novamente, a dificuldade de prever as mudanças de um sistema ao outro reside justamente aí. Desta maneira, quando olhamos para a conformação da sociedade estamos fazendo recortes estruturais, de forma que nunca conseguimos encontrar ou adivinhar a forma que substituirá a anterior.

Vamos supor que a luta de classes seja o padrão de organização da sociedade em geral, na medida em que Marx e Engels (2021, p. 215)²⁷ sustentam que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes”, isto é, “opressores e oprimidos, em constante oposição”. Sendo assim esse padrão deveria ser algo contínuo, pois afixado na memória dos sujeitos, pronto para ser reproduzido na realidade. A continuidade, e, portanto, a linearidade, é o que está na memória dos sujeitos. O padrão é a única coisa que pode se mover ou se estender em linha reta, seguindo uma trajetória sem curvas ou desvios. Quando se materializa vira estrutura, logo perde sua linearidade e sua continuidade. Veja o que diz Marx (2011, p. 19) sobre a luta de classes no prefácio à 2ª edição do livro “O 18 de brumário de Luiz Bonaparte”:

²⁷ Trata-se da posição e não da página, pois refere-se à consulta em e-book.

Quando se faz essa analogia histórica superficial, esquece-se o principal, ou seja, que, na Roma antiga, a luta de classes se travava apenas no âmbito de uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, compunha o pedestal meramente passivo para aqueles contendores. Esquece-se o dito importante de Sismondi: o proletariado romano vivia à custa da sociedade, ao passo que a sociedade moderna vive à custa do proletariado. **Em vista dessa total diferença entre as condições materiais e econômicas da luta de classes antiga e da luta de classes moderna**, as aberrações políticas delas resultantes não podem ter mais elementos em comum do que têm o arcebispo de Canterbury e o sumo sacerdote Samuel (grifo nosso).

Ora, a luta de classes não é um padrão, a luta de classes é uma forma, conseqüentemente é uma estrutura. Como estrutura ela pode ganhar um número infinito de formas e durar o tempo que durar. Voltando ao exemplo da casa, se conseguíssemos retornar à Terra daqui a mil anos e não fosse possível identificar em nenhum lugar uma casa é porque o padrão casa deixou de existir na realidade. Como estrutura a luta de classes é apenas a concretização de um padrão de organização.

Com efeito, Marx (2013, p. 959) em “O capital”, percebendo o movimento circular do capital, pensa na única saída possível para o início dessa acumulação, qual seja: a acumulação primitiva, apontando, a meu ver, no sentido de um padrão de organização linear, que quase é captado por ele, mas ao fim não é apreendido. Nas suas palavras:

Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.

Ora, se existe uma acumulação primitiva é porque houve acumulação anterior ao capitalismo, ou seja, já havia uma tendência à expansão. Neste sentido o padrão é linear porque segue uma tendência no longo prazo. Quando Marx (2013, p. 961) declara que “a estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal” e, que, “a dissolução desta última liberou os elementos daquela” ele está reconhecendo a independência das estruturas, isto é, elas são coisas separadas/distintas, portanto, podendo ou não existir ao mesmo tempo. Não há necessidade de uma desaparecer para outra continuar. O que gerou o capitalismo não foi o feudalismo e suas contradições, mas sim o processo (poder) pelo qual o padrão foi materializado. Não há um destino a ser realizado em termos

estruturais. A única garantia que temos é que a estrutura estará destinada a garantir a realização do padrão, o que não significa necessariamente que conseguirá.

Seccionarei o seu tempo agora, leitor, e abrirei um breve parêntese (no próximo parágrafo). Você verá que tal iniciativa não romperá com a continuidade da tese — o trabalho tem um padrão de organização; na realidade toda tese tem. Tampouco a linearidade da estrutura do trabalho será quebrada, pois o assunto rapidamente tratado não tem o poder de sulcar o padrão. Não correrei, por isso, o risco de fazer diversos parênteses com assuntos não-lineares e concluir a tese tratando de outra matéria. A incisão no tempo fará você, leitor, perceber que algo passou, fará você pensar no que leu para comparar com o que lerá. Seguiremos juntos pelo texto e sentiremos o tempo toda vez que ele seja despedaçado. No momento da ruptura surgirá em nossa mente o contínuo, representando aquilo que ficou para trás. Seremos capazes de perceber que algo vinculou o nosso entendimento até aquele momento e que a estrutura de cada parágrafo não foi nem muito menos será capaz de rompê-lo. Enfim, adiante o parêntese.

Muniz Sodré (SODRÉ, 2023) afirma que o racismo no Brasil se sustenta justamente porque ele não é estrutural. "Minha visão [diz ele] é que o racismo que existia no Brasil estava consolidado e ligado à escravatura. Portanto, a estrutura escravista existia." E continua: "O Brasil se sustentou na escravidão, foi ela que fez a acumulação primitiva [de capital] aqui e foi a coisa mais bem-organizada neste país. Mas isso acabou com a Lei Áurea". Ou seja, ele liga a estrutura à forma e não à permanência, concebendo, desta maneira, as razões do racismo atual no Brasil de outra maneira. Para o sociólogo brasileiro, o racismo no país é institucional e intersubjetivo, conseqüentemente, se fosse estrutural já teria acabado. Este aparte clareia um pouco mais a questão da vinculação da estrutura à forma e não a permanência.

O tempo não estaria assim relacionado às diferentes velocidades da dinâmica, mas sim com as continuidades e com as rupturas. Ao compreender o tempo a partir desta dupla concepção posso colocar a estrutura e o padrão em relação a ele, de forma a considerar este como algo contínuo e aquela como algo descontínuo. Como ligo a estrutura à forma não me preocupo com o fato da durabilidade — se a durabilidade significar algo que dure muito tempo. Digo isso porque algo que dura um segundo "dura", portanto, existe, e se existe me interessa. Por isso um sistema social

pode mudar de estrutura quantas vezes for necessário e continuar seguindo o mesmo padrão. Não é a sua "estrutura" que perdura no tempo, mas sim seu "padrão de organização".

De novo o exemplo da casa. Qualquer estrutura que garanta a uma pessoa um lugar que lhe proteja das intempéries do clima, dos animais e insetos e de outros seres humanos mal-intencionados e, além disso, lhe permita descansar e conviver com sua família e amigos pode ser considerada uma casa (por isso uma barraca não é uma casa). Fazendo uma analogia: vamos lembrar daquele quadro do programa do apresentador de TV Luciano Huck em que ele faz uma transformação na casa das pessoas. O padrão de organização "casa" permanece (todos os engenheiros o têm em mente), mas a estrutura (forma) muda completamente depois da reforma. Assim foi que decidi chamar de "padrão de organização" (CAPRA, 1996) o que Braudel (1995) chamou de "estrutura". Para o historiador francês a estrutura surge da ocorrência, pois esta, ao repetir-se, torna-se sempre generalidade. Porém a estrutura, seria, ao meu entendimento, o que garante e o que é garantido pelo padrão de organização, seja mudando ou permanecendo igual. Repetindo-se ou não. Braudel ao assemelhar a ocorrência à estrutura conecta esta ao tempo, pois tudo que se repete, se repete no tempo. O curioso é que ao fazer isso Braudel dá reconhecimento ao tempo descontínuo, haja vista que a estrutura neste sentido é algo que apresenta ritmo, porquanto só se repete o que acaba e começa de novo. Lembre-se, só o padrão pode estar contido no tempo contínuo, uma vez que ele jamais se renova. Por conseguinte, deve-se considerá-lo existente apenas no plano ideal, fora da realidade, só se manifestando no mundo enquanto estrutura.

Sendo assim, qualquer estrutura que retroaja sobre o ser humano para lhe ampliar o espaço (qualitativamente ou quantitativamente) é uma estrutura social. Como resultado disso, na minha proposta, a estrutura não seria a "expressão da estabilidade", mas sim o padrão de organização seria essa expressão. Como já demonstrei anteriormente a estrutura deve mudar ou fluir para se organizar, pois uma sociedade com estruturas permanentes seria uma sociedade em equilíbrio, nada mais nada menos que uma sociedade morta.

Michael Oakeshott (2018), filósofo conservador britânico do século XX, tinha plena consciência da necessidade da mudança das estruturas para se manter a estabilidade na sociedade. É por esse motivo que ao contrapor a política da fé à

política do ceticismo ele imagina a figura do estivador, aquele sujeito capaz de manter um navio estável durante a tempestade ao mudar a forma como as cargas estão dispostas no porão. Nas palavras de Timothy Fuller (2018, p. 21): “o ceticismo do ‘estivador’, confrontado com a política da fé, procura moderar o conflito, pois a necessidade de mudança pode ser admitida sem o estímulo de expectativas ilusórias.”²⁸ Com isso quero demonstrar que até mesmo um conservador é capaz de perceber a necessidade de mudanças estruturais para manter a estabilidade. Constate que a estabilidade nada tem a ver com imobilidade — nem mesmo para Oakeshott. Estabilidade está relacionada com o seguir em frente. É assim com o navio, é assim com a sociedade. Uma sociedade estável não é uma sociedade inerte.

2.2.4 A expansão para além do crescimento material

Expandirei, agora, um pouco mais a defesa das razões do porquê identifico o padrão de organização da sociedade com a expansão e porque seu surgimento é um aspecto da civilização²⁹ e não do capitalismo somente. Parto, junto com Mann (2020) — que por sua vez seguiu Renfrew — da ideia de que a civilização deve ser entendida como **isolamento da natureza**. Segundo Renfrew (2011, p. 13, tradução nossa) “civilização é o complexo ambiente artificial do homem; é o isolamento criado pelo homem, um artefato que faz a mediação entre ele e o mundo da natureza. Como o ambiente do homem é multidimensional, a civilização também é”.

Com o surgimento da civilização há aumento do espaço de vida (criado pelo que os geógrafos denominam de **espaço perceptivo**), pois a partir da elaboração de artefatos o ambiente dos seres humanos, em suas mais variadas dimensões, pôde

²⁸ Zhou Enlai, primeiro-ministro da República Popular da China entre 1949 e 1976, em conversa com Henry Kissinger, no âmbito das aproximações diplomáticas entre China e EUA, explicou ao diplomata norte-americano que “o timoneiro deve navegar com as ondas ou afundará com a maré” (KISSINGER, 2012). Basicamente o contexto desta frase estava inserido nas mudanças geopolíticas que estavam acontecendo no mundo da década de 1970, mas também pode ser aplicada ao fim do caótico período da revolução cultural na China. Era preciso, naquele momento, depois de tanto tumulto, “colocar a bola no chão” como diz o ditado, para que a China pudesse avançar.

²⁹ Assim mesmo no singular sem o artigo indefinido em contraposição ao plural civilizações ou o singular “uma civilização”. Como caráter geral civilização pode ser entendida como “um estágio, nível ou estado de desenvolvimento cultural” (RENFREW, 2011, p. 4). O começo da era civilizacional data de mais ou menos 3.000 AEC.

ser consideravelmente ampliado. A explicação abaixo auxilia na compreensão da questão:

Podemos ver o processo de crescimento de uma civilização como a criação gradual pelo homem de um ambiente maior e mais complexo, não apenas no campo natural, através da exploração crescente de uma gama mais ampla de recursos do ecossistema, mas também nos campos social e espiritual. E, enquanto o caçador selvagem vive em um ambiente que não é tão diferente em muitos aspectos do de outros animais, embora já ampliado pelo uso da linguagem e de uma série de outros artefatos na cultura, o homem civilizado vive em um ambiente muito mais de sua própria criação. Civilização, nesse sentido, é o ambiente autoconstruído pelo homem, que ele moldou para se isolar do ambiente primordial da natureza. Todos os artefatos que ele usa servem como intermediários entre ele e esse ambiente natural e, ao criar a civilização, ele tece, por assim dizer, uma teia de cultura tão complexa e densa que a maioria de suas atividades agora se relaciona com esse ambiente artificial em vez de diretamente com o ambiente fundamentalmente natural (RENFREW, 2011, p. 11, tradução nossa).

Note, caro leitor, que estou falando de **espaço perceptivo** e não de **espaço sensorial**; com a civilização o que se amplia é o espaço perceptivo. Segundo Erwin Strauss (1963, p. 318, tradução nossa) “o espaço sensorial se relaciona com o espaço perceptivo assim como a paisagem se relaciona com a geografia”³⁰. Pois bem, para evidenciar este ponto de vista, e, poder adiante fixar, de uma vez por todas, a diferença entre padrão de organização e estrutura terei de abdicar de qualquer compromisso com uma escrita fluida e limpa para trazer mais uma longa citação, desta vez de Christian G. Allesh (1990, p. 18-19) sobre o pensamento de Strauss:

Em uma paisagem, estamos encerrados por um horizonte; não importa o quão longe vamos, o horizonte constantemente nos acompanha. O espaço geográfico não tem horizonte. O espaço geográfico é sistematizado e minha posição nesse sistema é determinada por um sistema de coordenadas arbitrariamente estabelecido: eu não estou mais no ponto central de um sistema espacial, como estou em uma paisagem cercada por um horizonte. Enquanto o espaço geográfico é medido por distâncias objetivas que podem ser abstraídas de mim e da minha posição real, o espaço sensorial da paisagem é organizado pelas impressões de proximidade e distância. Straus sustenta que a estrutura do espaço vivido não se conforma à do espaço conceitual, porque a relação entre um ser que experimenta e o mundo é totalmente diferente da relação entre um organismo e um estímulo. Claro, isso não exclui a possibilidade de que alguns aspectos da experiência humana possam ser descritos por modelos cibernéticos, nem significa que algumas previsões do comportamento humano não possam ser realizadas por modelos de estímulo-resposta. Mas significa que certos aspectos da experiência humana simplesmente não podem ser explicados por tais modelos. O que faz uma paisagem ser uma paisagem não pode ser explicado pela estrutura dos estímulos, mas apenas pela maneira específica de

³⁰ Para que fique bem claro ao leitor: espaço sensorial ≠ espaço perceptivo; paisagem ≠ geografia.

experimental humana. Experimentar uma paisagem inclui uma forma de sentir que um modelo cibernético nunca poderá reproduzir.

A civilização com seus novos artefatos que isolam o homem da natureza se vincula, portanto, ao espaço perceptivo da geografia e não ao espaço sensorial da paisagem. Por isso o padrão de organização da sociedade é expansivo, pois não está atrelado a um horizonte. Novas dimensões podem ser criadas infinitamente — religião, política, economia, moda, esporte, educação, relações internacionais, ciência, sociedade — sejam elas campos, sistemas ou esferas. Como visto acima o espaço geográfico, por ser perceptivo, pode, perfeitamente, ser uma abstração, uma construção humana que independe da posição real, logo, algo contínuo. Não há descontinuidade no espaço perceptivo/abstrato, de maneira que não existe rompimento da tendência expansionista. Os humanos unem passado e presente para construir um futuro sempre mais amplo. Homens e mulheres “civilizados”³¹ não podem/não conseguem jamais “saciar-se da vida”, no sentido de completar um ciclo — embora, possam por óbvio cansar-se dela — dado que a possibilidade de aperfeiçoamento que lhe é apresentada progride indefinidamente³².

A estrutura por outro lado está relacionada à paisagem, àquilo que se constrange por um horizonte. Além disso, a estrutura está ligada ao espaço sensorial, isto é, ao físico, e, portanto, ao espaço não-intuitivo da física moderna. Ao construir uma estrutura, ao dar forma a alguma coisa — a determinadas relações, por exemplo —, os humanos não estão apenas respondendo a estímulos, já que a estrutura do

³¹ Utilizei a palavra civilizado entre aspas para evitar mal-entendidos, muito embora no sentido aqui adotado tal cuidado não fosse necessário. Certos agrupamentos humanos que ainda hoje vivem em harmonia com a natureza em nada se diferem dos outros agrupamentos em sua humanidade. Como expliquei, civilizado é apenas uma designação para as sociedades que optaram por se isolar da natureza e com isso viver em um mundo multidimensional. A expressão “nações civilizadas” criada pelo mundo europeu e ocidental, essa sim, tem inegável caráter racista e excludente, como bem nos mostra William A. Schabas (2023).

³² Esta frase tem inegável inspiração nesta passagem de Weber (1982, p. 406-407): “O camponês, como Abraão, podia morrer “saciado da vida”. O senhor de terras e o herói guerreiro feudais podiam fazer o mesmo, pois ambos cumpriam um ciclo de sua existência, além do qual não alcançavam. Cada qual, a seu modo, podia alcançar a perfeição do mundo interior em consequência da clareza ingênua da substância de sua vida. Mas o homem ‘culto’, que luta para se aperfeiçoar, no sentido de adquirir ou criar ‘valores culturais’, não pode fazer isso. Pode ‘cansar-se da vida’, mas não pode ‘saciar-se da vida’, no sentido de completar um ciclo. A possibilidade de aperfeiçoamento do homem de cultura progride indefinidamente, tal como ocorre com os valores culturais. E o segmento que o recipiente individual e passivo, ou o co-construtor ativo pode abarcar no curso de uma vida finita, se torna mais insignificante na medida em que mais variados e múltiplos se tornam os valores culturais e as metas do auto-aperfeiçoamento”. Weber opõe aqui a religião à esfera do conhecimento intelectual, todavia acredito que esse pensamento se aplique, com as adaptações necessárias, ao que venho propondo.

espaço vivido não se conforma à do espaço conceitual, embora isso não queira dizer que aquela se contraponha esta. Não será possível expandir este tema aqui, mas a não adaptação da estrutura do espaço vivido (descontínuo) ao espaço conceitual (contínuo) pode estar na gênese das dificuldades da manutenção de estruturas ecologicamente sustentáveis. Fazer as pessoas se reconectarem ao meio ambiente novamente vai de encontro ao padrão linear e expansionista da civilização, fato este, que, por óbvio é um tremendo paradoxo, porque a própria civilização que nos leva à formalização do conhecimento e à expansão da racionalidade é a mesma que nos impede de aceitar uma vida de harmonia com a natureza. Mesmo os mais sustentáveis manejos do meio-ambiente ainda assim buscam isolar o ser humano da natureza e por consequência ampliar o seu espaço de ação. É sem dúvida a vitória da racionalização — apreensão da realidade em um sistema coerente custe o que custar — sobre a racionalidade — vontade de dialogar com o que resiste ao racional (MORIN, 2005)³³.

2.2.5 O processo de continuada integração do padrão ao sistema

Pelo exposto até o momento há uma boa probabilidade do leitor se perguntar sobre a diferença entre acontecimento e estrutura e onde ela se encaixaria neste trabalho. Evidentemente se trata de algo normal na medida em que alguns autores vinculam tais ideias ao tempo. Sewell Jr. (2005, p. 151) é um destes exemplos. Para ele “a estrutura é dinâmica, não estática; ela é o resultado continuamente evolutivo e a matriz de um processo de interação social. Mesmo a reprodução mais ou menos perfeita das estruturas é um processo profundamente temporal que exige uma conduta humana engenhosa e inovadora”. Por sua vez os acontecimentos seriam processos que se desdobram no tempo geralmente começando com uma ruptura — uma interrupção das rotinas ou práticas sociais regulares —, depois passando a envolver uma sequência de ações, reações e interpretações que amplificam seu impacto, para terminar a longo prazo transformando instituições, identidades e relações de poder (SEWELL JR., 2005).

³³ Neste sentido, como é possível perceber, não adoto compromisso com nenhum tipo de otimismo. Inclusive, não compreendo as críticas que muitas teorias recebem por serem muito pessimistas, como se o sociólogo fosse necessariamente um mensageiro de palavras de esperança.

No entanto, poderíamos perguntar, por tudo que foi visto acima, por que não considerar os acontecimentos como fatores de mudança estrutural? Segundo Souza (2016, p. 11) “a relação entre estrutura e acontecimento (...) é a seguinte: a estrutura é uma expressão da estabilidade produzida na dimensão sub-estrutural e factual da história; mas os acontecimentos se tornam mais interessantes justamente quando eles deixam de corroborar a estabilidade e a desafiam.” Para corroborar sua alegação o autor menciona a crise financeira de 2008 e a consequente queda de um dos grandes bancos da época, o Lehmann Brothers³⁴. O episódio da falência da instituição financeira teria sido um elemento de fundamental importância, destinado mesmo a desafiar toda uma estrutura criada até então para o funcionamento do mercado financeiro, mais especificamente o de subprime³⁵. Com isso o acontecimento dramático interromperia “o fluxo de eventos reprodutores da dimensão estrutural” obrigando-a a se reconstruir de outra forma.

O debate merece ser ampliado. O fato de o Lehman Brothers quebrar foi uma decorrência da própria estrutura existente e não algo determinado de fora. O mercado financeiro seguia o seu rumo, assim como o navio de Oakeshott, entretanto, em algum momento, a disposição da carga começou a emborcar o navio, e o estivador³⁶, com isso, precisou estabelecer uma nova forma de acomodação. Novas regras surgiram neste contexto como uma forma de garantir que o mesmo padrão de organização pudesse continuar; ocorreram apenas pequenos ajustes na estrutura. Note que sob a ótica chinesa este evento possibilitou inclusive uma inserção ainda maior no sistema, pois, muito embora seu setor exportador tenha sofrido grandes impactos em um primeiro momento, não tardou para que a sua economia voltasse a crescer em um ritmo de dois dígitos com a aplicação de um grande pacote de incentivos, composto por estímulos fiscais e financeiros concedidos pelos bancos estatais (HUNG, 2015).

Segundo William Thomas e Florian Znaniecki (1958, p. 1130)

³⁴ Foi um dos principais bancos de investimento dos EUA no século XX, participando ativamente do financiamento de muitos projetos e empresas, incluindo várias fusões e aquisições notáveis.

³⁵ Trata-se de um mercado que lidava com empréstimos hipotecários de alto risco, concedidos a mutuários com históricos de crédito inadequados ou insuficientes para garantir empréstimos convencionais. Esses empréstimos eram frequentemente chamados de "subprime" porque estavam abaixo dos padrões de crédito tradicionais.

³⁶ O estivador é o governo.

A desorganização social não é um fenômeno excepcional limitado a certos períodos ou sociedades; ela sempre está presente em algum grau, em todo lugar e em todas as épocas, pois sempre há casos individuais de violação das regras sociais, casos que exercem alguma influência desorganizadora nas instituições do grupo e que, se não forem neutralizados, tendem a se multiplicar e a levar à completa decadência dessas instituições. No entanto, durante períodos de estabilidade social, essa desorganização inicial contínua é continuamente neutralizada por atividades do grupo que, com o auxílio de sanções sociais, reforçam o poder das regras existentes. Assim, a estabilidade das instituições do grupo é, na verdade, um equilíbrio dinâmico entre os processos de desorganização e reorganização.

Aqui podemos notar pela primeira vez nesta tese como funciona o processo que materializa a estrutura; **processo este que identifico com o poder**. Novas estruturas sempre ganham vida a partir da influência de um determinado poder. Isto é válido tanto para um poder institucionalizado legítimo quanto para os poderes bem menos institucionalizados como o econômico.

Com efeito, qual seria o conceito de poder mais adequado para compreendê-lo como processo no sentido de uma atividade destinada à continuada integração do padrão ao sistema? Segundo Mann (2020, p. 39)

Em seu sentido mais geral, o poder é a capacidade de buscar e alcançar objetivos mediante o domínio do ambiente no qual se está inserido. O poder *social*, por sua vez, é investido de dois sentidos mais específicos. O primeiro restringe seu significado ao domínio exercido sobre outras pessoas. (...). Parsons observou corretamente a existência de um segundo aspecto de poder, o *coletivo*, mediante o qual pessoas em cooperação podem incrementar seu poder conjunto sobre uma terceira parte ou sobre a natureza.

A palavra **poder**, na acepção aqui adotada, é verbo e afirma a existência de uma ação/atividade/imposição sobre algo. Já a palavra **processo** é um substantivo que designa a maneira de fazer alguma coisa, isto é, um método, um sistema. O poder, portanto, está no sujeito (individual ou coletivo) enquanto o processo está na coisa. O poder é movimentado pelo sujeito ao passo que o processo é o movimento da própria coisa. Quando digo que o poder é processo é porque o sujeito se une à coisa para fazer a transição do movimento contínuo (aquele vinculado ao tempo e ligado ao sujeito) para o descontínuo (aquele vinculado ao espaço e ligado a forma/coisa)³⁷. Como visto, desde o início da civilização, os humanos ao criarem artefatos para se

³⁷ Atenção! É óbvio que esta descontinuidade não se dá fora do tempo. Repito o que já disse antes “quem parte do espaço para o tempo está afeito a Bachelard na descontinuidade”. Portanto, quando olho para a estrutura/forma deixo o tempo em segundo plano, ou melhor, o subordinado ao espaço de maneira que ele possa ser repartido.

isolarem da natureza ampliam seu mundo em diversas dimensões; dimensões estas que também se ampliam com seu próprio desenvolvimento. Sendo a própria civilização um artefato ela mesma aumenta o poder coletivo. Logo, a civilização exorta que essa força atue sobre o mundo. O poder então deixa os sujeitos e passa a moldar os novos espaços criados. Toda a estrutura que surge é por isso amparada por este processo, que, por sua vez, se originou do padrão de organização da sociedade.

É importante destacar que todo este pensamento (sobre o padrão de organização) só pode ser entendido quando adotamos uma visão de longuíssimo prazo e de uma sociedade disposta em um sistema mundial. Contudo, apenas quando pensamos sobre a estrutura podemos nos desfazer destes pontos de vista para refletir a respeito das descontinuidades.

Ainda pode estar difícil para o leitor compreender sobre tais diferenças, pois estamos muito habituados a descontinuar quase tudo. Além disso, imagine que heresia a minha falar de linearidade quando desde muito as teorias do desenvolvimento dependentista já desmentiram tal absurdo. O mais cético perguntaria: como pode a sociedade ter um padrão expansionista com tantos povos e pessoas em condições semelhantes ou piores aos que viveram em séculos anteriores? Em primeiro lugar eu já sugeri que a expansão não é só quantitativa, mas também qualitativa. Em segundo que devemos olhar a totalidade. Vou dar um exemplo. Sabemos já de longa data que na história da ciência e da tecnologia, o Velho Mundo deve ser pensado como um todo — não só como Europa —, e, que entre os séculos II AEC e XV EC “a cultura do Leste Asiático foi muito mais eficiente do que a do Ocidente Europeu em aplicar o conhecimento humano da natureza a propósitos úteis” (NEEDHAM, 1961, p. 117, tradução nossa). Então, vista “a” civilização³⁸ como um todo, o mundo científico continuava se expandir, embora, concentrado no oriente. Entretanto, como muito bem observa Joseph Needham (1961, p. 118, tradução nossa), mesmo que as ciências do mundo medieval estivessem todas estreitamente ligadas aos seus ambientes étnicos — fato este que dificultava amplamente qualquer base comum de discurso — “isso não significava que não fosse possível para invenções de grande importância sociológica passarem de uma civilização para outra”. Diversos autores aduzem que durante o período da Idade Média a maioria das invenções que se espalharam pela Europa eram provenientes de outros lugares (MANN, 2020).

³⁸ Note o uso do artigo definido.

Desta forma, partindo da totalidade podemos reconstruir o passado para visualizar o padrão expansionista da sociedade. Eu trouxe este exemplo da ciência e da tecnologia para mostrar que a expansão não pode ser confundida com crescimento puramente material (ou econômico), não é disso que se trata. A ampliação é de dimensões, ou, em outras palavras, de espaços. Obviamente que quando estes espaços ou dimensões surgem, neles algo é produzido (material ou imaterial) e tende ao crescimento. A criação de uma nova técnica militar amplia a possibilidade de conquista de territórios, pode ampliar a autonomia e a força do soldado, dissemina o contato entre povos (mesmo que violento), propagando muitas vezes a cultura não só do vencedor como também do vencido. Isto é assim para toda e qualquer dimensão.

Vimos acima como o padrão se constitui a partir da reconstituição de um tempo que se propaga continuamente sem solução de continuidade. Agora, vamos mostrar dois recortes temporais com foco na estrutura para entender de que maneira este padrão se cristaliza. O trecho abaixo esclarece a questão:

Os romanos foram pioneiros em uma série de invenções apropriadas às suas próprias organizações de poder, mas menos às de nossos tempos. Rotulei essas invenções como *extensivas*, pois elas facilitaram a conquista e a exploração mínima de grandes espaços de terra. Da mesma forma, não podemos rotular a Idade Média europeia como simplesmente “criativa” ou “estagnada”. Mais uma vez, encontramos um tipo particular de invenção predominando, o oposto da invenção romana, a invenção *intensiva* (MANN, 2020, p. 483, grifo no original).

A sociedade romana e a sociedade medieval, diferentes pelas mais diversas razões, se estruturavam de modo a garantir invenções adaptadas às suas próprias organizações de poder. Ambas eram expansivas, muito embora uma extensiva e a outra intensiva. Contudo, como não é difícil de notar, não há linearidade alguma na mudança estrutural. Percebeu, leitor, como o padrão segue uma tendência, mas a estrutura quando ganha vida por meio da instrumentalização do processo não tem uma sequência que possa ser previamente definida. Mann (2020, p. 35) sintetiza desta forma o que busquei explicar sobre o poder como processo: “em várias épocas ou lugares cada uma delas [as fontes de poder] ofereceu uma capacidade ampliada de organização, fazendo com que a forma de sua organização ditasse, por um tempo, a forma das sociedades”.

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao fato de que minha proposta de análise não se relaciona de maneira particular com as teorias do progresso³⁹. Sendo assim, antes de apresentar um comentário mais técnico com relação ao tema gostaria de primeiro destacar o significado desta palavra. Progresso indica movimento para frente, movimento progressivo da civilização, algo que se desenvolve ou, finalmente, o processo de chegar mais perto de alcançar ou completar alguma coisa. Já nos dois primeiros parágrafos da introdução deixo muito claro que a expansão pode ser da dor e da desgraça, isto é, de algo que nós, como seres humanos, não somos capazes de suportar — nem tampouco o planeta.

De outra banda o padrão expansionista da sociedade nada tem a ver com um processo, pois como expliquei acima o movimento deste padrão está no tempo e, somente por isso, é contínuo — a mudança progressiva do “estado A” para o “estado B” só pode ser verificada quando se torna estrutura, portanto, objeto materializado. Ele (o padrão) não pode ser processo, pois quem lhe dá continuidade é o nosso intelecto. O padrão de organização é linear porque é intelectual. O processo está inserido no poder porque este é quem desenvolve, materializa, cristaliza, organiza, melhora ou piora. O intelecto, por meio das relações sociais de todo e qualquer tipo de troca permite imaginar novos mundos (e a sua expansão depois de sua criação). Destas relações surgem posições de poder que atuam sobre o mundo, o organizando de maneira que estruturas sejam criadas para dar suporte físico ao agir no/sobre o mundo. Isto em nada se relaciona estritamente com o ideal de progresso, embora, por óbvio, o progresso exista.

É por isso que a análise que proponho é sistemática e complexa. Eu separo o sujeito, o objeto e a ação do sujeito sobre o objeto para depois uni-los. Somente fazendo essa divisão podemos compreender por que muitas vezes existe expansão sem progresso e somente na sua união podemos entender o porquê do progresso. Logo, não se trata apenas de não reconhecer o progresso, mas sim de identificar os motivos pelos quais ele se realiza e as razões pelas quais ele não se cumpre.

Segundo Gellner (1964) há três tipos de teorias do progresso: a episódica, a evolucionista e a neoepisódica. As teorias episódicas foram as primeiras a surgir e procuravam pela existência de um episódio que demarcasse a transição de um

³⁹ Deixo claro que isto não está relacionado a nenhum tipo de pudor, ojeriza ou temor ao uso do termo como estamos acostumados a ver hoje em dia.

período das trevas para um tempo de iluminação. Este fato sequer precisava ser evidente, podia até mesmo ser construído logicamente. O importante era que houvesse um antes de barbárie e um depois de ilustração. Além disso, o evento é, para as teorias do progresso episódico, bastante abstrato, não-local, universal. Assim foi que o contrato social para uns e o iluminismo para outros restauraram o ser humano em sua humanidade. Os melhoramentos destas teorias, devido a suas incongruências, culminaram no evolucionismo que não tinha em suas preocupações a demarcação ou o conhecimento exato do acontecimento que separava o ruim do bom. Nelas havia o reconhecimento de um aperfeiçoamento gradativo das estruturas sociais, de modo a validar a sociedade em termos de um processo de longo prazo, de fato permanente e abrangente, e não de um único episódio. Há uma visão de algo progressivo aí com etapas distintas a serem cumpridas pelas mais diversas populações que, tendo uma organização política adequada, podem atingir um alto grau de “desenvolvimento”. O terceiro grupo é aquele das teorias neoepisódicas ao qual Gellner se filia. Aqui não há um único episódio geral a atingir a humanidade para todo o sempre. O evento não se confunde com o mundo, ele é somente uma ocorrência a mais em mundo muito maior, ele é grande, mas é uma coisa entre outras. É um fato não coextensivo com esse mundo (GELLNER, 1964).

Contudo, assim como os evolucionistas, os neoepisódicos estão preocupados com o sentido e a percepção da mudança rápida e cumulativa, de alguma forma apontando ou parecendo apontar em uma direção única (GELLNER, 1964). Suas principais diferenças residem no fato de que o evolucionismo extrapola a análise tanto para frente quanto para trás indo muitas vezes da ameba até um ponto milenarista no futuro enquanto o ponto de vista neoepisódico se contenta com a consumação de um determinado acontecimento que pode ser considerado algo muito bom, mas que não será a resolução de todas as contradições, a evaporação de todos os erros.

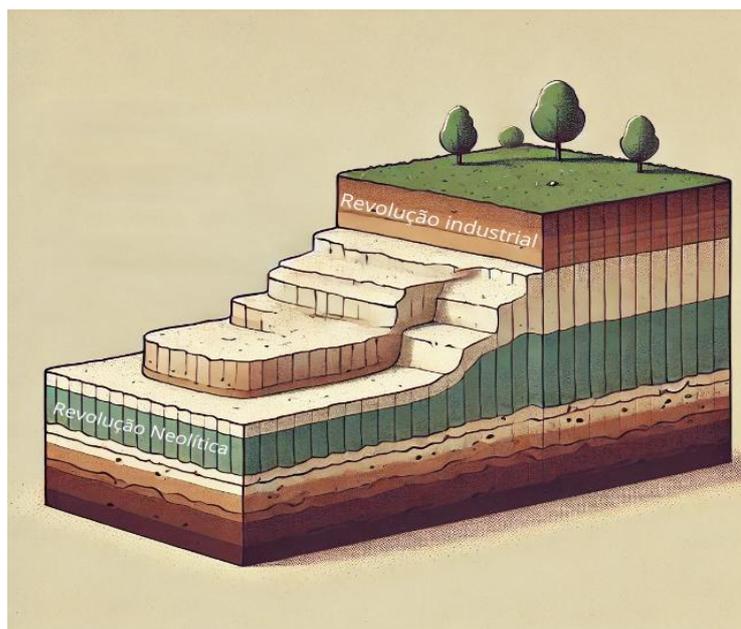
Deste modo as teorias neoepisódicas estariam em um meio termo entre as outras duas, recebendo delas o que cada uma tem de melhor; apresentam um senso da complexidade dos fenômenos sociais e do crescimento — superioridade que compartilham com o evolucionismo — e estão preocupadas com um episódio específico sem se embriagarem com a totalidade — vantagem que repartem com as teorias episódicas antigas.

A imagem que Gellner (1964) nos passa das teorias do progresso neoepisódicas é a da história como uma sucessão de platôs, interrompida por penhascos íngremes e quase perpendiculares, isto é, por transformações dramáticas e profundas. Deixo, no trecho abaixo, que o próprio autor explicita a sua analogia

É interessante que a superioridade da concepção neoepisódica sobre a visão perpétua de "Escada de Jacó" possa ser estabelecida tanto empiricamente quanto a priori. Empiricamente, parece muito mais natural agora ver a história como uma sucessão de platôs, interrompida por penhascos íngremes e quase perpendiculares – por transformações dramáticas e profundas. Houve a revolução neolítica, e há a revolução industrial, e a sociologia de ambas deve se preocupar principalmente com a mudança; mas a sociologia das sociedades no platô intermediário pode tender a ser 'funcionalista' e preocupar-se principalmente com a maneira como se mantiveram em relativa estabilidade. Mesmo quando se preocupa com mudanças dentro delas (às vezes dramáticas), ainda não pode haver suposição de que essas ondulações no platô sejam de alguma forma presságios do penhasco que está por vir, que essas mudanças são de alguma forma contribuições, preparações, ensaios para a grande mudança que está por vir. Este – o fato de que a história agora é muito mais plausivelmente vista como uma sucessão de penhascos e platôs sem qualquer conexão subjacente, por assim dizer, geológica que explique uma inclinação geral – é o argumento empírico a favor da teoria neo-episódica em vez da teoria contínua do progresso (GELLNER, 1964, p. 43-44, tradução nossa).

A imagem que melhor representa essa relação de semelhança entre a geologia e a história é apresentada na figura abaixo:

Figura 1 - Sucessão de platôs na história



Fonte: Elaboração própria.

Como visto não há como vincular minha proposta a alguma destas vertentes teóricas. Em primeiro lugar porque não vislumbro no episódio uma força independente, isto é, como algo que valha por si mesmo. Se existiram revoluções que transformaram o mundo foi por uma reação a uma estrutura já existente. Considero o processo inovador o poder, é nele que está a força vital da mudança. Quando as estruturas anteriores começam a ampliar consideravelmente a perspectiva dos sujeitos, estes apelam para formas de organização distintas das suas antecessoras. O rumo que isso irá tomar é imprevisível; a única coisa certa é que as novas estruturas irão expandir o mundo perceptível das novas gerações. Diferentemente de Marx que vê uma contradição fundamental entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais antigas não vislumbro nessa contradição a energia da metamorfose. Não rechaço a ideia de sua existência, contudo a contradição — no fim do feudalismo, por exemplo — não necessariamente precisava ter evoluído para o capitalismo. Avançou neste sentido porque a burguesia se uniu à nobreza para comandar o processo de transformação (WALLERSTEIN, 2011a). Por isso reitero que é o poder como processo que age na formatação da nova estrutura. Além disso é inegável que a concretização destas novas relações em estruturas completamente diferentes irá retornar sobre todos os agentes, mantendo assim o padrão expansionista e linear da sociedade.

Outros exemplos podem ser citados: as mudanças estruturais no capitalismo do pós segunda guerra mundial também foram implementadas por eventos, pura e simplesmente? A partir disso também poderíamos perguntar: existiriam acontecimentos puros, fora de toda e qualquer ação humana, capaz de transformar completamente estruturas que dão vida a um certo padrão de organização? Talvez os eventos climáticos e outras formas naturais de catástrofes, possam ser consideradas como sendo de uma externalidade absoluta, todavia, hodiernamente, as ações humanas depredatórias não nos permitam fazer uma afirmação peremptória — mais adiante darei um exemplo de como eventos deste tipo podem levar a uma mudança das estruturas, porém, como dito, eles são efeitos, meramente, da ação predatória e expansionista do ser humano.

Seria possível imaginar ainda situações de relativa externalidade, pois não decorrente da própria existência da estrutura, mas ainda sim consequência de atos humanos. No caso das relações interestatais, por exemplo, é possível considerar a

criação das armas nucleares como um evento relativamente livre de ter ocorrido em função da humanidade estar inserida nesse ou naquele tipo de sistema. Na antiguidade se os homens tivessem tecnologias disponíveis também teriam criado tal dispositivo. Sua criação sobreviria, portanto, não de uma estrutura, mas sim de uma necessidade simples e atemporal (ainda não vivemos períodos sem guerras, a paz sempre foi relativa): a vitória sobre o inimigo. Com efeito, não creio que esta seja a questão. Na realidade os humanos chegaram ao ponto de desenvolver a arma capital porque a civilização nos destinou um padrão expansionista. A cada artefato (material ou imaterial) criado que estendia a realidade humana para novas dimensões novas estruturas eram “produzidas por atores coletivos, grupos articulados em torno da distribuição de recursos de poder” (MANN, 2020, p. 13). Quem detém o poder domina o processo, de maneira a lhe permitir determinar qual forma a estrutura irá adotar. Neste caso específico da criação da bomba atômica houve uma conjunção específica da detenção de uma grande carga de poder político, econômico, ideológico e militar nas mãos do EUA que o permitiram obter sucesso com o Projeto Manhattan⁴⁰. A partir daí os Norte-Americanos passaram a dominar a maior parte dos processos, conseguindo assim estruturar o sistema mundial da maneira que melhor lhe aprofundasse.

É evidente, a partir do explicitado acima, que os indivíduos promovem mudanças na estrutura — o que nos afasta das críticas de um determinismo exacerbado. Não nego, assim, a existência dos acontecimentos, mas opto por focar nas razões que explicam como os processos de poder moldam as estruturas.

Um exemplo final. Vamos supor que a obtenção de determinados tipos de capitais — para se conquistar uma posição de dominante — se altere em algum momento⁴¹. Isso certamente levaria a mudanças estruturais no sistema mundial. Em consequência, quando for realizada a análise do campo das relações internacionais no séc. XXI ficará evidente que os países com mais poder são aqueles com mais capital demográfico, territorial, econômico, militar, político, tecnológico. O que poderia levar a mudanças deste padrão? Talvez aqui só com a degradação quase total do ambiente. Enquanto houver possibilidade material de crescimento não haverá mudanças. Notem: o discurso diz "é preciso salvar o meio ambiente para garantir um

⁴⁰ Programa de pesquisa e desenvolvimento secreto durante a Segunda Guerra Mundial.

⁴¹ Obviamente estou pensando no capital nos termos propostos por Bourdieu.

“crescimento sustentável”, ou, ainda, essa outra alegação que segue no mesmo sentido: “seria função da economia discutir quais as taxas de crescimento ótimo”. Critérios de “ESG” ou de “economia verde” apenas reposicionam o capitalismo em outras estruturas que seguem o mesmo padrão de organização. Agora, quando a catástrofe for inevitável, as regras do jogo vão ter que mudar e as mudanças de estrutura começarão a ocorrer neste momento de maneira nada condizente com o padrão de organização da “civilização”. Não haverá mais qualquer padrão de organização a ser transposto à realidade. Quaisquer estruturas criadas neste sentido não terão sentido.

Embora não seja a ideia aqui prever o futuro, é plausível pensar em uma nova configuração dos países em unidades menores, ou até mesmo o inverso, um mundo sem países. Talvez as lutas, e com isso a conseqüente disputa por poder, seja arrefecida por imperiosa necessidade. Lembremos que os EUA e a URSS não se destruíram e entenderam que a competição no campo militar tinha limites deixando a luta para o campo econômico e político. As nações ainda hoje podem desejar ser maiores, mas isso não é garantido para o futuro. Apresentado o quadro conceitual, fundamento da divisão posterior do trabalho (objetivo a), passo agora para a definição das razões pelas quais este quadro é pertinente para entender o sistema mundial (objetivo b).

2.3 O tempo e o espaço do sistema mundial: da continuidade para a descontinuidade

Esta seção explora a relação entre tempo e espaço no sistema mundial, examinando as noções de continuidade e descontinuidade a partir das contribuições de Fernand Braudel e outros teóricos do sistema-mundo, como Immanuel Wallerstein. Inicialmente, discute-se como Braudel, ao incorporar a longa duração como método analítico, revelou padrões econômicos globais, destacando a ascensão do capitalismo como uma superestrutura sobre a economia de mercado. Em seguida, aborda-se a transição das economias-mundo espaciais de Braudel para a análise sistêmica de Wallerstein, que concebe o capitalismo como uma estrutura social histórica integrada à economia-mundo moderna. Por fim, o capítulo reflete sobre as interseções entre continuidade e transformação nas estruturas de poder, enfatizando a necessidade de

uma abordagem multidisciplinar e relacional para compreender as dinâmicas do sistema mundial.

2.3.1 A unidade de análise

À parte as discussões do capítulo anterior, o conceito de tempo longo de Braudel permitiu-nos visualizar o desenvolvimento da vida econômica em sua continuidade, na medida em que o foco da análise não estava nas fissuras nem nos rompimentos, mas sim nos elementos de aglutinação. Com efeito, é interessante perceber que mesmo as mudanças eram vistas para ele como o produto de uma série de acontecimentos interligados e nunca como uma ruptura total com relação ao passado. Incorporando a longa duração ao método de análise, o objeto de estudo ganhava novas nuances, pois, agora, as relações temporais entre os elementos que o compõem necessariamente irrompiam ao observador.

Este proceder permitiu a Braudel tratar o capitalismo sob um ângulo completamente distinto do concebido até a primeira metade do século XX e o ajudou a ampliar o estudo deste sistema econômico e social para além de suas possibilidades, na medida em que colocava a sua hegemonia e as suas realizações a nível mundial no centro da investigação (PAQUOT, 1989). Não se tratava mais, por consequência, apenas de se conhecer, ou melhor, de se imaginar as suas possibilidades futuras ou as causas de seu surgimento. Como veremos a seguir a construção de seu edifício que leva da vida material ao capitalismo, passando pelo mercado, nada mais é do que o reconhecimento (inconsciente) de um padrão expansivo solidificado por processos específicos de poder.

Em seu intento Braudel buscou contemplar as mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo entre os séculos XV e XVIII. Mas por que o século XV? Porque é por volta de 1450, segundo Braudel, em uma economia ainda pré-industrial — pois, rígida, inerte, com caráter elementar, com movimentos vivos, mas limitados, com camponeses vivendo quase autonomamente —, que começa a expansão do capitalismo, lenta, quase imperceptível é verdade, mas que já se opõe àquele outro gênero de vida, o do cotidiano, colocando, assim, em paralelo dois universos que se explicam um pelo outro sem, contudo, serem jamais misturados (BRAUDEL, 1987).

Diante disso, a descrição deste mundo e suas atividades é apresentada da seguinte forma:

Acima da massa imensa da **vida material** de todos os dias, a **economia de mercado** estendeu suas malhas e manteve em vida suas diversas redes. E foi, habitualmente, acima da economia de mercado propriamente dita que o **capitalismo** prosperou. Poderia dizer-se que a economia do mundo inteiro é visível num verdadeiro mapa em relevo (BRAUDEL, 1987, p. 26) (grifo nosso).

Como se pode presumir toda essa mudança se desenvolveu lentamente. Com efeito não se trata de uma substituição de uma maneira de viver por outra, mas sim da adição de novas camadas de atividades que se manifestam em três etapas, ou seja, três níveis hierárquicos de ação que se sobrepõem e se desenvolvem em diferentes graus. Se de início preponderava para as grandes massas apenas a vida cotidiana, da rotina e dos atos exercidos fora da plena consciência, com o passar do tempo foi sendo edificada, acima desta sólida base da vivência do dia a dia — existência esta que se reproduzia com um número mínimo de relações —, uma economia de troca que vinculava a produção ao consumo (trata-se da edificação do primeiro andar da vida econômica)⁴².

Com a fortificação das estruturas deste segundo nível — pelo alongamento das cadeias de troca — um terceiro nível (segundo andar) começa a se constituir⁴³; se antes a economia de mercado era aquela do *Public Market*, das trocas transparentes entre produtor e consumidor, agora, com o surgimento dos intermediários é a do *Private Market*, das trocas que fogem à transparência, de modo que não se trata mais de economia de mercado, mas sim de capitalismo (BRAUDEL, 1987).

Enquadrado entre o capital (massa de meios) e o capitalista (aquele que comanda a inserção do capital no processo de produção), o capitalismo pode ser considerado como um método para a condução desse jogo de inserção (BRAUDEL, 1987). Acima da economia de mercado, ele a controla na medida em que lhe são afeitos apenas os grandes negócios, no entanto, se apresenta “não [como] a

⁴² Em termos de valor é possível dizer que no térreo os bens possuíam valor de uso, no andar imediatamente superior, valor de troca (BRAUDEL, 1987).

⁴³ “Na arquitetura braudeliana, geradora de tantas imagens, o térreo aguenta bem os andares superiores, chega às vezes a impor-lhes uma forma, mas não determina nem suas disposições interiores nem os modos de utilização, que conservam toda sua autonomia” (AYMARD, 1989, p. 69).

totalidade da economia, mas [como] uma ‘superestrutura’ empregada para controlá-la e dominá-la”, muito embora nem sempre com êxito total (AYMARD, 1989, p. 69).

Neste andar não há mais que se falar em especialização (regra na economia de mercado), uma vez que seus operadores mudam de ramo ou acumulam incessantemente novas atividades, sempre em busca de lucros mais convincentes. O capitalista, morador e dono da cobertura, não opera nunca em uma só especulação. Ele está sempre a postos para financiar com entusiasmo particulares e Estados. Permanece sempre à disposição, flutuando de um negócio ao outro, com ampla liberdade para escolher, de maneira que este movimento empresta ao capitalismo, ordinariamente, uma capacidade de mudança que, sem dúvida, é o segredo de sua vitalidade. Isto é assim porque “a maneira de utilizar o capital acaba contando mais que o próprio capital em si, e a maneira de utilizar as espécies, mais que seu volume” (MORINEAU, 1989, p. 50)⁴⁴. Constituído por “ondas, fluxos de comerciantes, de dinheiro, de técnicas, de grupos, de poder, de informação” (FOURQUET, 1989, p. 91), bem como

privilégio da minoria, o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. É forçosamente uma realidade da ordem social, até mesmo uma realidade da ordem política; uma realidade da civilização. Pois é necessário que, de uma certa maneira, a sociedade inteira aceite mais ou menos conscientemente os valores daquele. Mas nem sempre é esse o caso. Toda a sociedade densa se decompõe em vários “conjuntos”: o econômico, o político, o cultural, o social hierárquico. O econômico só se compreenderá em ligação com os outros “conjuntos”, dispersando-se neles mas abrindo também suas portas para os vizinhos. Há ação e interação. Essa forma particular e parcial do econômico que é o capitalismo só se explicará plenamente à luz dessas vizinhanças e dessas intrusões; aí acabará por assumir o seu verdadeiro rosto (BRAUDEL, 1987, p. 43) .

Este trecho evidencia como Braudel também sempre esteve ciente daquele outro tipo de expansão — mencionado no capítulo anterior —, mais qualitativa que quantitativa, e que se refere à criação de novos espaços de transcorrência da vida. É nítida a compreensão do aumento de complexidade, uma vez que o econômico só poderia ser compreendido em suas **conexões** com os outros “conjuntos” da sociedade.

⁴⁴ Werner Sombart (2014) não tratava do capitalista de maneira indistinta; ele o dividia entre empreendedor e comerciante. Se para o primeiro a constância é essencial — a mudança de finalidade não é da sua natureza — para o segundo a variação é primordial — o dinamismo para alterar sua atividade econômica devido à conjuntura alterada é seu objetivo.

Com o levantamento destas questões não quero dizer que Braudel não tenha analisado a estrutura do capitalismo, apenas destaco que sua principal contribuição está em revelar que a análise das continuidades está preponderantemente no tempo. Quando pergunta “não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?”, não estaria Braudel (2009, p. 10) reconhecendo que o padrão é necessariamente algo ideal, isto é, uma construção do intelecto? Acredito que sim, todavia o fato de não reconhecer a diferença entre padrão e estrutura dificulta sua interpretação da realidade investigada. Isso faz com que tenha que compartimentar o tempo para ajustá-lo ao espaço de maneira que os confunde, com bem mostra o trecho abaixo:

E podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o tempo do mundo, que no entanto não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse tempo excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços lhe escapam e lhe são estranhos (BRAUDEL, 2009, p. 8).

Na verdade seria o tempo de “um” mundo — não “do” mundo — que é o mundo de um determinado teatro-mundo (BRAUDEL, 2009). Como Braudel queria dar destaque à continuidade que, por óbvio, estava afeita ao tempo, mas também desejava analisar a estrutura do que denominou de economia-mundo, ou seja, “um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” — “a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região do globo” (BRAUDEL, 2009, p. 12 e 14) —, acabou por dar sentidos distintos ao tempo. Afirmava que economias-mundo sempre existiram e que foram de duração muito longa de maneira que ele se interessava apenas por esse tempo longo (em contraposição à conjuntura e o tempo da longuíssima duração) que era o de existência da economia-mundo.

Assim, ao comparar uma série de economias-mundo (Fenícia, Cartago, Grécia, Roma, Europa, Índia, China, Rússia), Braudel (2009) conseguiu identificar três regras tendenciais, a saber: uma lenta variação crescente no espaço, uma cidade capitalista dominante no centro e diversas zonas hierarquizadas. Todavia, se estes espaços possuíam semelhanças também possuíam diferenças. Trata-se, portanto, de comparar **estruturas** distintas. Braudel teve então que pensar um conceito de

capitalismo *sui generis* para que abarcasse outras economias-mundo. Logo foi essa ideia de capitalismo que o permitiu unir as economias-mundo no tempo, isto é, Braudel procurava um **padrão**.

Pode-se dizer que o historiador francês procurou o padrão na descontinuidade (ao comparar estruturas) e só vislumbrava a continuidade na longa duração, porquanto somente essa deveria ser considerada como o tempo da estrutura (economia-mundo). Por isso afirmei mais acima que onde tinha estrutura para ele, para mim tinha padrão. Mas não é só isso. O padrão de organização deve ser observado na longuíssima duração. Não era preciso, de fato, ter criado esta justificativa dos tempos distintos. Ora, quando quisesse analisar a estrutura de determinado objeto, neste caso uma economia-mundo (conjunto de relações) que fluía em um espaço (físico), poderia simplesmente enfatizar os detalhes da forma e recortar o tempo como melhor lhe aprouvesse (foi exatamente o que ocorreu). Mas, se isso fizesse, seria ele ainda um historiador?

De qualquer modo, o importante aqui foi sua contribuição para a definição da unidade de análise. O ideal de economia-mundo — e suas adaptações — transcendeu os limites da história para ocupar um lugar de destaque nas ciências sociais influenciando cientistas da economia à sociologia. Immanuel Wallerstein foi então um dos primeiros sociólogos a teorizar de maneira mais sistemática esta nova unidade de análise que colocava o estudo de um Estado individual sempre em relação ao todo.

Se para Braudel a unidade “economia-mundo” estava vinculada principalmente a sua distribuição espacial, Wallerstein tinha como foco o capitalismo que se desenvolvia dentro desta economia-mundo. Eram duas formas distintas, embora próximas, de encarar o mesmo fenômeno, porém Wallerstein particularizava a economia-mundo europeia como sendo uma economia-mundo capitalista. O fato de ser capitalista era o seu diferencial.

Com efeito, se Wallerstein adota a longa duração como um dos princípios básicos para a ASM (análise do moderno sistema-mundo), a noção de capitalismo era muito diferente da de Braudel. O capitalismo seria para ele um sistema social histórico em que “o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13), ou, mais amplamente ainda, “onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo” (WALLERSTEIN, 2001, p. 14). A lógica aqui

é parecida com a de Karl Polanyi (POLANYI, 2001). Se para este o mercado, nas economias modernas, se desenraiza da sociedade ao ganhar autonomia sobre qualquer outro tipo de ação, para aquele é o capital que se emancipa da sociedade. Como se pode perceber Wallerstein tem uma vaga ideia de um padrão que se organiza de forma expansiva, isto é, como algo linear. Na verdade, a acumulação do capital sempre esteve lá, somente mudou a intensidade desta expansão com o advento do capitalismo. Todavia, o capitalismo para Wallerstein não pode ser padrão, ele deve ser estrutura. Há um antes não-capitalista e um depois capitalista.

Como visto, o objeto observado é um sistema histórico, logo, uma totalidade, evidenciada por Wallerstein (2012) no conceito de “sistema-mundo”. Sendo assim, a unidade de análise se atualiza e deixa de ser uma economia-mundo espacialmente localizada em competição com outras (como entendia Braudel) para se tornar uma unidade relativamente maior ocupada por uma divisão axial do trabalho. Combinando Braudel com Polanyi, Wallerstein propôs uma concepção de totalidade sistêmica composta de regiões geoeconômicas distintas nas quais os Estados-nacionais, as unidades típicas de análise em macrosociologia, são atores variavelmente autônomos em competição uns com os outros (GOLDFRANK, 2000), isto é, Wallerstein põe o Estado-Nacional como um elemento central no capitalismo, muito embora o desenvolvimento deste só possa ser entendido se analisado dentro do que se convencionou chamar de economia-mundo capitalista.

De acordo com Wallerstein (1972; 2011a), essas totalidades só podem ser de dois tipos, os minissistemas e os sistemas-mundo. Enquanto nos primeiros — inexistentes no mundo atual, pois apenas encontrados em sociedades de caçadores e coletores muito simples — há uma divisão do trabalho completa e um único marco cultural no segundo há uma única divisão do trabalho e múltiplos sistemas culturais. Estes últimos, por sua vez, apresentam, ainda, duas subdivisões a depender do sistema político; para o caso de sistemas políticos comuns, “impérios-mundo”, em caso de sistemas políticos distintos, “economias-mundo”.

Um sistema-mundo para Wallerstein (2011a) deve ser considerado como um sistema social que possui limites e estruturas, de maneira que sua existência é mantida pelo emprego de forças conflitantes que o conservam unido por tensão e o dilaceram pelo fato de cada um dos grupos que o compõem buscarem eternamente

remodelá-lo para seu benefício. É, grosso modo, um pensamento estruturalista, pensado em uma lógica relacional, ou seja, um sistema de relações sociais.

Theotônio dos Santos (2020, p. 46) resume bem a perspectiva do sistema-mundo: "este enfoque, [...], destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema". Veja como a preocupação maior da teoria é com a estrutura, como é visivelmente relacional.

Uma consequência muito nítida disso é o foco que Wallerstein coloca na diferença entre a economia-mundo moderna e o passado. Seu interesse está nas formas, na estrutura que o capitalismo assume e que molda as ações dos agentes dentro deste sistema-mundo⁴⁵. O trecho abaixo confirma o alegado acima:

A peculiaridade do sistema-mundo moderno é que sobreviveu durante quinhentos anos e ainda não se transformou em um império-mundo, essa peculiaridade é o segredo de sua força.

Essa peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo tinha dentro de seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos (WALLERSTEIN, 2011a, p. 491, tradução nossa).

Omer Awass (2021) percebeu esses traços no pensamento de Wallerstein e optou por impor algumas adaptações a teoria do sistema-mundo com o intuito de reforçar essas características estudando-a como um campo político-econômico de poder. Reformular o modelo de sistema-mundo para entendê-lo como um campo o permitia colocar uma ênfase maior no caráter das relações e práticas que geram poder dentro desse campo, em vez de focar nos agentes específicos que o ocupam. Além disso, "o uso da metáfora do campo como contexto para descrever interações sociais implica que há forças sociais em ação nos espaços sociais, e que os campos sociais não são lugares neutros de interação, mas são estruturados por relações de poder" (AWASS, 2021, p. 546, tradução nossa).

Contudo, Frank e Gills (1993a) ultrapassaram Braudel e Wallerstein ao afirmarem que o sistema mundial contemporâneo tem, nada mais nada menos, que 5.000 anos de história. Não há, nem nunca tiveram, economias-mundo (no plural),

⁴⁵ "(...) o capitalismo como sistema econômico se baseia no fato de que os fatores econômicos operam dentro de uma arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente. Isso dá aos capitalistas uma liberdade de manobra que tem uma base estrutural. Isso tornou possível a expansão econômica" (WALLERSTEIN, 2011a, p. 491, tradução nossa).

tampouco um sistema-mundo moderno diferente dos seus antecessores; o que existe e sempre existiu é um sistema mundial. Quando eles afirmam que o processo de acumulação de capital é a força motriz da história do sistema mundial⁴⁶ eles têm o tempo como indutor da investigação. Como se pode perceber procuram a continuidade, as ligações que só podem ser realizadas intelectualmente, mas que revelam o padrão de organização da sociedade. A passagem abaixo elucida esse pensamento:

No entanto, Wallerstein, Amin e a maioria dos outros argumentam que há algo único e singularmente poderoso no capital moderno, ou seja, um imperativo de acumular "incessantemente", apenas acumulando por acumular. Nós sustentamos que esse imperativo, tanto na forma familiar de dinheiro quanto em outras formas de capital não é uma característica sistêmica única do "capitalismo" moderno. Pelo contrário, o imperativo de acumulação incessante é uma característica das pressões competitivas ao longo da história do sistema mundial (FRANK e GILLS, 1993a, p. 6, tradução nossa).

É interessante observar como neste excerto aparece as figuras do padrão de organização, da estrutura e do processo. Existe um padrão de organização expansivo — que é identificado pela acumulação de capital, mas que como visto anteriormente é mais que isso —, uma estrutura que se transmuda ao longo do tempo e do espaço para garantir essa expansão e um processo que materializa essa estrutura quando um determinado tipo de poder é exercido para vencer as pressões competitivas dentro do sistema. Sem mencioná-las expressamente Kristian Ekholm e Jonathan Friedman (1993) intuíram melhor que os outros essas diferenças, pois tinham a plena noção de que havia uma continuidade fundamental entre a antiguidade e o moderno sistema-mundo na medida em que as formas de acumulação não mudaram assim tão radicalmente (a exploração e a opressão sempre existiram só que em proporções diferentes e em outras variedades de combinações). Segundo os autores: “há, com certeza, muitas diferenças, mas as semelhanças são, talvez, um problema mais sério e prático”.

Vejamos o que diz Amim (1982, p. 168) a respeito da evolução do capitalismo para mostrar como os teóricos do sistema-mundo podem ser integrados aos do sistema mundial para dar unidade ao objeto de estudo. Amim identificava três fases

⁴⁶ O hífen faz muita diferença. Toda vez que aparecer nesta tese a expressão “sistema-mundo” estou me referindo a Wallerstein e toda vez que for utilizado o termo sistema mundial a referência é a Frank e Gills.

de expansão no capitalismo: o mercantilismo (séculos XVI e XVII), o capitalismo competitivo (século XIX); e o imperialismo, ou melhor, o oligopólio industrial (a partir de 1880). Além disso afirmava categoricamente que “devemos então provar que as formas de expansão em cada uma dessas fases contêm um certo número de características decisivas em comum dentro de cada fase, e que essas características não são as mesmas de uma fase para outra”. Ora, essa análise poderia ser estendida para além do século XVI, se Amin estivesse interessado em provar aquilo que o sistema mundial tem em comum, isto é, de contínuo. Na realidade ele até identifica isso quando reconhece a expansão como o elemento linear da análise, mas decide focar somente na estrutura. Não há incongruência entre Frank e os teóricos do sistema-mundo; existe sim complementaridade.

É sobre este sistema mundial que a análise do último capítulo recairá. Aprofundarei ali não só os argumentos que sustentam ser a acumulação a causa e o maior incentivo da expansão política, econômica e militar (FRANK e GILLS, 1993b) como também a ideia de que a expansão extrapola os aspectos materiais. Depois de bem definido os traços daquele elemento central que perpassa o tempo (a expansão) olharei para este sistema mundial como um sistema-mundo, ou melhor, sob a ótica de um campo do sistema-mundo, para desvendar, agora sim, a estrutura implementada pelos atuais processos de poder.

2.3.2 Análise dos sistemas-mundo: para além da unidade de análise

“Movimento do saber”, é assim que Immanuel Wallerstein (2012, p. 17) trata a análise dos sistemas-mundo. Por esta ótica, a ASM não seria nem uma perspectiva nem tampouco uma teoria e sim algo muito mais amplo, ou seja, “um protesto contra os modos pelos quais a investigação científica social foi estruturada para todos nós desde o seu início em meados do século XIX” (WALLERSTEIN, 1999, p. 257, tradução nossa); ao angariar forças suficientes para superá-las, esse “movimento social intelectual” propiciaria o ambiente necessário à criação de uma ciência social verdadeiramente histórica.

Segundo Wallerstein (1999) a análise dos sistemas-mundo tem o intento de ser uma crítica às ciências sociais do século XIX e a seu principal e confuso legado, a divisão da análise social em três áreas/níveis/lógicas: o econômico, o político e o

sociocultural. Uma tríade que de acordo com ele impediria o progresso intelectual, inclusive gerando efeitos na própria ASM que, por estar ela mesma inserida nesta concepção de mundo, ainda não teria sido capaz de criar maneiras suficientemente consistentes para corrigir tais problemas. Por este motivo, qual seja, o de estar ela inacabada — pois, jamais conseguiu atingir seu objetivo mais direto —, se abre agora uma bela oportunidade para repensá-la.

Quais seriam os ganhos de tal superação? Se estamos falando de sistemas como solucionar estas questões simplesmente suprimindo fronteiras? Levado em consideração este prisma me deparo com um paradoxo. Se inicialmente adotei uma abordagem sistêmica para tentar resolver o problema da dicotomia continuidade/descontinuidade (pressupondo assim tipos de segmentação dos mais diversos) como justificar o uso agora pensamento que traz um uso fraco da ideia de sistema para definir o objeto deste estudo. Na realidade, a ideia de sistema-mundo afeta este trabalho na medida em que estabelece uma unidade de análise. É, inclusive, essa perspectiva que permite colocá-la em relação à concepção de sistema mundial.

Todavia, os panoramas epistemológicos propostos por Wallerstein merecem uma discussão um pouco mais aprofundada, na medida em que o sistema mundial, ou em outros termos, o campo das relações interestatais, atravessa um caminho que vai da história até as ciências naturais, passando obviamente neste interim pela economia, pela ciência política e pela sociologia.

A aplicação de um pensamento sistêmico mais forte permite superar esta idealização um tanto simplista da unidade disciplinar. Com isso, o que se objetiva, é “ganhar unidade mediante diferença, lograr unidade como unidade de uma diferença” (LUHMANN, 2002, p. 252). O fato das ciências sociais se dividirem é talvez o maior elogio à unidade que se possa imaginar. Isto porque só se pode dizer que há o estudo da economia na medida em que há o estudo da política e da sociedade e assim por diante. Qualquer disciplina só ganha unidade em razão do fato de ter se apartado das outras. Este é o primeiro ponto.

Com efeito uma outra diferença surge desta diferença, gerando, por consequência disto, outra unidade. Veja, só existe a tentativa de superar a fragmentação das ciências sociais — e aqui entra a análise dos sistemas-mundo — porque existe tal fragmentação. Esta fragmentação, além de gerar a unidade de cada disciplina é ela mesma o outro lado da forma que dá existência há uma disciplina

qualquer que se pretenda portadora de uma certa unidade dos meios de análise. Segundo George Spencer Brown (1972, p. 1, tradução nossa), para quem a forma é uma distinção, logo, uma separação, a distinção é

[...] traçada ao organizar uma fronteira com lados separados de modo que um ponto de um lado não possa alcançar o outro lado sem cruzar a fronteira. Por exemplo, em um espaço plano, um círculo faz uma distinção. Uma vez traçada uma distinção, os espaços, estados ou conteúdos de cada lado da fronteira, sendo distintos, podem ser indicados. Não pode haver distinção sem motivo, e não pode haver motivo sem que os conteúdos sejam vistos como diferentes em valor. Se um conteúdo tiver valor, um nome pode ser usado para indicar esse valor. Assim, a declaração do nome pode ser identificada com o valor do conteúdo.

O simples fato das ciências sociais se subdividirem cria uma fronteira não só entre as subdivisões, mas entre as subdivisões e o todo⁴⁷. O fracionamento na ciência permite que surjam relações tais como a sociologia econômica, a sociologia do direito, a economia institucional, o direito econômico e assim por diante. O próprio todo “ciências sociais”, ou as suas disciplinas, mantém relações com outras áreas do conhecimento (outros todos). Alain Caillé e Frédéric Vandenberghe (2016, p. 26-27), por exemplo, mostram que a filosofia política contemporânea, com suas interpretações inovadoras da ontologia do presente, ofuscou a sociologia fazendo-a, por comparação, parecer uma ciência “velha” que se utiliza de textos do século XIX para compreender o século XXI. É tão somente por causa dessa diferença que o conhecimento científico (neste caso a sociologia) pôde se perceber enquanto conhecimento ultrapassado.

Pretendo dizer com tudo isso que não se pode fugir da diferença. Podemos criar diferenças a partir das diferenças existentes (quando duas ou mais disciplinas se unem elas se tornam diferentes das primeiras, mas com elas mantém relações). A tentativa de formar uma unicidade sem se apontar o que está do outro lado dessa forma, ou seja, o que está de fora, bem como de se explicar de que maneira se processam essas relações não parece ser o melhor caminho; é verdadeiramente um poço sem fundo. Não é difícil notar que se Wallerstein obtivesse êxito em seu intento de nada adiantaria. Para este modo de pensar se as ciências sociais não existissem

⁴⁷ Há duas maneiras de se conceber a divisão de um sistema: uma pela formação de subsistemas e a outra pela decomposição de elementos e relações (LUHMANN, 2016). Adoto nesta passagem a primeira perspectiva.

de maneira particionada, a pretensão de uni-la a outras ciências humanas surgiria; se as ciências humanas fossem um todo indivisível talvez a junção com outras áreas do conhecimento emergiriam. Santos (2008, p. 90) confirma essa alegação quando diz: “na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum”. Caillé e Vandenberghe (2016, p. 37) citando Comte muito bem ilustram minha linha de pensamento:

Com Comte, acreditamos que é hora de superar a fragmentação e especialização... por mais especialização e diferenciação! De fato, precisamos "fazer do estudo das generalidades científicas mais uma especialidade importante" [Comte, 1949 (1830), p. 57]. Precisamos educar e treinar uma nova classe de sociólogos que sejam interdisciplinares e que não estejam intimamente ligados à sua própria disciplina, que estudem os diferentes ramos das ciências sociais e explorem suas conexões e relações a fim de construir sobre o que eles têm em comum.

Para Morin (MORIN, 1997; MORIN e KERN, 2003) superar a ciência clássica é essencial porque o paradigma cartesiano — baseado na separação entre sujeito e objeto e na visão reducionista — fragmenta o conhecimento em disciplinas isoladas, incapazes de compreender a complexidade do real. Na realidade o pensamento de Morin vai de encontro à uma ciência da complexidade, que reconheça a incerteza, a instabilidade e a desordem como elementos constitutivos da realidade. Contudo, é importante que se mencione, a superação, neste caso, não quer dizer meramente mistura, pois o indispensável a se “resgatar, mais além do reducionismo e do holismo, é a ideia de unidade complexa, que liga o pensamento analítico-reducionista e o pensamento da globalidade” em uma dialetização (MORIN, 2005, p. 54).

2.3.3. Entre a continuidade e a descontinuidade: o futuro (im)previsível

Foi no período de 1945 a 1965/70 que emergiram quatro tentativas de superação daquele desgastado e vetusto modo de investigação social: a) a teoria da modernização; b) a teoria da dependência; c) o revisionismo marxista; e d) o conceito de *longue durée* de Braudel (WALLERSTEIN, 2012). Se nos três primeiros casos, a unidade de análise (os Estados como entidades autônomas que seguem caminhos paralelos) não era a mais apropriada, no caso da última, o problema residia na

circunscrição da análise entre os séculos XV ao XVIII. Todavia, Wallerstein (2012) utilizou componentes destas quatro investidas revisionistas para construir uma ferramenta que, segundo ele, desafiava aquelas premissas ideológicas até então dominantes.

Entre a história e as ciências sociais, entre o método idiográfico e o método nomotético, entre as descrições particulares e as generalizações trans-históricas, a ASM se apresenta como a via média e consiste “em buscar um nível de análise dentro de marcos sistêmicos, com tempo e espaço suficientes para conter as ‘lógicas’ governantes que ‘enfraquecem’ a maior parte da realidade sequencial, reconhecendo [que] estes marcos sistêmicos [...] não se concebem como fenômenos ‘eternos’” (WALLERSTEIN, 1999, p. 264, tradução nossa).

Há duas questões nesta definição, ou melhor, neste objetivo, que precisam ser melhor desenvolvidas. Em primeiro lugar, quando Wallerstein trata de marcos sistêmicos ele se refere aos ritmos cíclicos do sistema e não sobre limites entre sistema e ambiente como seria de se esperar se estivéssemos pensando em termos de uma teoria sistêmica e quando menciona lógicas governantes não está afirmando que exista uma operação própria sistêmica, mas, sim, contradições que sempre tornam, com o passar do tempo, o sistema inviável. Logo, os marcos seriam padrões de transformação interna que, seguindo uma lógica reitora, sempre levam o sistema à morte. Assim, a tarefa social da ASM seria “mostrar em termos racionais as verdadeiras alternativas históricas que temos diante de nós” (WALLERSTEIN, 1999, p. 257, tradução nossa).

O que seria **alternativas históricas**? Seria o que não foi, mas poderia ter sido? Ou, diferentemente, o que não foi, não poderia ter sido, mas poderá ser? Ora, se há lógicas governantes que conduzem o sistema invariavelmente ao seu fim, toda e qualquer alternativa de ação modificadora jamais ocorreria dentro do próprio sistema. Elas nem sequer seriam úteis. Há, portanto, uma precipitação em tal análise, de modo que as discussões a respeito do devir não são as mais adequadas quando olhamos para uma “realidade sequencial”. O que esta realidade garante é apenas a sequência do que ficou para trás. Esclarecendo, neste caso não estou falando de probabilidades, apenas me refiro a certezas. É claro que eventos concatenados no passado aumentam a probabilidade de determinados episódios ocorrerem no futuro, no entanto, nada asseguram. Ao bombear água para fora do solo e movê-la para outros lugares

os humanos conseguiram mudar a inclinação da terra em aproximadamente 80 cm para leste em apenas 17 anos — de 1993 a 2010 (SEO, RYU, *et al.*, 2023), algo impensável já que a Terra por certo teve a mesma inclinação por incontáveis milênios.

Sempre outros mundos poderiam ter ocorrido, o presente nunca é uma fatalidade do destino e o futuro será sempre contingente de sorte tal que o “e se” fez, faz, e jamais deixará de fazer parte do jogo. Vejamos um exemplo retirado de Raymond Aron (2018). Durante a década de 1950, antes da assinatura do Tratado de Roma⁴⁸ que estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), Inglaterra e França se opuseram fortemente. Enquanto o primeiro país era favorável à implantação de uma zona de livre comércio⁴⁹ e completamente contrário ao estabelecimento de um mercado comum⁵⁰ o segundo tinha opiniões totalmente antagônicas. Não era interesse da Inglaterra a união de Luxemburgo, Países Baixos, Bélgica, Alemanha, França e Itália, uma vez que seus produtos teriam desvantagens em relações aos dos países do mercado comum nas transações entre eles. A ideia principal dos governantes da Ilha era a de uma zona de livre comércio composta por 13 países, sendo que seu argumento principal estava alicerçado na concepção de que a união dos seis colocaria em risco todos os esforços feitos até então para a comunhão dos países da Europa ocidental. Assim, o desafio seria convencer os EUA (ao denunciar a discriminação tarifária e a ruína da unificação europeia), os liberais dos Países Baixos e da Alemanha (da irracionalidade da associação com uma França pretensamente protecionista) e a opinião pública francesa (do disparate que seria uma aproximação deste nível com a Alemanha). A estratégia inglesa não deu certo e o mercado comum se consolidou. Desta forma **SE** o Partido Social-Democrata (SPD) tivesse vencido à União Democrata-Cristã (CDU) de Konrad Adenauer nas eleições alemãs de 1949, “**SE** os Seis não tivessem conseguido chegar a uma política agrícola comum e **SE** o governo americano lhes tivesse retirado seu apoio, os ventos mudariam e a vitória caberia ao outro lado” (ARON, 2018, p. 564).

⁴⁸ Assinado em 25 de março de 1957 e com entrada em vigor em 1º de janeiro de 1958.

⁴⁹ Área em que os países concordam em eliminar tarifas e quotas de diversos bens e serviços comercializados entre eles.

⁵⁰ É mais que uma zona de livre comércio, pois, não apenas permite a livre circulação de bens e serviços, mas também a livre circulação de capital e mão de obra.

Outro exemplo, mas agora diretamente ligado a atual dinâmica do sistema mundial, diz respeito a alteração — durante o governo de Bill Clinton — da política de nação mais favorável que permitia à China colocar seus produtos no mercado Norte-Americano com preços menores, uma vez que as tarifas impostas aos países nesta situação eram mais baixas. A mudança residia no fato de que a China não estava mais vinculada a adoção da promoção dos direitos humanos para receber tais benefícios. Em entrevista à Hong Zhang (2022, p. 181) Hu-fung Hung (2022, p. 181) responde a pergunta de se ele, olhando em retrospectiva, conseguiria imaginar uma história alternativa das relações EUA-China e se melhores escolhas políticas poderiam ter sido feitas, da seguinte maneira:

Na minha opinião, a reversão, por parte do Presidente Bill Clinton, da política que ligava o acesso a baixas tarifas dos produtos chineses ao mercado dos EUA à situação dos direitos humanos na China em 1994 foi um erro. Não era inevitável. (...) Foram as empresas norte-americanas mobilizadas por Pequim que pressionaram fortemente contra a desvinculação. E Pequim venceu. Suponhamos que essa ligação tivesse sido mantida ao longo da década de 1990. Nesse caso, poderia ter sido criada maior pressão para que Pequim adoptasse mudanças mais liberais, num momento em que havia uma elite de tendência mais liberal dentro do partido e Pequim se sentia mais vulnerável e mais aberto às influências externas.

O reconhecimento disso é importante para que não se caia em um determinismo irrelevante do ponto de vista sociológico. Imaginar outras realidades a partir do entendimento do **porquê** e do **como** algo ocorreu é um exercício plenamente legítimo, pois permite ao cientista apontar outros caminhos à sociedade. Talvez impulsionar a sociedade à reflexividade seja a principal “tecnologia” que o sociólogo tenha a suas mãos para mudar dada realidade. Contemplar o passado para pensar cenários futuros permite colocar à disposição da sociedade⁵¹ uma oportunidade de escolha. Assim,

O debate do “livre arbítrio” versus “determinismo” é antigo, todavia sempre foi tratado como uma proposta do tipo ou um ou outro. A reabertura da questão das transições — as transições como ocorrem na realidade, o avanço das transições em direção a resultados incertos — sugere uma enunciação diferente deste debate. Talvez o que chamamos “determinismo” seja em grande medida o processo interno dos sistemas históricos onde a lógica do sistema se traduz em uma série de estruturas institucionais com movimento

⁵¹ Não desconheço as dificuldades que se apresentam ao sociólogo ao colocar a sociedade como o sujeito de uma frase. Opto por correr esse risco, contudo sempre que adotar esta forma de linguagem na tese me refiro a agrupamentos que podem tomar decisões em nome de determinada coletividade, como por exemplo: países, governos, partidos políticos, organizações e etc.

e fortalecimento próprios que determinam a trajetória de longo prazo. Contudo, talvez o que chamamos de “livre arbítrio” ocorre em essência no processo de transição quando, justamente pela queda destas mesmas estruturas, as escolhas históricas reais são várias e difíceis de prever (WALLERSTEIN, 1999, p. 275)

Com efeito, a especulação sobre algo que não só não aconteceu como sequer é uma alternativa expõe sérios problemas. Não se trata apenas da impossibilidade de não ser possível encontrar uma resposta certa, mas sim de sequer ter um parâmetro para nos calcarmos. Sensível a tais questões e depois de se perguntar sobre quais países teriam vantagem em usar armas nucleares taticamente, Aron (2018, p. 602) alerta para o fato de que “a história militar nos adverte contra a precariedade e os erros da especulação hipotética”. Quantas e quantas vezes a inovação tecnológica fez com que um país atacante acabasse com qualquer estratégia do atacado. Quem saberia se defender de um bombardeio atômico antes de 1945?

Por isso afirmo que deveria interessar à ASM apenas o entendimento do que “foi”, porque “foi” e como poderia ter sido. Não é que não se possa refletir sobre o devir, todavia esta atitude não seria lógica ao que propõe este tipo de análise. Até mesmo Karl Marx (2013, p. 115) enfrenta este tipo de dificuldade ao afirmar que

Uma nação deve e pode aprender com as outras. Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural de seu desenvolvimento – e a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna –, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto.

Por causa da mencionada reflexividade da sociedade é correto buscar, como pretende a ASM, uma via média entre as descrições do passado e as generalidades que se repetem no tempo, embora nunca devam ser usadas como exercício de futurologia. É plenamente possível encontrar regularidades históricas em muitas centenas de anos, mas isso não asseguraria destinos homogêneos para todas as nações, até por que se considerarmos o sistema-mundo/sistema mundial como a unidade de análise mais adequada, a imutabilidade ou a permanência de certas categorias a este pertence e não àquelas. Raymond Aron (2018, p. 462) ao refletir sobre a heterogeneidade das realidades históricas na década de 1950 bem esclarece este fato ao sustentar que

A opinião mundial — ou aquilo que se convencionou chamar assim — tende a esquecer que os cem Estados-membros da ONU têm por trás de si histórias que não são comparáveis e não governam corpos políticos do mesmo tipo. Por outro lado, vive-se a deplorar que as sociedades sejam desiguais em termos de 'desenvolvimento' — isto é, de industrialização, produção per capita e de nível de vida.

Deste modo, a fim de superar os esforços anteriores de suplantação das principais proposições do século XIX, a ASM teve de se constituir na base de quatro princípios metodológicos, julgados fundamentais para tal intento: a historicidade das ciências sociais, o sistema mundial como unidade de análise, a longa duração como referência de temporalidade e a perspectiva necessariamente unidisciplinar (VIEIRA, VIEIRA e FILOMENO, 2012, p. 8).

Dos quatro princípios, dois apresentam caráter eminentemente epistemológico — a historicidade e a unidisciplinaridade — e dois tem relação direta com objeto de estudo propriamente dito — a unidade de análise e a temporalidade. Se as ciências sociais tinham eliminado o tempo-espaço da análise de modo a considerar a geografia e a temporalidade apenas como variáveis exógenas, porquanto constantes físicas, agora, a partir dos pressupostos da ASM, elas passam a ser criações sociais fluidas e, por consequência, variáveis endógenas fundamentais na compreensão da estrutura social e das transformações históricas (WALLERSTEIN, 1999, p. 4).

Com efeito, isso não é tudo, Wallerstein (1999, p. 42) ainda considera necessária a reconstrução das antigas categorias conceituais das ciências sociais — muito embora a rejeição à objetivação, diz ele, deva estar, dentro do possível, sempre presente no fazer sociológico. Na verdade, seria o conceituar com cuidado, sempre colocando um asterisco para demonstrar o fato de que nenhuma realidade cabe inteira dentro de um conceito. Com isso em mente, ele partia da ideia de que todo método tem de se guiar por um objetivo maior: “explicar um sistema concreto de grande escala que passa a existir, se desenvolve com o tempo e, em certo ponto, sofre uma crise estrutural”. Este é um aspecto muito importante que sem dúvida nenhuma merece destaque, pois Wallerstein afirma com todas as letras que o objetivo de qualquer método é explicar um sistema concreto. Já na segunda oração este sistema concreto é adjetivado, ou seja, é um sistema de grande escala que emerge (sempre de outro sistema anterior), se desenvolve (a partir da sua própria estrutura) e morre (a partir de suas contradições). Qualquer leitor da obra de Wallerstein sabe das precauções dele em definir este sistema concreto, o modo como ele surge, o que se deve entender por

desenvolvimento e como que se dão as crises dentro deste sistema. Ocorre que ele parece se esquecer da sua própria premissa de rever as categorias conceituais das ciências sociais quando simplesmente não aborda uma questão que seria central para a sua teoria, qual seja: o que é sistema.

Apenas para passar uma ideia mais concreta⁵² a respeito do problema que surge quando não se pensa adequadamente o conceito de sistema, apresentarei abaixo quatro trechos de duas obras de Wallerstein da década de 1990 que bem refletem essa dificuldade. No livro “impensar as ciências sociais” é indicada, dentre as seis teorias consideradas mais importantes na obra de Marx para explicar os últimos 400 anos, aquela que afirma não poder ser evolutiva a transição do capitalismo ao socialismo, mas sim apenas revolucionária (WALLERSTEIN, 1999). Deste modo, depois de ajustar algumas concepções da teoria marxiana ao conjunto teórico dos sistemas-mundo, é enfatizado que

Enquanto as ideias de Marx sejam consideradas teorias sobre processos que sucedem em essência dentro dos limites do estado e sobre processos que incluem os trabalhadores industriais urbanos assalariados que trabalham para a burguesia industrial privada, será fácil demonstrar que essas ideias são errôneas, enganosas e irrelevantes e que nos levam a caminhos políticos equivocados. Uma vez aceitadas como ideia de um sistema-mundo histórico cujo surgimento mesmo implica “subdesenvolvimento” — e de fato se baseia nele — não só serão válidas como também revolucionárias (WALLERSTEIN, 1999, p. 178).

Mais adiante,

Uma transição controlada e organizada tende a implicar certa continuidade de exploração. Devemos perder o medo de uma transição que adota o aspecto de colapso, de desintegração, que é desordenada, e até mesmo pode ser anárquica, mas não necessariamente desastrosa. As “revoluções” inclusive podem ser “revolucionárias” na medida em que promovem tal colapso. As organizações podem ser essenciais para abrir caminho, mas é pouco provável que possam edificar a nova sociedade (WALLERSTEIN, 1999, p. 186).

Já no livro “capitalismo histórico e civilização capitalista” o sociólogo norte-americano faz a seguinte reiteração:

Já argumentamos que está errada a ideia de que o capitalismo histórico surgiu quando uma burguesia progressista derrubou uma aristocracia

⁵² Decididamente não sei se existe ideia mais ou menos concreta, contudo, o leitor certamente entenderá do que se trata.

atrasada. A correta imagem de fundo é a de que o capitalismo histórico surgiu através da transformação da aristocracia fundiária em burguesia, porque o sistema velho estava se desintegrando. Em vez de permitir que tal desintegração continuasse em uma direção incerta, a própria aristocracia empreendeu uma cirurgia estrutural radical, tendo em vista manter e *expandir significativamente* sua capacidade de explorar os produtores diretos (WALLERSTEIN, 2001, p. 90-91) (grifo no original).

(...)

Se não houve revolução burguesa, não houve ou não haverá revolução proletária? Não, nem do ponto de vista lógico nem do empírico. Mas isso quer dizer que temos de abordar de outra forma o tema das transições. Precisamos, em primeiro lugar, distinguir entre desintegração e mudança controlada, o que Samir Amin chamou de distinção entre “decadência” e “revolução”, entre o tipo de “decadência” que ele afirma ter ocorrido na queda do Império Romano (e que, segundo ele, está ocorrendo agora) e a mudança mais controlada que ocorreu quando da passagem do feudalismo para o capitalismo.

Não é difícil perceber a discrepância entre os dois livros. Se no primeiro Wallerstein acreditava na possibilidade de uma revolução, até porque exortou-a, no segundo ele é enfático quando afirma que não é nem lógica nem empiricamente possível a revolução; e o mais curioso é que além de serem de um período de maturidade do escritor, as obras não distam muito no tempo. A meu ver isso só ocorre por não haver, desde o princípio, para Wallerstein, uma concepção clara sobre uma dada ontologia do sistema-mundo. Dizer que “o capitalismo é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13), sem conceber o que é sistema, não o ajuda em nada na construção de uma teoria mais coesa. Isso fica muito evidente quando se é preciso pensar sobre as crises e as transições. Como ele não pensa o sistema enquanto sistema, não consegue ordenar a teoria para pensar com correção de que modo ou quais são os motivos que poderiam levar um sistema ao seu fim⁵³.

2.3.4 O essencial sobre a noção de campo

O leitor talvez se pergunte: por que a noção de campo (BOURDIEU, 2019; 2021; 2005; FLIGSTEIN e DAUTER, 2012; FLIGSTEIN e MCADAM, 2012) deve estar presente neste trabalho? Qual sua relação efetiva com o problema? A resposta é a

⁵³ Wallerstein (1999, p. 249-256), em um determinado momento, explica o que entende por sistema social histórico, chegando até mesmo a esboçar uma pequena troca com teorias advindas das ciências físicas, tal como a teoria do caos de Ilya Prigogine. Embora uma discussão mais aprofundada a respeito de uma teoria sistêmica sólida não seja recorrente na obra do autor há ocasiões em que tal abordagem precisa ser mencionada mesmo que brevemente.

seguinte: revelar as regularidades e os agentes que compõem o campo do sistema mundial permitirá a contemplação da estrutura com maior clareza e objetividade. Além disso, a interpretação dos métodos estatísticos explicados no próximo capítulo será em grande parte fundamentada por esta concepção, porquanto a perspectiva teórica mais conforme a estes métodos é a noção de campo, posto que são todas técnicas pensadas em termos de relação (BOURDIEU e WACQUANT, 1992).

O primeiro ponto a ser considerado é que um campo deve ser um espaço estruturado “de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 2019, p. 109). Trata-se, portanto, de um espaço imaginário (não visível), com limites mais ou menos claros, e que precisa ser construído pelo sociólogo com o objetivo de captar as forças que só conseguimos notar quando exercidas definitivamente sobre os indivíduos, os modificando ou as suas condutas (BOURDIEU, 2021). Descrito de maneira mais completa, pode dizer que

[...] o campo é um espaço quase físico no qual os agentes são submetidos às forças que se impõe a eles e que orientam suas ações, mas que esse agentes, que têm disposições socialmente constituídas, que chamo de *habitus* através das quais percebem o campo de forças, não são manipulados pelo campo de forças como a limalha. Eles “pensam”; eles se situam praticamente em relação a este espaço, seja sob o modo de senso prático, seja mais raramente sob o modo da representação. Ao mesmo tempo, eles constituem esse espaço. Eles agem sobre ele enquanto o espaço age sobre eles: eles agem nesse espaço segundo uma lógica que, em grande parte, é imposta por esse espaço (BOURDIEU, 2021, p. 331).

Evidentemente esta abordagem pode ser complementada por outras que expliquem de maneira mais detalhada a estrutura subjacente e as fontes de mudança e estabilidade na vida institucional da sociedade moderna. Este é o caso de Neil Fligstein e Doug McAdam (2012) que procuram combinar aspectos da teoria institucional com o entendimento das fontes de estabilidade e mudança dentro dos campos de ação estratégica — entender o conceito de ação estratégica permite ao pesquisador descrever as táticas e tentativas que os atores sociais utilizam na busca pela cooperação dos outros (FLIGSTEIN, 2007). Trata-se de uma ideia de campo em que os atores estão sintonizados e interagem uns com os outros com base em entendimentos compartilhados (não necessariamente consensuais) sobre os propósitos do campo, as relações com os outros no campo e as regras que governam

ações legítimas no campo. Estes campos socialmente construídos fundamentam-se, segundo os autores, em três aspectos: a) a participação se daria muito mais em uma "posição" subjetiva do que em critérios objetivos; b) as fronteiras não seriam fixas, mas mudariam dependendo da definição da situação e das questões em jogo; e c) seriam construídos no sentido de que se apoiam em um conjunto de entendimentos moldados ao longo do tempo pelos membros do campo.

Quando afirmo serem estas concepções complementares é porque enquanto esta segunda tem olhos voltado para o subjetivo, para a ação pensada/orquestrada, a primeira se interessa mais fortemente pelo papel que a estrutura exerce sobre o agente, ou seja, enquanto Bourdieu destaca a reprodução das estruturas sociais, Fligstein e McAdam dão maior ênfase à agência dos atores na transformação dessas estruturas, tornando sua teoria mais dinâmica e processual.

Ao dar destaque à ação coletiva Fligstein e McAdam (2012) conseguiram demonstrar como os atores coletivos eram capazes de produzir novas identidades e quadros para formar novos campos ou transformar os já existentes. Há também neste tipo de postura conceitual uma espécie de fundamentação teleológica, na medida em que os atores competem, muitas vezes por meio de cooperação e coordenação, por recompensas materiais e de status (SWARTS, 2014). É claro que há a busca por lucros simbólicos ou materiais em Bourdieu, ocorre que a busca por um ajuste aos fins é em grande parte ajustada espontaneamente; a estratégia calculada neste sentido é sempre mitigada por que “a conduta perfeita, excelente, que não seria melhor nem se fosse calculada para ser perfeita, é melhor exatamente porque não foi calculada para ser perfeita” (BOURDIEU, 2021, p. 99). Assim, quando tratamos de entidades conjuntas devemos levar em conta o papel institucional destas unidades, uma vez que suas ações estratégicas costumam ser regradas e, portanto, dirigidas, com metas relativamente estabelecidas *a priori*. Fligstein e McAdam (2012) ampliam esta questão quando reconhecem que os atores coletivos são compostos por campos de ação estratégica organizados em uma hierarquia burocrática formal em que a interdependência destas várias unidades de planejamento constituem uma das principais fontes de mudança e estabilidade em todos os campos.

Outra distinção é que para Bourdieu (2005) a ação coletiva dentro de um campo, como o campo econômico ou organizacional, é fortemente estruturada pela distribuição desigual de capitais (econômico, cultural, social e simbólico) e pela

posição que os agentes ocupam dentro desse campo. Já para Fligstein e McAdam (2012) os atores em campos como as empresas não são apenas influenciados pelas estruturas de poder, mas também podem moldar ativamente essas estruturas através de ações coordenadas e estratégicas; segundo eles essa visão conferiria maior dinamismo e flexibilidade aos atores coletivos, que são vistos então como agentes que podem negociar, cooperar e mudar a estrutura do campo.

Há também nesta nova ideia de campo uma percepção de movimento das fronteiras que não aflora em Bourdieu. Em Bourdieu (2021) as fronteiras são mais ou menos porosas a depender do grau de autonomia de um campo; e, diga-se, são porosas em relação à aceitação ou não da lógica operacional de outro campo dentro do campo em questão. Diferentemente do que preconizam Fligstein e McAdam (2012) em Bourdieu as fronteiras não se movem efetivamente no sentido de fagocitar elementos de outros campos nem sofrem autotomia ao se desfazerem de determinados componentes de seu espaço⁵⁴.

Para se identificar um campo é essencial observar quais são os contenciosos em jogo e quais os interesses específicos atinentes aos atores que o compõe. São interesses e apostas muito particulares e geralmente incompreensíveis para quem não integra a estrutura do campo, mas que o caracterizam e o moldam. Quem não joga o jogo jogado no campo pode muito bem não compreender os interesses ali dispostos e por quais razões se arriscam certas posições em lutas muitas vezes sem sentido. No campo científico, por exemplo, a publicação em determinada revista especializada pode representar muito para a acumulação de capital do seu subscritor, ou a conquista de determinado prêmio oferecido aos melhores trabalhos científicos de um país. Aos olhos de quem não faz parte deste jogo tais interesses podem não representar nada, pois estes indivíduos jogam o seu jogo em outro campo. Pergunte a alguém no campo econômico, político, religioso ou artístico se as conquistas mencionadas acima lhe dizem algo. Muito provavelmente, a resposta será um

⁵⁴ Este exemplo ajudará a compreender melhor esta questão: “Por exemplo, imagine se o Congresso [norte-americano] fosse discutir um projeto de reforma abrangente que ameaçasse alterar o status tributário de todas as instituições de ensino superior. Durante o conflito, os campos de ação estratégica mais restritos mencionados anteriormente deixariam de ser tão relevantes. Em vez disso, o conflito definiria um novo campo, composto pelas 2.500 faculdades e universidades, que provavelmente se uniriam para se opor a tal legislação. Assim, os campos são construídos com base na situação, à medida que diferentes coleções de atores passam a definir novas questões e preocupações como relevantes” (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012, p. 10).

categórico não, pois o movimento e a acumulação de um capital específico geralmente têm pesos diferentes para cada campo.

À vista disto podemos dizer com base no pensamento de Bourdieu (2019, p. 110) que um campo se estrutura a partir da distribuição do capital entre os agentes ou instituições; capital este que é acumulado em decorrência das lutas e enfrentamentos passados, que dão ao vencedor “o monopólio da violência legítima”. Quando um agente ou uma instituição consegue romper a barreira de entrada no campo sua missão passa a ser, então, a conquista deste monopólio, de modo que suas jogadas e suas apostas, dentro do campo, o levem a vitória ou a derrota .

Esta luta incessante pela busca do monopólio da violência que acaba por distribuir desigualmente um capital específico para os vencedores faz com que estes apresentem inclinações a estratégias de conservação, enquanto aqueles que pretendem entrar no campo, os possuidores de baixo estoque de capital, promovem a heresia (heterodoxia), adotando estratégias de subversão. Neste momento — muitas vezes intimamente ligado a crise no interior do campo — os dominantes começam a agir, adotando o discurso defensivo da ortodoxia para restabelecer o pensamento conservador semelhante a uma adesão silenciosa à doxa (BOURDIEU, 2021).

Interessante notar que um campo sempre continua a existir. Muito raramente, ele implode após o seu surgimento. Os campos social, político, jurídico e econômico, por exemplo, depois que os humanos começaram a ter a consciência de si, nunca deixaram de existir. Transformações, sim, estas sempre existiram, e sempre continuarão a existir, de forma que as lutas não acabam com o campo, elas apenas o fortalecem ou ajudam na construção de uma nova estrutura (BOURDIEU, 2019).

Dentro de qualquer campo, a ação vai ser dominada pelo que Bourdieu (2019, p. 115) vai chamar de *habitus*, isto é, “o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores [de estratégias]”. Quem milita dentro de um campo não age raciocinando em termos de consecução de fins o tempo todo, nem tampouco, comporta-se de maneira pura e simplesmente mecanicista como um autômato. Há sempre uma relação inconsciente entre um *habitus* e qualquer espécie de campo capaz de conduzir a análise para além do finalismo e do mecanicismo. Logo, o princípio da ação histórica “não reside nem na consciência, nem nas coisas, mas na relação entre dois

estados do social, ou seja, entre a História objetivada nas coisas, na forma de instituições, e a história encarnada do corpo” (BOURDIEU, 2001, p. 40-41). É, portanto, a “História feita coisa” e a “História feita corpo” que se encontram no centro da produção do mundo social .

Quando um agente traça uma estratégia, ele está imbuído de um fim — se assim não fosse não haveria estratégia, muito menos ação —, no entanto esta finalidade que se apresenta objetiva pode ser ou não compatível com os fins subjetivamente buscados. Por isso que o conceito de *habitus* nos permite avançar na compreensão de uma determinada ação, na medida em que se percebe que os atores agem por uma lógica de racionalidade que foi incorporada pela atuação no interior do campo. Por exemplo, é plenamente viável fazer uma aproximação entre esta ideia de *habitus* e a celebre proposição de Karl Polanyi (2001, p. 60, tradução nossa) de que “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”. Ora, estando as relações sociais incrustadas no “sistema” econômico e, sendo este de mercado, é de se supor que a sua lógica, além de se tornar dominante, molde significativamente as ações sociais. Por esse motivo, os indivíduos começam a agir guiados por este padrão.

Objetivamente, então, as pessoas — agindo por interesses tão somente individuais ou dentro de uma organização — ao se relacionarem no mercado levarão em conta a possibilidade de obterem certa vantagem na negociação, ou seja, alcançar a melhor situação material possível desta relação, que evidentemente não é só de concorrência, mas, como se desenvolvem em um campo, também são necessariamente de cooperação. Isto pode ser entendido desta forma se considerarmos o conceito de habilidade social — originado na interação simbólica (FLIGSTEIN, 2007) — tal qual “a forma como indivíduos ou atores coletivos possuem uma capacidade cognitiva altamente desenvolvida para interpretar pessoas e ambientes, delinear linhas de ação e mobilizar pessoas em prol de concepções mais amplas do mundo e de si mesmos” (FLIGSTEIN e DAUTER, 2012, p. 17).

Ocorre que, muitas vezes, olhando mais de perto, o sentido subjetivo pode ser completamente diferente. A motivação maior pode ser o simples sustento da família, ou a conquista de uma posição social mais elevada, no entanto, é pela força desse *habitus* que as pessoas, e, por consequência, as organizações, comportam-se desta maneira. É, portanto, o *habitus*, um interesse assimilado durante a luta para

permanência no campo, sem nada de natural, podendo ser inconsciente, pois entranhado na pessoa pela rotina, mas também consciente e voltado a conservação do *status quo* intracampo.

Pensando um pouco mais detidamente, tal situação pode ser aplicada na análise das questões aqui investigadas. Efeitos perniciosos podem ter origem no *habitus* incorporado pelos agentes econômicos em suas relações sociais em uma sociedade que comporta o capitalismo com toda a sua estrutura. Objetivamente, os Estados, por exemplo, orientarão suas ações com vistas a obter uma maior vantagem, mas os motivos subjetivos de seus componentes humanos podem ser os mais diversos. É de se pressupor, e mais adiante isto ficará evidente, que a perseguição pelo poder seja um dos principais fins subjetivos que motivam essas ações. Não obstante, a depender do intento subjetivo, os efeitos para a sociedade podem ser os mais diversos.

Na verdade, quando voltamos o olhar para a economia observamos a mistura estável de dois tipos de poder, um impositivo — presente no lado da produção — e outro difuso — vigente no lado da troca (MANN, 2022). Enquanto no primeiro caso há “comandos bem definidos e obediência consciente” (MANN, 2020, p. 41), no segundo não existe uma ordem e sujeição imediata e cônica, “mas o entendimento de que tais práticas são naturais ou morais, ou ainda, que resulta de interesses comuns autoevidentes” (MANN, 2020, p. 41). Esta questão ganha importância no campo do sistema mundial na medida em que a configuração de poderes impositivos poderia acarretar o que Bourdieu (2019, p. 130) vai chamar de aparelho, isto é, “a consecução de uma máquina infernal, programada para realizar certos fins”. Poderíamos pensar na relação da União Soviética com alguns de seus “aliados” do Leste Europeu, ou, ainda, as relações entre metrópole e colônia. Nestes casos há um poder impositivo agindo com metas muito claras do que cada unidade deve produzir e para quem. Neste sentido não se pode dizer que os países socialistas tenham configurado um campo autônomo fora do sistema mundial. Na realidade somente quando os incluímos dentro do sistema mundial como um todo (reconhecendo seu relacionamento com os países capitalistas) é que podemos considerá-los como agentes dentro de um campo. Tanto dentro do espectro socialista como do colonial os dominantes não aceitavam a resistência dos dominados e tinham todos os meios de obstruir o antagonismo e as reações dos dominados. De outra parte quando

analisamos as trocas interestatais dentro do sistema mundial observamos certamente a existência de um poder difuso, pois ali temos configurado um campo onde mudanças acontecem, embora não sem dificuldades é verdade, mas se sucedem. Como diz Bourdieu (2019), enquanto houver luta, haverá história.

Ao colocar os agentes em perspectiva uns com os outros no plano e ao considerar que “os campos apresentam-se à apreensão **sincrônica** como espaços estruturados de posições (ou de postos)” (BOURDIEU, 2019, p. 130) é possível reconhecer que a análise bourdesiana tem um caráter de viés mais estático. Por meio da fotografia de suas mais diferentes características, agora todas objetivadas, é possível compará-los. Claro que não é uma imobilidade total; não é como quem analisa o projeto estrutural de um prédio para dispor futuramente as partes que o constituirão. É mais como um general que estuda a imagem de um satélite para, da distribuição das tropas inimigas no terreno, imaginar as ações e estratégias adotadas no teatro de operações⁵⁵.

Vista a estrutura formada por essas posições do alto e de fora, nos perguntamos o que faz a estrutura adotar esta ou aquela forma. No caso aqui estudado gostaríamos de saber por que e como o sistema mundial se organiza em países centrais, periféricos e semiperiféricos (se é que assim se formata). E, porque essas posições se modificam ao longo do tempo modificando a estrutura do sistema sem, contudo, mudar a composição dos elementos. A depender da maneira como as fontes de poder (militar, política, econômica ou ideológica) irão estruturar o sistema ou, para usar uma linguagem química, irão ligar os elementos, é que o sistema vai adotar determinada forma. Tudo vai depender de como as fontes de poder (político, econômico, militar e ideológico) disporão estes elementos pelo campo. Lembre-se que é possível produzir diamantes sintéticos a partir do grafite quando aplicadas técnicas que reproduzem as condições de alta temperatura e pressão do centro da terra. Isto altera toda a configuração e as ligações dos átomos de carbono no espaço⁵⁶; mudam-se, assim, as disposições dos átomos de carbono no espaço e a intensidade das suas

⁵⁵ Este militar estrategista não é um agente é o pesquisador.

⁵⁶ A **estrutura do grafite** é composta por camadas de átomos de carbono organizados em anéis hexagonais, onde cada átomo está ligado a três outros átomos de carbono por ligações covalentes, formando folhas planas. As camadas são mantidas juntas por forças de Van der Waals fracas, o que permite que deslizem umas sobre as outras. A **estrutura do diamante** é uma rede tridimensional onde cada átomo de carbono está ligado a quatro outros átomos de carbono por ligações covalentes fortes, formando uma estrutura tetraédrica rígida e extremamente estável.

ligações. Como utilizei este exemplo retirado da química devo alertar o leitor que não o confunda com a teoria dos grafos utilizada na análise de rede. Ao tratar de campos construímos estes espaços por meio de análise geométrica de dados o que nos leva à geometria euclidiana e não à euleriana. Diferentemente das proposições topográficas de Euler que valem na teoria dos grafos aqui o interesse está nos espaços vetoriais, nas distâncias, ângulos e projeções.

Trazendo um pouco mais essa discussão para a interpretação do sistema mundial é interessante notar a observação de Steiber (1980) acerca de um artigo apresentado por Wallerstein no 73º encontro anual da American Sociological Association. Segundo ele, Wallerstein apresentou o sistema-mundo como sendo uma entidade tanto estrutural como processual, fato esse que incorporava uma antinomia fundamental associada à palavra processo. Tal paradoxo ocorre porque a única maneira de se falar sobre ela é se utilizando de categorias que, de algum modo, refletem um tipo de padrão que pensamos ser repetido em um determinado período de tempo ou espaço ao mesmo tempo em que pensamos em processo como um desenvolvimento contínuo, ou seja, uma transformação estrutural daqueles padrões. À vista disso, concluir que todos os modelos, necessariamente, perdem um pouco da noção de processo não é descabido, contudo, sua construção é de fundamental interesse na idealização da estrutura do sistema-mundo. Com efeito este é basicamente um dos problemas que buscamos resolver ao separar o processo de estruturação da estrutura.

A estrutura de um campo está estreitamente ligada à distribuição de um capital específico, ou seja, é um estado da relação de poder entre agentes ou instituições (BOURDIEU, 2019). Analisar a posição do campo frente ao campo de poder é, inclusive, o primeiro momento necessário em um estudo sobre qualquer campo (BOURDIEU e WACQUANT, 1992). Ora, quando transpomos esse conceito geral — calcado no poder — para cada campo individualmente começamos a perceber o quão difícil é demarcar o limite dessa estrutura e, conseqüentemente, como a relação entre um e outro acontece sem que cada um perca a sua especificidade. Todavia, isto acontece porque o poder atua como processo de modelagem da estrutura, isto é, ele a organiza em espaços cada vez mais expandidos.

Se as relações de poder permeiam todos os campos que fazem parte do espaço social e são responsáveis por estabelecer a sua estrutura se torna realmente

muito difícil determinar os limites entre eles, pois a disputa pelo poder — que deveria ser importante apenas na esfera do político — se converte em uma invariante de todo e qualquer campo. Com efeito, a disputa pelo poder é um ato eminentemente político independentemente do campo em que a disputa ocorra. Duas colocações de Chantal Mouffe (2006, p. 173) ilustram isso de maneira notável: “a objetividade social é constituída por meio de atos de poder” e “isso implica que qualquer objetividade social é em última instância política”.

Apresentada brevemente a ideia geral de campo e de *habitus*, o foco passa a ser a delimitação do campo econômico (subcampo central nas disputas interestatais) e suas características fundamentais que o aproximam e o afastam do ideal de mercado. Tal iniciativa é relevante porque o campo do sistema mundial apresenta grande homologia com os campo econômico e do poder. Descrever o campo econômico, mesmo que interno ao Estado, não é despiciendo, pois permite perscrutar a partir dele as questões referentes aos países e suas posições no espaço do sistema mundial.

Adotar esta posição conceitual configura um avanço significativo, pois a percepção tradicional de mercado invoca uma instituição que seria a-histórica, apolítica e externa ao âmbito das relações sociais. Estudar o mercado sobre outra perspectiva, como estruturas sociais, nas palavras de Ricardo Abramovay (2004, p. 36) é fazer

um apelo à subjetividade dos agentes econômicos, à diversidade e à história de suas formas de coordenação, às representações mentais a partir das quais se relacionam uns com os outros, à sua capacidade de obter e inspirar confiança, de negociar, fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos.

Bourdieu (2005, p. 19) em acepção muito próxima deste significado estabelece que “as disposições econômicas exigidas pelo campo econômico, tal como nós o conhecemos, não têm nada de natural e de universal, mas são produtos de toda uma história coletiva, que deve ser sempre reproduzida nas histórias individuais”. Primordial, então, para a compreensão da diferença entre campo e mercado é ter a consciência de que o espaço onde produtores, fornecedores, consumidores e governos se encontram para transacionar, ou melhor, o local imaginário onde os comportamentos econômicos se desenvolvem, apresenta uma estrutura que é construída ao longo do tempo; trata-se, pois, de uma história que influencia e é

influenciada pelo ser humano; esse *homo economicus* sem passado da economia neoclássica seria uma espécie de monstro antropológico (BOURDIEU, 2005).

O suceder de acontecimentos despertará em consequência, certas regularidades no desenvolvimento da ação econômica, não estando aquelas [as regularidades] necessariamente vinculadas a qualquer costume ou normas de matiz obrigatório. Seu caráter é bem descrito por Max Weber (1991, p. 18)

No mercado, os interessados orientam sua ação (o " meio ") pelos próprios interesses econômicos subjetivos típicos (o " fim ") e pelas expectativas, igualmente típicas, que nutrem a respeito da ação presumível dos outros (as "condições" para alcançar seu fim). Desta maneira, quanto mais rigorosa a racionalidade referente a fins em suas ações, tanto maior a semelhança de suas reações perante determinadas situações. Disso decorrem homogeneidades, regularidades e continuidades na atitude e na ação, às vezes muito mais estáveis do que as que existem quando a ação se orienta por normas e deveres considerados de fato "obrigatórios" por determinado círculo de pessoas. Esse fenômeno de que a orientação exclusiva pela situação de interesses, próprios e alheios, produz efeitos análogos aos que se procura impor — muitas vezes em vão — pelo estabelecimento de normas, provocou grande interesse especialmente na área econômica: pode-se dizer que foi uma das fontes do nascimento da economia como ciência

É bom lembrar que para a sociologia dos mercados moderna “a troca social não estruturada, aleatória, encerrada em si mesma e anônima não é um mercado” (FLIGSTEIN e DAUTER, 2012, p. 489). Em qualquer mercado, e com a concepção de campo não é diferente, produtores, consumidores, governos e fornecedores mantém uma certa relação que tem de ser duradoura, pois se assim não fosse a sociologia jamais poderia ingressar neste campo de estudo. Teríamos, então, o mercado imaginado pelos neoclássicos e a realização das teses economicistas. A ação econômica está, portanto, vinculada ao passado, incorporando, os agentes, toda esta história na definição de suas estratégias econômicas que, conforme explicação de Bourdieu (BOURDIEU, 2005, p. 18) no mais das vezes, estão “integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução”.

Avançar no entendimento do mercado é também ter a capacidade de compreender que não se trata mais de interpretar a economia sob a ótica do *price taking* (preços determinados automaticamente), mas sim de considerar a realidade sobre um ponto de vista que leve em conta o *price making*, ou seja, o poder que certos agentes têm de fixar preços de compra e de venda (BOURDIEU, 2005).

Assim “o campo econômico impõe a todos (em graus diferentes, conforme suas capacidades econômicas) os fins (o enriquecimento individual) e os meios ‘razoáveis’

de atingi-los” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Quem atua em um campo específico da economia sabe reconhecer sua posição e age conforme seu status. O mais simples consumidor sabe que não obterá êxito em barganhar o juro do empréstimo com seu banco, mas tem perfeita consciência que pode negociar o preço dos legumes na feira.

Neil Fligstein e Luke Dauter (2012) apontando algumas distinções entre os estudos da área destacaram o fato de que para alguns estudiosos os mercados estão sempre em formação ou equilíbrio e para outros ele está continuamente em mutação. A depender do ponto de vista, muda radicalmente a estrutura das relações ali travadas. Se entendermos que o mercado tende ao equilíbrio, as firmas/nações vão buscar posições dominantes para manter a ordem e as relações serão de poder e dominação. Por outro lado, não existindo nenhuma possibilidade de estabilização as empresas/nações não têm por que buscarem posições de dominância, de modo que o ideal passa a ser a formação de arranjos temporários que permitam a troca de informação e ou se garanta tecnologia de ponta.

São, portanto, as empresas/nações dominantes que determinam a estrutura do campo (volume e estrutura do capital específico) moldando o estado das forças sobre o conjunto dos demais agentes. O controle do mercado e a força do agente estão vinculados ao tamanho do capital de qualquer espécie, tais como: o capital financeiro (atual ou potencial), o capital cultural, o capital tecnológico (principal catalizador das transformações das relações de força), o capital jurídico, o capital organizacional, o capital comercial e o capital simbólico (BOURDIEU, 2005).

Essas diferentes formas de capital não atuam sempre de maneira indireta por meio da fixação de preços, pois existem diversos outros fatores que podem mudar a estrutura do mercado. A descoberta de novas tecnologias e a conquista de uma fatia de mercado (seja por qual motivo for) podem alterar as posições relativas dentro do campo. Deste modo, não haveria necessidade de intervenção direta de um agente com maior poder sobre outro, como pretendem os interacionistas. A própria estrutura do campo — criada pelo acúmulo de capital — acaba por exercer forte pressão sobre os agentes piores colocados na distribuição de capital reduzindo o seu espaço de probabilidades de atuação (BOURDIEU, 2005).

Quando isso acontece não há uma desconfiguração total das regularidades do campo; há somente um reposicionamento dos agentes. Embora mudanças deste tipo ocorram elas não são frequentes, porquanto os detentores de parcela maior do capital

tenham propensão a ficar no seu lugar em virtude do poder que adquiriram. Resumidamente, poderíamos dizer que “o campo de forças é também um campo de lutas destinadas a conservar ou a transformar o campo de forças, um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes” (BOURDIEU, 2005, p. 33).

Com efeito, embora a acumulação de capital desempenhe um papel fundamental na manutenção da estrutura do campo e que esta, por si só, seja capaz de reduzir o âmbito de ação dos agentes desafiantes, é preciso ter em mente que as empresas/nações dominantes jamais ficam inertes, pois, em certo grau, sempre tenderão a exercer o seu poder, pois este, para não sucumbir, há de ser constantemente acumulado. É preciso, portanto, perceber o poder muito mais como fluxo do que como estoque (FIORI, 2009). Isso está em perfeita consonância com o argumento de que o poder é o processo modulador da estrutura que visa manter um padrão que é expansivo.

Apenas a título de exemplo gostaria de apresentar nos próximos parágrafos alguns aspectos da relação entre os campos que são internos aos Estados; isto porque possibilitará alguns *insights* na análise posterior. A arena de luta de cada campo é um espaço “delimitado” em que as pretensas fronteiras podem se expandir ou se retrair a depender da estrutura e da força de cada um deles — o campo econômico, por exemplo, apresenta fronteiras com os campos social, político e jurídico. Essas divisas muitas vezes não se mostram nítidas dado que um campo pode ser considerado um microcosmo, vindo a sofrer, por isso, as imposições do macrocosmo. Embora sempre mantenha um certo grau de autonomia — por se tratar de um campo específico (BOURDIEU, 2004) — o certo é que todos os campos mantêm intersecções entre si.

Em Estados com democracias consistentes haverá um maior equilíbrio de forças entre os campos. Logo, no campo político, após os embates naturais, serão produzidas regras de orientação de limites para o campo. Tais regras em conformidade com a Constituição aproximam os campos jurídico e político sem que suas fronteiras sejam desrespeitadas. O campo econômico certamente sentirá a influência destas decisões, mas manterá a sua autonomia porquanto não haja interferência em regras fundamentais do jogo. E, este mesmo campo influenciará nos outros dois, pois, conforme Pierre Bourdieu (2005, p. 40), as trocas com o Estado são

as mais importantes haja vista que as empresas competem sobre o poder dele e as vantagens que ele pode assegurar pelas suas mais diversas intervenções, tais como: “tarifas preferenciais, patentes, regulamentos, créditos para pesquisa/desenvolvimento, compras públicas de equipamento, ajudas para a criação de emprego, inovação, modernização, exportação, habitação, etc.”

Contudo, em Estados de menor envergadura, com uma democracia frágil, as fronteiras dos campos podem se alargar demais umas sobre as outras. Em nações onde impera a corrupção e os governos são incompetentes é de se supor que o campo econômico suplante os demais. As lutas dentro do subcampo darão poder extraordinário aos vencedores, que terão, deste modo, grande possibilidade de subjugar os campos político e jurídico aos seus interesses sejam eles quais forem. Já em nações autoritárias, os campos político e jurídico podem se expandir ao ponto de estrangular todo o espaço de ação dos agentes econômicos⁵⁷.

Há ainda alguns pontos importantes que merecem destaque no que se refere ao conhecimento do campo econômico e que podem ser de grande valia para se entender como o Estado pode estimular a movimentação dos agentes no sentido desejado. Vejamos brevemente mais algumas destas particularidades.

Durante a concorrência, as empresas interagirão de diversas maneiras, conforme a estrutura do campo. Quando Ricardo Abramovay (2004, p. 47) nos convida ao estudo das condições e premissas em que opera o mercado para que possamos desenvolver maneiras de promover a ascensão econômica dos mais pobres ressalta que

em economias descentralizadas, [...] os atores podem encontrar razões de cooperação em suas atividades, mesmo quando concorrem entre si: mercados mais desenvolvidos — mais aptos a que neles os indivíduos manifestem suas reais capacidades — são aqueles que melhor combinam o auto-interesse com formas concretas de cooperação, que envolvem algum grau de preocupação com a preservação dos outros.

Mesmo existindo no mercado empresas/nações dominantes e empresas/nações desafiantes isso não quer dizer que em todas as situações a única saída é a derrota total de uma ou outra. Empresas/nações dominantes poderão traçar

⁵⁷ Para consultar um pensamento próximo a este, todavia baseado em uma perspectiva teórica sistêmica ver o artigo “Os Estados no centro e os Estados na periferia: Alguns problemas com a concepção de Estados da sociedade mundial em Niklas Luhmann” de Marcelo Neves (2015).

estratégias interessantes que nem de longe estão voltadas a aniquilação das demais. Podem elas, por exemplo, “trabalhar para o melhoramento da posição global do campo, tentando aumentar a demanda global; ou defender ou melhorar suas posições adquiridas no campo (suas fatias de mercado)” (BOURDIEU, 2005, p. 36).

No que se refere ao segundo expediente poderíamos dizer que “todo o mercado tende a funcionar sob a forma de nichos que supõem relações específicas e localizadas entre seus componentes” (ABRAMOVAY, 2004, p. 56) ou, nas palavras de Bourdieu (BOURDIEU, 2005, p. 45) nicho “não é outra coisa do que parcela da clientela que a afinidade estrutural atribui às diferentes empresas, e, particularmente, às empresas secundárias”. De maneira vulgar, mas não menos esclarecedora, colocaríamos que é o verdadeiro caso da expressão “há lugar para todos”.

Temos, então, no campo, dominantes e desafiantes, os primeiros dando as cartas e desenhando o tabuleiro onde o jogo é jogado e os segundos buscando seu espaço onde aqueles permitem. Não obstante isso a estrutura do campo não é de todo imutável. “Assim, as mudanças no interior do campo são frequentemente ligadas a mudanças nas relações com o exterior do campo” (BOURDIEU, 2005, p. 39), sendo o capital tecnológico, o principal determinante destas mudanças. Mas ele, na verdade, “somente é eficiente se for associado a outras espécies de capital” (BOURDIEU, 2005, p. 38).

Depois de definir a unidade de análise a partir das abordagens centradas na construção da noção de sistema (-mundo), explicar as razões pelas quais é possível estudar uma dada estrutura a partir de um recorte temporal arbitrário (na medida em que a estrutura é conceituada como ligada à forma e não à permanência como é de praxe nas ciências sociais) e sugerir a aplicação de um enfoque teórico baseado na noção de campo para interpretar as relações entre as unidades deste sistema, indicarei, logo adiante, os métodos que possibilitarão estruturar este espaço social. Conclui-se, portanto, neste momento, os objetivos “a” e “b”, pois os conceitos de padrão de organização, estrutura e processo foram amplamente definidos, bem como foi explicado a maneira pela qual eles podem ser considerados na compreensão, não só do próprio sistema mundial, como também da maneira como o seu estudo pode ser desenvolvido. Assim é que para formatar e descrever a atual estrutura do sistema mundial (objetivo “c”) precisarei antes estabelecer qual o caminho metodológico mais adequado para tal tarefa.

3 Estatística multivariada exploratória: revelando categorias e classes de países

Neste capítulo apresentarei, de maneira simplificada, o ramo da estatística que envolve diversas variáveis. Trata-se da bem conhecida abordagem estatística denominada **análise multivariada exploratória** — que nada mais é do que uma técnica utilizada para investigar e compreender as relações complexas entre múltiplas variáveis em um conjunto de dados — e sua vertente mais particular a chamada **análise geométrica de dados**. Ao contrário da análise univariada, que se concentra em uma única variável por vez, a análise multivariada permite examinar como diversas variáveis se relacionam entre si e como elas influenciam conjuntamente os resultados observados.

Todavia, é importante frisar que este tipo de análise não é o adequado para a criação de modelos confirmatórios, isto é, a inclusão de novos dados às equações não tem caráter preditivo — a oposição, neste ponto específico, se dá em relação aos modelos de regressão. Em outras palavras, essas técnicas exploratórias são utilizadas para descobrir relações dentro dos dados e para simplificar a complexidade aparente, permitindo, desta maneira, uma melhor compreensão do fenômeno estudado; por outro lado, técnicas preditivas são utilizadas para fazer inferências sobre dados ou prever tendências futuras com base em resultados conhecidos de variáveis.

Segundo Luís Paulo Fávero e Patrícia Belfiore (2017) estão entre os principais objetivos deste tipo de análise: a) a redução ou simplificação estrutural dos dados; b) a classificação ou agrupamento de observações e variáveis; c) a investigação da existência de correlação entre variáveis métricas ou associação entre variáveis categóricas e entre suas categorias; d) a elaboração de rankings de desempenho de observações a partir de variáveis; e e) a construção de mapas perceptuais. Este tipo de “técnica de interdependência” inclui, por sua vez, métodos como a análise de componentes principais, a análise de agrupamentos, a análise de correspondências simples e múltiplas dentre outras, tendo tais perspectivas o poder de auxiliar na identificação dos padrões e das estruturas ocultas, bem como no reconhecimento das relações significativas dos dados.

Entretanto, como o objeto desta pesquisa produz dados observacionais, e não experimentais, focarei, mais especificamente, na análise geométrica de dados (AGD),

espécie de estatística multivariada “que representa conjuntos de dados multivariados como nuvens de pontos e baseia a interpretação de dados nessas nuvens” (LE ROUX e ROUANET, 2005, p. 1). Além disso a AGD apresenta algumas vantagens em relação às técnicas anglo-saxônicas de análise de dados ou às análises multivariadas de maneira geral, pois, embora ambas busquem uma “percepção visual dos dados representando-os em um espaço bidimensional, possivelmente tridimensional, (...) na análise fatorial tradicional, os muitos fatores são representados como matrizes de coordenadas” (CIBOIS, 1981, p. 340).

Logo, a AGD, como técnica multidimensional que é, além de necessária em uma ciência social que adote a quantificação como diretriz, apresenta clara funcionalidade aos estudos sociológicos, não só pelos seus aspectos geométricos facilitadores da compreensão da realidade perscrutada — lembrando sempre que o sociólogo não tem à sua disposição uma ossatura ou um conjunto de objetos soterrados e imóveis para a análise como tem os arqueólogos, nem tampouco conseguem realizar experimentos como os físicos e os químicos — mas também por permitir “operacionalizar as diferentes dimensões fundamentais do espaço social, ou seja, as diferentes espécies de capitais, econômico, cultural, social e simbólico.” (LEBARON, 2010, p. 104).

Como será visto adiante utilizarei dois métodos planejados para o tratamento de variáveis quantitativas (métricas)⁵⁸: a **análise de agrupamentos** e a **análise de componentes principais**. O uso destas técnicas deverá ser empregue exatamente nesta ordem, pois ao realizando as observações nesta sequência posso avaliar e decidir sobre a quantidade de agrupamentos formados, porquanto ele permite uma primeira observação sobre as similaridades que aproximam os indivíduos. Assim sendo, o próximo passo deve ser buscar, por meio da **ACP**, uma base mais sólida não só para entender melhor as informações produzidas pelo conjunto de dados complexos, como também para produzir classificações, a partir da reunião do “universo dos critérios considerados pertinentes e suas relações entre si” (BOURDIEU, 2020, p. 23). Com efeito, não necessariamente a análise deve terminar por aí, pois,

⁵⁸ “(...) percebemos que as variáveis originais a partir das quais são estabelecidos os grupos são métricas, visto que a análise de agrupamentos part[e] do estudo do comportamento de distâncias (medidas de dissimilaridade) entre as observações (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 312).

segundo afirmam Fávero e Belfiore (2017, p. 310) “o resultado de um método pode servir de *input* para a realização do outro, tornando a análise cíclica”⁵⁹.

3.1 Análise de agrupamentos (*clusters*)

A análise de agrupamentos, análise de conglomerados ou, ainda, análise de *clusters* se destaca como um “conjunto de técnicas exploratórias” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 309; DUBES e JAIN, 1980), pois revela estruturas ocultas dentro de conjuntos de dados e ajuda a elucidar uma série de relacionamentos subjacentes de grupos de indivíduos com base em similaridades e dissimilaridades. É também uma técnica que está disponível para a redução de complexidade, servindo, por este motivo, como uma ferramenta fundamental em inúmeros campos da ciência, tais como a biologia, a ciência política, a sociologia, a psicologia, dentre outras. Nas palavras de H. Charles Romesburg (1984, p. 2, tradução nossa) “é um nome genérico para uma variedade de métodos matemáticos que chegam a centenas e que podem ser usados para descobrir quais objetos em um conjunto são semelhantes”.

Em sua essência ela se preocupa em aproximar certo conjunto de indivíduos de tal forma que, dentro do mesmo grupo, ou *cluster*, sejam eles [os indivíduos] mais similares entre si do que são em relação aos elementos que estão em outros grupos, tendo, com isso, por objetivo primordial, “a alocação de observações em uma quantidade relativamente pequena de agrupamentos homogêneos internamente e heterogêneos entre si e que representem o comportamento conjunto das observações a partir de determinadas variáveis” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 309).

Este método opera sempre com a pressuposição de que padrões e estruturas inerentes existem dentro dos dados e ficam apenas esperando para serem descobertos e categorizados⁶⁰. Ao incrementar diversos algoritmos⁶¹ e abordagens matemáticas o procedimento possibilita a identificação desses padrões, facilitando,

⁵⁹ Para entender melhor como funciona esta relação entre “análise de *clusters*” e “ACP” consultar o livro de Amable (2003) sobre as diversidades do capitalismo moderno.

⁶⁰ Lembrando sempre que este tipo de técnica nunca irá apresentar caráter preditivo, pois a inclusão de novas variáveis no modelo levará invariavelmente à reaplicação da análise (FÁVERO e BELFIORE, 2017).

⁶¹ Um algoritmo é uma sequência de etapas — codificadas em um conjunto específico de instruções — destinadas a resolver um problema (BRAUER, ROZENBERG e SALOMAA, 2005).

por esta razão, a compreensão e interpretação de conjuntos de dados complexos. A “análise de *cluster*” é, portanto, uma técnica não supervisionada, ou seja, não requer a definição prévia de rótulos ou categorias para as observações.

Além disso, ela engloba uma variedade diversificada de metodologias, cada uma adaptada a diferentes tipos de dados e objetivos analíticos. Os **esquemas de aglomeração hierárquicos**, por exemplo, constroem uma hierarquia de agrupamentos ao particionar recursivamente o conjunto de dados em agrupamentos menores. Nessa abordagem, cada observação começa como seu próprio *cluster* e, em seguida, os *clusters* passam a se mesclar iterativamente com base na proximidade entre eles, até que todos os dados estejam em um único *cluster* ou em um número desejado de *clusters*.

Em contraste, **os esquemas de aglomeração não hierárquico *k-means*** requerem a especificação do número de clusters desejados, *k*. Nesse método, os centroides⁶² iniciais são selecionados aleatoriamente e, em seguida, os pontos de dados são atribuídos aos *clusters* com base na proximidade com os centroides. Os centroides são, então, recalculados iterativamente até que a convergência seja alcançada. Em vista disso este é um método que objetiva a partição dos dados em um número predeterminado de agrupamentos, otimizando os centroides do agrupamento para minimizar a variância intra-agrupamento. A escolha do número ideal de *clusters* é uma etapa crucial na análise e pode afetar significativamente os resultados. Diferentes métodos, como o método do cotovelo (*elbow method*)⁶³ e o índice de validação de *clusters* (*clusters validity index*)⁶⁴, podem ser usados para determinar o número apropriado de agrupamentos com base em critérios como a variabilidade explicada e a coesão intra-agrupamento.

A versatilidade deste tipo de análise e seus mais diversos métodos encontra

⁶² Em um esquema de agrupamento *K-means* não hierárquico, os centroides são definidos como os valores médios das unidades atribuídas aos agrupamentos (GIORDANI, FERRARO e MARTELLA, 2020).

⁶³ O método do cotovelo ajuda a determinar o melhor número de clusters em uma análise de agrupamento, procurando por uma queda acentuada nos valores do *K-means* em $K = 3$ (SYAKUR, KHOTIMAH, *et al.*, 2018). Além disso, este método oportuniza a otimização do número de agrupamentos no *cluster K-Mean* comparando os valores SSE (*Sum Square Error*) de cada agrupamento com o cluster ideal (MARUTHO, HANDAKA, *et al.*, 2018).

⁶⁴ O índice de validação de *clusters* determina da maneira mais eficaz possível a partição ideal e o número de *clusters* para partições difusas usando uma medida de sobreposição e uma medida de separação entre clusters (KIM, LEE e LEE, 2004).

aplicação em uma infinidade de disciplinas, como dito anteriormente, porém, mais especificamente nas ciências sociais, ela pode auxiliar no descobrimento de padrões em dados demográficos e auxiliar na detecção de comunidades dentro de redes. Embora eclética, a técnica apresenta algumas limitações, tais como dificuldades com testes de verossimilhança para o número de componentes (HARTIGAN, 1985), falta de avaliação da incerteza sobre a classificação, particionamento subótimo, estimativas de parâmetros tendenciosas e uma aproximação rudimentar para escolher o número de grupos (BENSMAIL, CELEUX, *et al.*, 1997). Outro dado a se destacar, neste sentido das restrições ou deficiências do modelo, diz respeito ao fato de que a formação dos agrupamentos é muito sensível à presença de *outliers*, devendo a exclusão ou retenção na base vincular-se estritamente com os objetos de pesquisa e natureza dos dados (este é sem dúvida um fator de extrema relevância nesta investigação)⁶⁵.

A partir disso é lícito afirmar que a importância da análise de agrupamentos reside em sua capacidade de transformar conjuntos de dados complexos em estruturas gerenciáveis e interpretáveis. Também não é menos relevante no auxílio da resolução da maldição da dimensionalidade — obstáculo imenso que se apresenta especialmente em conjuntos de dados de alta dimensão, exigindo uma consideração cuidadosa e pré-processamento para garantir resultados de agrupamento significativos (BELLMAN, 1961).

Mais propriamente na sociologia ela desempenha um papel vital na classificação e na compreensão da diversidade e complexidade dos comportamentos, crenças e interações humanas, isto porque ao examinar grandes conjuntos de dados, como pesquisas de opinião, dados demográficos ou registros históricos, os sociólogos conseguem identificar grupos distintos de indivíduos com características semelhantes; isso permite uma compreensão mais profunda das diferentes subpopulações dentro de uma sociedade e das dinâmicas sociais que as influenciam.

Além disso, a análise de *cluster* é fundamental para a segmentação de mercado e estudos voltados ao comportamento do consumidor. Ao agrupá-los em determinados padrões de conduta, preferências ou características demográficas, os sociólogos

⁶⁵ “(...) caso essas observações representem um ou mais grupos relevantes, ainda que diferentes dos demais, devem ser consideradas na análise e, quando da reaplicação da técnica, podem ser separadas para que outras segmentações sejam mais bem estruturadas em novos grupos, formados com maior homogeneidade interna” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 312).

podem desenvolver estratégias mais eficazes para políticas públicas direcionadas — Hans Dagevos e Jantine Voordouw (2013), demonstraram, por meio de uma análise deste tipo como governos e políticos poderiam aproveitar a aparente simpatia dos consumidores pela redução do consumo de carne para desenvolver políticas públicas voltadas ao incentivo de práticas alimentares mais sustentáveis — e intervenções sociais específicas como na área de marketing, por exemplo (ROBERTS, 1995).

Outro aspecto importante da análise de *cluster* na sociologia é sua aplicação na análise de redes sociais. Ao examinar padrões de conexão e interação entre indivíduos ou grupos, os sociólogos podem identificar comunidades, influenciadores-chave e fluxos de informação dentro de uma rede (MOODY, 2001). Isso ajuda a compreender melhor a estrutura e a dinâmica das redes sociais, bem como seu impacto em diversos aspectos da vida social, como difusão de informações, formação de opinião e mobilização política. Enquanto continuamos a navegar pelas complexidades dos *big data*, o papel da análise de agrupamentos permanece indispensável, guiando-nos em direção a uma compreensão mais profunda para a obtenção de *insights* acionáveis em um mundo cada vez mais interconectado.

Quanto às relações interestatais o uso da técnica não difere do que já foi visto, uma vez que ela permite aos pesquisadores identificarem grupos de países ou entidades que compartilham características similares sem a necessidade de predefinição desses grupos — embora, nestes casos, todos nós tenhamos uma preconcepção das categorias que aproximam e afastam os Estados — facilitando a compreensão de padrões e relações em dados de incrível complexidade. Apoia, ainda, no descobrimento de agrupamentos naturais entre países com base em uma variedade de indicadores, tais como: políticas econômicas, medidas de desenvolvimento humano, comportamentos diplomáticos e alianças militares.

Essa capacidade de segmentar o mundo em *clusters* permite a identificação de comunidades de nações que podem não ser óbvias à primeira vista, mas que compartilham interesses ou enfrentam desafios comuns. Por exemplo, a análise de agrupamentos pode ser utilizada para agrupar países que seguem modelos econômicos similares, o que é crucial para entender blocos econômicos e tendências de globalização (AMABLE, 2003). Da mesma forma, pode-se analisar como as nações se agrupam em termos de políticas ambientais (MARTI e PUERTAS, 2021) e de desenvolvimento sustentável (NERI, D'AGOSTINO, *et al.*, 2017) ou respostas a crises

globais, como pandemias ou mudanças climáticas (ELIGÜZEL, AYDOGAN e ELIGÜZEL, 2023). Isso não só tem o poder de esclarecer as dinâmicas de cooperação e conflito, como também de ajudar a prever futuras alianças ou tensões internacionais.

Fechando um pouco o leque, tratando única e exclusivamente de uma sociologia das relações internacionais, a análise de *cluster* é particularmente útil para estudar *soft power* e influência cultural. Pesquisadores podem agrupar países que exercem influência cultural similar ou que possuem perfis de *soft power* comparáveis, analisando como esses *clusters* influenciam a política mundial e as relações entre as nações. Isso inclui examinar a disseminação de cultura, valores e normas sociais, e como eles afetam as interações internacionais (RONEN e SHENKAR, 2013). Além disso, pode ser empregada para investigar questões de segurança internacional, agrupando países com base em suas capacidades militares, posturas de defesa e políticas de segurança. Tais análises ainda ajudam no entendimento sobre as estruturas de equilíbrio de poder e sobre as zonas de tensão, revelando potenciais áreas de instabilidade ou cooperação.

Por fim, se denota relevante na análise de dados demográficos e migratórios, isso porque agrupar países com base em padrões de migração pode revelar rotas e causas de fluxos migratórios, o que é essencial para políticas de migração e integração (BERNARD, ROWE, *et al.*, 2017), auxiliando deste modo organizações internacionais e governos a desenvolverem respostas mais eficazes e direcionadas a crises migratórias ou a integrar melhor populações migrantes.

3.2 Análise de componentes principais (ACP)

A **ACP** é um método de determinação de fatores — dentre outros que compõem as técnicas exploratórias⁶⁶ de **análise fatorial** — utilizada para simplificar um conjunto de dados complexo que possui múltiplas dimensões (variáveis) em um conjunto de

⁶⁶ “(...) seus principais objetivos [dos modelos exploratórios] referem-se à redução ou simplificação estrutural dos dados, à classificação ou agrupamento de observações e variáveis, à investigação da existência de correlação entre variáveis métricas ou associação entre variáveis categóricas e entre suas categorias, à elaboração de rankings de desempenho de observações a partir de variáveis e à construção de mapas perceptuais. As técnicas exploratórias são consideradas extremamente relevantes para que se desenvolvam diagnósticos acerca do comportamento dos dados em análise, e, neste sentido, seus mais diversos procedimentos são comumente adotados de forma preliminar, ou até mesmo simultânea, à aplicação de determinado modelo confirmatório” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 305).

dimensões menores (fatores), preservando o máximo possível de informação original. Nos termos de Fávero e Belfiore (2017) “a análise fatorial é uma técnica multivariada [técnica de interdependência] que procura identificar uma quantidade relativamente pequena de fatores que representam o comportamento conjunto de variáveis originais interdependentes”. Em outras palavras, fator⁶⁷ é a combinação linear das variáveis originais que representam as dimensões subjacentes (constructos) que resumem ou explicam o conjunto original de variáveis observadas (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2019).

Importante mencionar que quando faço referência à análise fatorial me refiro a **análise fatorial exploratória**, gênero, da qual a análise fatorial comum e a análise de componentes principais são espécies (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2019; DANCEY e REIDY, 2011). Daniel A. S. Matos e Erica Rodrigues (2019) são enfáticos ao afirmarem que estas duas últimas são abordagens tecnicamente distintas, isto por que na ACP, toda a variância nos dados é analisada — tanto a compartilhada quanto a única — enquanto que na análise fatorial, apenas a variância compartilhada é analisada, fato este que exclui erros de variância na ACP e os assume na análise fatorial (DANCEY e REIDY, 2011). Na prática os pesquisadores utilizam-se das duas técnicas para explorar dados e confirmar hipóteses. Acrescente-se a isso as diferenças entre os métodos são relativamente insignificantes, principalmente quando a investigação conta com grandes conjuntos de variáveis e números de observações (DANCEY e REIDY, 2011; HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2019; STEVENS, 2009).

Mais especificamente, a análise fatorial exploratória visa auxiliar na investigação de variáveis com índices de correlação relativamente altos (FÁVERO e BELFIORE, 2017) devendo o pesquisador encontrar maneiras para gerenciar essas variáveis, seja as agrupando, rotulando ou nomeando os grupos e, talvez, até mesmo criando uma medida composta que possa representar cada grupo de variáveis. De forma geral, a análise fatorial fornece as ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) entre um grande número de variáveis ao definir conjuntos de variáveis que são altamente inter-relacionadas (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2019).

Esse é o caso deste trabalho, em que das 3.655 correlações simples entre as 89 variáveis, 1.116 (31%) são significativas estatisticamente ao nível de 0,1 e 307 (8%) ao nível de 0,05. É, portanto, um conjunto grande de variáveis com correlações

⁶⁷ “Fator” é sinônimo de “componente”. A diferença é que utilizamos o primeiro termo no caso de uma análise fatorial comum e o segundo na ACP.

significantes⁶⁸. Além do mais existem ao todo 301 correlações com coeficiente de Pearson acima de 0,7 (valores considerados em módulo). Isso demanda obviamente a escolha de algum método para determinar se há um pequeno número de constructos subjacentes que possam explicar as principais fontes de variação neste conjunto tão complexo de correlações (STEVENS, 2009).

Seu princípio matemático básico é identificar as direções, ou 'componentes', ao longo das quais a variância dos dados é maximizada. Isso é feito calculando os autovalores⁶⁹ (*eigenvalue*) e autovetores da matriz de covariância dos dados, ou alternativamente, da matriz de correlação ou matriz de singularidades a partir dos dados centrados. Cada componente encontrado nesta análise representa uma direção no espaço original onde os dados estão mais dispersos.

A capacidade de reduzir a dimensionalidade dos dados, sem perder informação crucial, torna a ACP extremamente valiosa. Em termos práticos, isso significa que podemos transformar um conjunto de dados com muitas variáveis correlacionadas em um novo conjunto com menos variáveis que são independentes entre si. Esse aspecto é particularmente útil em cenários onde a interpretação e visualização dos dados são complicadas devido à alta dimensionalidade. Seus objetivos principais são, portanto, redução de dados e interpretação (JOHNSON e WICHERN, 2007).

A chave para a eficácia da ACP reside, portanto, na preservação da variância, que é uma medida da dispersão dos dados. Ao concentrar a maioria das informações originais nas primeiras componentes principais, a ACP permite que se analise e interprete características complexas de um conjunto de dados de maneira mais simples e intuitiva. Uma análise de componentes principais frequentemente revela relacionamentos que não eram previamente suspeitados e, assim, permite interpretações que normalmente não seriam possíveis.

Como bem enfatizado acima a ACP opera sob a premissa de que em muitos conjuntos de dados as variáveis originais são inter-relacionadas, sugerindo a

⁶⁸ No contexto desta pesquisa foi feito um teste bilateral ("2-tailed") que verificou a hipótese nula de que não existe correlação (correlação igual a zero). Neste caso, a significância é avaliada em ambas as direções — tanto para correlações positivas quanto para negativas. Isso significa ainda que o teste considerou a possibilidade de que a correlação poderia ser significativamente diferente de zero em qualquer uma das direções (positiva ou negativa).

⁶⁹ "Representa a quantidade de variância explicada por um fator. Calculada como a soma dos quadrados das cargas fatoriais de uma coluna para um fator; também é conhecida como raiz latente" (HAIR JR., BLACK, *et al.*, 2019, p. 122)

presença de redundâncias. Para resolver isso, a ACP transforma essas variáveis em um novo conjunto de variáveis, chamadas componentes principais, que são independentes (não correlacionadas) e ordenadas de modo que os primeiros componentes retenham a maior parte da variação presente no conjunto original de variáveis.

Em geral, apenas alguns dos primeiros componentes principais são escolhidos e o critério para a seleção desses componentes depende de quão significativa é a quantidade de variação que cada componente retém. Assim, para decidir quando terminar de extrair fatores o pesquisador deve combinar uma base conceitual (quantos fatores devem estar na estrutura?) com algumas evidências empíricas (quantos fatores podem ser razoavelmente suportados?). Hair et al. (2019) apontam 7 regras de parada: a) critério *a priori*; b) critério da raiz latente (regra de Kaiser); c) critério da porcentagem de variância; d) critério do teste de cotovelo; e) análise paralela; f) heterogeneidade de respondentes; e g) resumo dos critérios de seleção de fator. Na próxima seção destacarei qual o critério utilizado nesta pesquisa.

Cada componente principal pode ser expresso como uma combinação linear das variáveis originais. As cargas — ou “as correlações de Pearson entre as variáveis originais e cada um dos fatores” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 391), o que é a mesma coisa — indicam a contribuição de cada variável original para o componente. Por exemplo, uma alta carga positiva em uma variável indica que um aumento nessa variável está associado a um aumento no valor do componente principal.

A visualização dos componentes principais pode ser feita através de gráficos bidimensionais ou tridimensionais, onde cada ponto representa uma observação do conjunto de dados original projetada nos principais componentes. Essa visualização ajuda a identificar agrupamentos ou padrões nos dados que podem não ser aparentes na alta dimensionalidade original. Nesses gráficos surgem dois espaços distintos, mas que se sobrepõem: o espaço dos indivíduos (espaço geométrico), onde se representa a projeção da nuvem de indivíduos nos primeiros eixos principais, ou nos planos principais 1-2, 1-3, 2-3... e um espaço das variáveis em que as variáveis principais associadas aos eixos principais ortogonais do suporte da nuvem (de variáveis) são não correlacionadas (LE ROUX e ROUANET, 2005).

Embora não tenha a utilização esperada no campo da sociologia das relações interestatais ou das abordagens sistemáticas a ACP poderia ser, indubitavelmente,

uma ferramenta estatística de grande valor, pois, como visto anteriormente, esta técnica permite aos sociólogos reduzir a complexidade dos dados multivariados, facilitando a interpretação de grandes volumes de informações que caracterizam as interações internacionais. Em estudos sobre as relações entre os Estados, os pesquisadores frequentemente se deparam com conjuntos de dados extensos que incluem indicadores econômicos, políticos, sociais e culturais de diversos países. A complexidade desses dados pode obscurecer padrões e tendências importantes, dificultando análises significativas. Aqui, a ACP se torna indispensável ao transformar esses conjuntos de dados complexos em formatos mais gerenciáveis, onde os primeiros componentes principais geralmente revelam as dinâmicas mais influentes e informativas sobre as relações globais.

Jon Shefner, Aaron Rowland e George Pasdirtz (2015) em estudo contendo uma análise histórica sobre como a globalização, as aberturas políticas e as dificuldades de longo prazo ajudam a explicar a ocorrência de protestos antissistêmicos no sistema-mundo se utilizaram da ACP para a construção de seis índices que consignaram ao seu modelo maior confiabilidade e validade, pois não se pode presumir que conceitos teóricos desenvolvidos a partir de múltiplos indicadores possam ter validade e confiabilidade inerentes. Portanto, reduzir as variáveis a um conjunto menor de componentes permite explicar melhor a variação nos indicadores e nas variáveis, o que dá maior confiabilidade (a porcentagem de variação explicada pelos indicadores do conceito) e precisão (quão bem o conceito funciona em modelos estatísticos) à análise.

O mais costumeiro, entretanto, não é a construção de índices feitos pelos próprios autores inseridos no campo das abordagens do sistema-mundo. As investigações preocupadas em entender como as ações de movimentos sociais/antissistêmicos são moldadas pela posição de um país no sistema mundial se utilizam da construção de índices elaborados a partir da construção de uma ACP em estudos de áreas distintas. Ranveig Gissinger e Nels Petter Gleditsch (1999) para medir a agitação doméstica em determinado país se utilizaram de um índice de “instabilidade política” (que para eles foi uma variável) construído com base em uma ACP por Alberto Alesina e Roberto Perotti (1996) que continha as seguintes variáveis: a) número de assassinatos politicamente motivados; b) número de pessoas mortas em conjunto com fenômenos de violência em massa doméstica (como uma fração da

população total); c) número de golpes de Estado bem-sucedidos; d) número de golpes de Estado tentados, mas malsucedidos; e d) uma variável *dummy* que assume o valor de 1 em uma democracia, 0,5 em uma semidemocracia e 0 em uma ditadura. Já Richard York e Christina Ergas (2011) aplicaram à análise que avalia as conexões entre as relações de gênero e os processos do sistema-mundo uma medida de status das mulheres fundamentada em quatro índices — educação, economia/trabalho, política e saúde — desenvolvidos por Colleen Nugent e John M. Shandra (2009) que também tiveram na base de sua construção a realização de uma ACP.

Outra questão digna de nota, porque ressalta ainda mais a importância e a originalidade desta tese, se refere ao fato de que o uso mais frequente para operacionalizar a estrutura e as desigualdades dentro do sistema-mundo tem sido a análise de rede (abordagens que assumem ser a estrutura dos sistemas sociais especificada pela análise simultânea de múltiplas redes de interação entre as unidades do sistema, sejam elas membros de um pequeno grupo, uma organização, uma nação ou o mundo) e não a análise geométrica de dados⁷⁰ (JACOBS e VAN ROSSEM, 2016). Desde as décadas de 1980 e 1990 estudos empíricos sob esta perspectiva já vinham sendo realizados com a intenção de confirmar as asserções teóricas referentes a economia-mundo capitalista (KICK e DAVIS, 2001; SMITH e WHITE, 1992; NEMETH e SMITH, 1985; VAN ROSSEM, 1996; STEIBER, 1979; STEIBER, 1980).

A maior parte destas pesquisas empíricas se baseiam em uma técnica de análise de redes sociais que permite simplificar e entender estruturas complexas ao agrupar nós (por exemplo, países, organizações ou indivíduos) com padrões de relacionamentos semelhantes em blocos ou posições. Conhecida em inglês pelo termo *blockmodeling* ela consiste basicamente em duas etapas: o agrupamento de atores com base em padrões de seus laços de rede e a posterior descrição de relações agregadas entre as posições ou blocos (SMITH e WHITE, 1992). É exatamente por isso que ela funciona como uma ferramenta capaz de transformar estruturas complexas em estruturas mais manejáveis e interpretáveis, facilitando assim a análise de sistemas sociais tão amplos como um sistema-mundo.

⁷⁰ Aqui com o mesmo sentido de análise fatorial exploratória.

Ocorre que este método apresenta dois problemas fundamentais. Em primeiro lugar as suas fronteiras são sempre arbitrárias até certo ponto e, em segundo, as diferenças substanciais de poder e importância dos países dentro de um determinado bloco simplesmente não aparecem (JACOBS e VAN ROSSEM, 2016). Esta última adversidade, sem sombra de dúvidas, afastaria qualquer pretensão de adotá-lo aqui, pois o poder tem um papel central na discussão ao considerá-lo como o processo modelador das estruturas.

Além dessas questões, a ACP pode apresentar algumas vantagens em relação ao *blockmodeling*. Se neste o número de blocos é definido a partir de critérios subjetivos e pela definição *a priori* de um determinado método de particionamento, naquele os grupos de países formados são derivados diretamente das propriedades matemáticas dos dados, o que reduz a necessidade de decisões arbitrárias (aqui a ACP ajuda a identificar padrões estruturais mais naturais⁷¹ nos dados). No que se refere ao segundo problema a ACP se mostra mais vantajosa porque não ignora as diferenças entre as nações dentro de cada componente. Os países mais influentes ou poderosos podem ser identificados por suas contribuições maiores para as componentes principais, refletindo desta forma sua importância no sistema global. Ou seja, em vez de simplesmente agrupar entidades com base em semelhanças de relacionamento, a ACP captura a variação entre essas entidades, revelando diferenças estruturais mais sutis como o grau de influência ou a centralidade.

Uma terceira vantagem da ACP está relacionada com a ideia de continuidade dentro do espaço estrutural⁷². A ACP captura as gradações e nuances dentro do sistema-mundo, permitindo a visualização de uma distribuição contínua de posições. Desta maneira países podem ser posicionados ao longo de um espectro de dependência ou centralidade, em vez de serem confinados a categorias discretas (o que ocorre no *blockmodeling*). Isso permite uma análise mais rica das diferenças graduais entre os agentes dentro de um bloco.

⁷¹ Entenda “mais naturais” no sentido de que é a própria realidade objetiva que se apresenta ao intérprete.

⁷² Essa continuidade que menciono não é da forma, mas sim das relações dos elementos dentro de determinada estrutura. A estrutura da economia-mundo capitalista é diferente de qualquer outra e possui individualidade, todavia os elementos que a compõem (estamos agora no nível molecular) tem de alguma forma que se interligarem. Qual é o ponto exato que um país deixa de ser da periferia para se tornar uma nação central? Impossível saber, por isso a gradualidade é importante nesta análise.

Por fim, de modo mais geral a ACP também ajuda a superar um desafio metodológico comum na análise de dados internacionais: a multicolinearidade, que ocorre quando variáveis independentes são altamente correlacionadas. Esta condição pode distorcer os resultados de modelos estatísticos convencionais, tais como as regressões lineares. Ao reduzir a dimensionalidade dos dados e eliminar redundâncias, a ACP permite uma análise mais clara e robusta das relações entre variáveis.

Em suma, a ACP não só simplifica a gestão e interpretação de grandes conjuntos de dados na sociologia das relações internacionais, mas também amplia a compreensão dos complexos mecanismos que governam as interações entre nações. Seja ao desvendar as principais forças econômicas, políticas, culturais ou militares em jogo, ou ao esclarecer as estruturas subliminares das relações globais, a ACP prova ser uma ferramenta essencial para pesquisadores que buscam compreender e explicar os padrões das dinâmicas internacionais.

3.3 Descrição das técnicas e conjunto de dados

Inicialmente parti de um conjunto de 217 países (tabela 2)⁷³ que constam na base de dados do Banco mundial.⁷⁴ Tais conjuntos sociais (estados, regiões autônomas, colônias, principados e etc...) representam a totalidade dos elementos que compõe o sistema de relações interestatais⁷⁵, todavia, as disparidades de poder (militar, econômico e político-diplomático), ou melhor, de possibilidades de exercício de poder são imensas. Para se ter a ideia exata de tamanha discrepância apresentarei alguns números que ajudarão a compreendê-la melhor⁷⁶. São estatísticas básicas, quase corriqueiras, mas que por isso mesmo, muitas vezes deixamos de considerá-las. Pretendo construir o espaço social que analisarei, passo a passo, ponto por ponto,

⁷³ Todas as representações gráficas adiante conterão as siglas dos países conforme a ISO 3166-1 (alpha3).

⁷⁴ Para conhecer os dados e os países acesse: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

⁷⁵ Minha referência é à totalidade das relações **interestatais** e não à totalidade das relações **internacionais**, isto porque afasto da composição do campo — por motivos mais adiante revelados — as organizações intergovernamentais e as forças transnacionais — termo utilizado por Marcel Merle (1981) para denominar as ONGs e as firmas multinacionais.

⁷⁶ Todos os números dessa subseção referem-se a dados do Banco Mundial.

para que se entendam todas as razões pelas quais somente aqueles agentes mais representativos serão efetivamente considerados. Desta maneira não desconsidero os dominados, muito pelo contrário, os coloco em perspectiva com relação aos dominantes. O próprio ato de afastá-los da composição gráfica do campo revela sua impotência, sua incapacidade de ser um agente promotor do processo de estruturação (o poder como visto acima). Vamos aos registros.

Tabela 2 - Lista de países/territórios

| Pais/Território | Pais/Território | Pais/Território | Pais/Território | Pais/Território | Pais/Território |
|----------------------|------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Afganistão | Canadá | Gabão | Jamaica | Nepal | São Tomé e Príncipe |
| África do Sul | Catar | Gâmbia | Japão | Nicarágua | São Vicente e Granadinas |
| Albânia | Cazaquistão | Gana | Jordânia | Niger | Senegal |
| Alemanha | Chade | Geórgia | Kiribati | Nigéria | Serra Leoa |
| Andorra | Chile | Gibraltar | Kosovo | Noruega | Sérvia |
| Angola | China | Granada | Kuwait | Nova Caledônia | Seychelles |
| Antígua e Barbuda | Chipre | Grécia | Laos | Nova Zelândia | Singapura |
| Árabia Saudita | Cisjordânia e Gaza | Groenlândia | Lesoto | Omã | Sint Maarten (parte holandesa) |
| Argélia | Colômbia | Guam | Letônia | Países Baixos | Síria |
| Argentina | Comores | Guatemala | Libano | Palau | Somália |
| Armênia | Coreia do Norte | Guiana | Libéria | Panamá | Sri Lanka |
| Aruba | Coreia do Sul | Guiné | Líbia | Papua Nova Guiné | Sudão |
| Austrália | Costa do Marfim | Guiné Equatorial | Liechtenstein | Paquistão | Sudão do Sul |
| Áustria | Costa Rica | Guiné-Bissau | Lituânia | Paraguai | Suécia |
| Azerbaijão | Croácia | Haiti | Luxemburgo | Peru | Suíça |
| Bahamas | Cuba | Honduras | Macau | Polinésia Francesa | Suriname |
| Bahrein | Curaçao | Hong Kong | Macedônia do Norte | Polónia | Taiilândia |
| Bangladesh | Dinamarca | Hungria | Madagascar | Porto Rico | Taijquistão |
| Barbados | Djibouti | Ilha de Man | Malásia | Portugal | Tanzânia |
| Belarus | Dominica | Ilhas Cayman | Malawi | Quênia | Tchéquia |
| Bélgica | Egito | Ilhas do Canal | Maldívas | Quirguistão | Timor-Leste |
| Belize | El Salvador | Ilhas Faroé | Mali | Reino Unido | Togo |
| Benim | Emirados Árabes Unidos | Ilhas Marianas do Norte | Malta | República Centro-Africana | Tonga |
| Bermudas | Equador | Ilhas Marshall | Marrocos | República Democrática do Congo | Trindade e Tobago |
| Bolívia | Eritreia | Ilhas Salomão | Maurício | República do Congo | Tunísia |
| Bósnia e Herzegovina | Eslováquia | Ilhas Turcas e Caicos | Mauritânia | República do Iêmen | Turcomenistão |
| Botswana | Eslovênia | Ilhas Virgens (EUA) | México | República Dominicana | Turquia |
| Brasil | Espanha | Ilhas Virgens Britânicas | Mianmar | Romênia | Tuvalu |
| Brunei Darussalam | Estados Unidos | Índia | Micronésia | Ruanda | Ucrânia |
| Bulgária | Estônia | Indonésia | Moçambique | Russia | Uganda |
| Burkina Faso | Eswatini | Irã | Moldova | Saint-Martin (parte francesa) | Uruguai |
| Burundi | Etiópia | Iraque | Mônaco | Samoa | Uzbequistão |
| Butão | Fiji | Irlanda | Mongólia | Samoa Americana | Vanuatu |
| Cabo Verde | Filipinas | Islândia | Montenegro | San Marino | Venezuela |
| Camarões | Finlândia | Israel | Namíbia | Santa Lúcia | Vietnã |
| Camboja | França | Itália | Nauru | São Cristóvão e Nevis | Zâmbia |
| | | | | | Zimbábue |

Fonte: Elaboração própria.

A Índia e a China, os dois países mais populosos do mundo, contavam com 1,428 bilhões de residentes cada um em 2023, enquanto Tuvalu, país localizado na polinésia, tinha em torno de 11 mil habitantes. É impressionante que apenas 2 destes 217 países representem cerca de 35,48% de toda a população mundial — a mediana de 6,5 milhões de pessoas demonstra o peso destes dois gigantes dentro do sistema. Ou, ainda, não menos impressionante, quando, sobre outro ponto de vista, percebemos que 92,17% dos países/territórios possuem 64,52% da população do planeta. As questões demográficas, obviamente, apresentam relevância em todas as épocas e setores do sistema mundial, uma vez que as maiores potências do mundo são todas grandes nações em termos populacionais, embora existam grandes nações

que não são potências (PERKINS e SYRQUIN, 1989). Além disso vamos do tamanho da população global como um forte preditor dos níveis subsequentes de tecnologia militar (TURCHIN, HOYER, *et al.*, 2021) até o caso da necessidade do aumento do dividendo demográfico⁷⁷ para manter um rápido crescimento econômico (BLOOM e WILLIAMSON, 1998; GRIBBLE e BREMNER, 2012).

Em termos de área as disparidades não são menores. A Rússia maior país do mundo tem 16,376 milhões de Km², aproximadamente o dobro da área dos cinco países que o seguem — China com 9,388 milhões de Km², EUA com 9,147 milhões de Km², Canadá com 8,788 milhões de Km², Brasil com 8,358 milhões de Km² e Austrália com 7,692 milhões de Km². O sétimo maior país, a Índia, possuiu uma área bem menor de 2,973 milhões de Km². Com efeito, ainda existem países soberanos como Tuvalu e Nauru com áreas de 30 e 20 Km², respectivamente. Esta questão da extensão da superfície não é de forma alguma uma questão menor, nem mesmo nos dias de hoje, haja vista as disputas territoriais que envolvem o Mar do Sul da China com várias nações (China, Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Taiwan) reivindicando a soberania sobre partes desta região tão rica em recursos naturais. Ademais, o clima tende a variar mais entre as regiões de um país grande e, portanto, a apoiar uma maior diversidade agrícola (PERKINS e SYRQUIN, 1989).

Agora, quando posta em perspectiva a renda dos países (para o ano de 2022) é que as desigualdades vicejam. Somados o PIB dos EUA (US\$ 25,744 trilhões) e da China (US\$ 17,881 trilhões) atingem a incrível marca de US\$ 43,625 trilhões. Todas as outras economias juntas produziram neste mesmo ano algo em torno de US\$ 56,277 trilhões⁷⁸. Esmiuçando um pouco mais as diferenças podemos comparar o PIB de uma Cidade-Estado como Singapura (5,6 milhões de pessoas e uma área de 718 Km²) com o de um país como Bangladesh (171,1 milhões de pessoas e área de 130,17 mil Km²) ou Paquistão (235,8 milhões de pessoas e área de 770,88 mil Km²); respectivamente US\$ 498,474 bilhões contra US\$ 460,131 bilhões e US\$ 374,787 bilhões. Esses são países que não se enquadram no conceito tradicional

⁷⁷ De acordo com James N. Gribble e Jason Bremner (2012, p. 1, tradução nossa) “o dividendo demográfico refere-se ao crescimento econômico acelerado que começa com mudanças na estrutura etária da população de um país à medida que ele transita de altas para baixas taxas de natalidade e mortalidade”.

⁷⁸ Nesta soma não estão presentes os seguintes países/territórios: Ilhas Virgens Britânicas, Cuba, Eritreia, Gibraltar, Groenlândia, Ilha de Man, Coreia do Norte, Ilhas Marianas do Norte, San Marino, Sudão do Sul e São Martinho (parte francesa), Síria, Venezuela, Ilhas Virgens e Iêmen.

de “centro” — embora Singapura contenha uma estrutura econômica desenvolvida, no aspecto político-militar sua relevância é mínima, o que não lhe permitiria jamais disputar uma posição hegemônica — permanecendo na periferia do sistema, ou, para adotar uma linguagem utilizada por alguns autores como Boaventura de Souza Santos (2014), no sul global. Todavia as diferenças podem ser ainda mais gritantes quando comparamos um país do centro (norte global) com outro da periferia. A Alemanha, por exemplo, tem uma população muito próxima da República Democrática do Congo (83,7 milhões de habitantes vs 99 milhões de habitantes), mas com um PIB 62 vezes maior (US\$ 4,082 trilhões vs US\$ 65,801 bilhões).

Por último vou apresentar alguns números que revelam a disparidade em recursos militares, o expediente fatal e extremo das desavenças políticas. De acordo com o “SIPRI *yearbook* 2024” do Stockholm International Peace Research Institute atualmente o mundo conta com “apenas” 9 potências nucleares (EUA, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel). Dentre estas nações a dissimilitude de poder também surpreende na medida em que Rússia (total de 5.580 armas nucleares) e EUA (total de 5.044 armas nucleares) possuem juntos 10.624 ogivas inventariadas enquanto os outros 7 detêm em conjunto 1.497 ogivas inventariadas⁷⁹. Outro dado relevante é o número de países que apresentam grandes empresas produtoras de armas. Segundo o SIPRI apenas 21 países têm em seu território empresas entre as 100 maiores produtoras de armamentos do mundo no ano de 2022. Os EUA é sem dúvida o grande produtor de armamentos com 42 dessas companhias gigantes fixadas em seu solo ou pertencentes a nacionais seus. A segunda colocada China possui somente 8 empresas neste ranking. Além disso, se somarmos todos os países da OTAN à Coreia do Sul e Japão (ação trilateral EUA-Japão-Coreia do Sul firmado em 18 de agosto de 2023), à Israel (aliado histórico do EUA), à Austrália (AUKUS e QUAD), à Ucrânia (país que vêm recebendo constante ajuda militar da OTAN para o enfrentamento à invasão Russa), à Taiwan (ilha que mantém independência em relação à China graças ao apoio constante dos EUA) e à Índia (QUAD) temos 89% das maiores empresas do mundo atuando sobre as regras destes países. Isto revela uma enorme disparidade em relação ao bloco oposto

⁷⁹ Do total de 12.121 armas 9.585 podem ser consideradas como potencialmente operacionais.

constituído por China e Rússia (apenas duas empresas no ranking), sem falar, obviamente, em todos os outros países do mundo.

Como visto estas diferenças aparentes ⁸⁰ ocorrem em quatro diferentes “medidores” de tamanho, o populacional, o geográfico, o econômico e o militar. Com efeito, antes de fazer a escolha dos países pela sua grandeza dentro de cada uma dessas dimensões, optei por verificar a correlação existente entre um conjunto de seis variáveis que representam fortemente cada uma dessas realidades. Isto se fez necessário para averiguar a indispensabilidade ou a importância de se considerar tais aspectos na seleção, pois, evidentemente, estando todos vigorosamente atrelados, nenhum sentido faria considerá-los separadamente. A tabela 3 abaixo apresenta o coeficiente de correlação de Pearson para estas variáveis.

Tabela 3 - Correlação de Pearson entre medidas de tamanho

| | População | Densidade populacional | PIB per capita | PIB | Área | Gastos militares |
|------------------------|-----------|------------------------|----------------|-------|-------|------------------|
| População | 1,000 | | | | | |
| Densidade populacional | 0,013 | 1,000 | | | | |
| PIB per capita | -0,052 | 0,235 | 1,000 | | | |
| PIB | 0,590 | -0,007 | 0,233 | 1,000 | | |
| Área | 0,436 | -0,086 | 0,058 | 0,540 | 1,000 | |
| Gastos militares | 0,421 | -0,010 | 0,223 | 0,942 | 0,498 | 1,000 |

Fonte: Elaboração própria.

Obs: Em amarelo as correlações estatisticamente relevantes ao nível de 0,01.

De todas as correlações estatisticamente relevantes apenas a referente ao PIB e aos gastos militares apresenta um nível tal de vinculação positiva que quase alcança a perfectibilidade, em todos os outros casos não, as variáveis não se relacionam de maneira tão intensa que o movimento de uma pudesse justificar o movimento exato da outra. Sendo assim é plenamente justificável pensar a grandiosidade dos países dentro de cada um desses quadros para escolher aqueles que melhor representam a estrutura do campo.

Além destas motivações este aparte (seleção de apenas alguns países) foi necessário não só para fins didáticos — pois a representação gráfica com muitos países extrapolaria qualquer tipo de visualização de dados adequada — como também para o fim de excluir aqueles países/territórios que efetivamente não atuam

⁸⁰ Aparente no sentido do que aparece ou se mostra e não com o significado daquilo que parece ser, mas não é.

no jogo como agentes por não possuir robustez bastante para serem independentes em algumas de suas decisões, bem como que apresentam um baixo grau de informações confiáveis.

A tabela 4 detalha então todos os critérios utilizados na escolha das nações para composição do quadro relativo ao campo. Os dois primeiros parâmetros tiveram caráter exclusivo e eliminaram uma grande quantidade de elementos. Era necessário, em um primeiro momento, que os países tivessem estatísticas confiáveis para as variáveis referentes à população, ao PIB, ao PIB per capita e aos gastos militares e depois estar ao mesmo tempo entre os 50 países de maior PIB e maior população. Com tais medidas o número de elementos caiu drasticamente de 217 para 32. Ocorre que algumas nações menores possuem estruturas muito consolidadas, de tal forma que sua exclusão do jogo não teria um sentido plenamente justificado. Por este motivo criei outros dois critérios (3º e 4º), agora integradores, de maneira a somar nações que tinham sido excluídas pelo 2º critério, mas que são Estados relativamente grandes e poderosos.

A tabela 5 mostra todos os 55 países restantes após o cumprimento de todos os requisitos. Os 32 países em amarelo são aqueles que restaram após a aplicação do 2º critério (todos eles estão com a 2ª e 3ª coluna preenchidas pela cor cinza). Somaram-se a eles as 17 nações em verde após cumprirem o 3º critério (esses Estados estão necessariamente com a 3ª coluna pintada de cinza e ao menos uma das duas anteriores). Por fim aqueles que estão destacados em azul (6 ao total) são os que perfizeram o 4º critério (todos tem a última coluna em cinza e ao menos uma das três anteriores). Após a escolha de todas as variáveis, Catar, Iraque, Iran, Kuwait, Omã e Nigéria tiveram de ser retirados do conjunto de países analisados em função do grande número de dados faltantes. Trata-se, obviamente, de países relevantes no cenário mundial, pois além de todos serem membros da Organização de Cooperação Islâmica (OIC, na sigla em inglês) são quase todos (com exceção de Catar e Omã) integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Tabela 4 - Lista de critérios adotados para a seleção dos países

| Critério | Descrição do critério | Número de países |
|-----------------|---|--|
| 1º | Possuir dados para as seguintes variáveis: População, PIB, PIB per capita e gastos militares | 217 (antes da aplicação do critério) - 150 (depois da aplicação do critério) |
| 2º | Estar ao mesmo tempo entre os 50 países de maior PIB e de maior população | 150 (antes da aplicação do critério) - 32 (depois da aplicação do critério) |
| 3º | Estar entre os 50 maiores PIB per capita e cumprir ao menos um dos dois subcritérios do 2º critério | 32 (antes da aplicação do critério) - 49 (depois da aplicação do critério) |
| 4º | Estar entre os 50 maiores gastos militares e cumprir, além disso, ao menos um dos dois subcritérios do 2º critério ou o 3º critério | 49 (antes da aplicação do critério) - 55 (depois da aplicação do critério) |

Fonte: Elaboração própria.

De pronto Catar e Iraque precisaram ser removidos, pois o número de variáveis para as quais não possuíam informações superava o limite do razoável. Para os outros quatro países não foi possível encontrar dados para variáveis referentes à grandeza econômica e à estrutura econômica; todas de grande relevância à análise. Por exemplo, formação bruta de capital, poupança bruta, despesas de consumo final, despesas governamentais, despesas com pagamento de juros, subsídios e receita governamental são variáveis que impactam não só o conjunto relacionado à rubrica “poder econômico” como também o grupo de variáveis pertencentes ao “poder militar” e ao poder “político-diplomático/ideológico”, por isso não podem ser deixadas de fora. Além disso, a discrepância entre os agentes em termos de volume nestas variáveis e a grande quantidade delas com dados faltantes não permite que tais valores sejam preenchidos por técnicas estatísticas, tais como a maximização esperada (mais adiante explico a sua aplicação para o preenchimento de alguns casos). **Ao todo, no fim, compuseram o campo 49 países.**

Tabela 5 - Países que cumpriram os 4 requisitos

| País | População | PIB (US\$ correntes) | PIB per capita (US\$ correntes) | Gastos militares (em milhões de US\$ correntes) |
|----------------|---------------|----------------------|---------------------------------|---|
| África do Sul | 59.893.885 | 405.270.850.099 | 6.766 | 2.995 |
| Alemanha | 83.797.985 | 4.082.469.490.798 | 48.718 | 55.760 |
| Arábia Saudita | 36.408.820 | 1.108.571.517.285 | 30.448 | 75.013 |
| Argélia | 44.903.225 | 194.998.449.769 | 4.343 | 9.146 |
| Argentina | 46.234.830 | 631.133.384.440 | 13.651 | 2.578 |
| Austrália | 26.005.540 | 1.692.956.646.856 | 65.100 | 32.299 |
| Áustria | 9.041.851 | 470.941.926.751 | 52.085 | 3.626 |
| Bangladesh | 171.186.372 | 460.201.265.528 | 2.688 | 4.806 |
| Bélgica | 11.685.814 | 583.435.595.580 | 49.927 | 6.867 |
| Brasil | 215.313.498 | 1.920.095.779.023 | 8.918 | 20.211 |
| Canadá | 38.929.902 | 2.137.939.220.075 | 54.918 | 26.896 |
| Catar | 2.695.122 | 236.258.302.840 | 87.661 | 15.412 |
| Chile | 19.603.733 | 301.024.724.912 | 15.355 | 5.566 |
| China | 1.412.175.000 | 17.963.171.479.205 | 12.720 | 291.958 |
| Colômbia | 51.874.024 | 343.622.114.560 | 6.624 | 9.938 |
| Coreia do Sul | 51.628.117 | 1.673.916.469.027 | 32.423 | 46.365 |
| Dinamarca | 5.905.037 | 400.167.196.949 | 67.790 | 5.468 |
| Egito | 110.990.103 | 476.747.720.365 | 4.295 | 4.646 |
| Espanha | 47.778.340 | 1.417.800.466.263 | 29.675 | 20.307 |
| Estados Unidos | 333.287.557 | 25.439.700.000.000 | 76.330 | 876.943 |
| Filipinas | 115.559.009 | 404.284.326.110 | 3.499 | 3.965 |
| Finlândia | 5.556.106 | 282.896.251.391 | 50.916 | 4.823 |
| França | 67.971.311 | 2.779.092.236.506 | 40.886 | 53.639 |
| Grécia | 10.426.919 | 217.581.324.512 | 20.867 | 8.105 |
| Índia | 1.417.173.173 | 3.416.645.826.053 | 2.411 | 81.363 |
| Indonésia | 275.501.339 | 1.319.100.220.408 | 4.788 | 8.987 |
| Irã | 88.550.570 | 413.493.207.349 | 4.670 | 6.847 |
| Iraque | 44.496.122 | 264.182.173.793 | 5.937 | 4.683 |
| Irlanda | 5.127.170 | 533.140.011.838 | 103.983 | 1.164 |
| Israel | 9.557.500 | 525.002.447.653 | 54.931 | 23.406 |
| Itália | 58.940.425 | 2.049.737.165.408 | 34.776 | 33.490 |
| Japão | 125.124.989 | 4.232.173.916.087 | 33.824 | 45.992 |
| Kuwait | 4.268.873 | 175.363.265.306 | 41.080 | 8.244 |
| Malásia | 33.938.221 | 407.027.451.715 | 11.993 | 3.671 |
| Marrocos | 37.457.971 | 130.912.558.830 | 3.442 | 4.995 |
| México | 127.504.125 | 1.465.854.089.286 | 11.497 | 8.536 |
| Nigéria | 218.541.212 | 472.624.597.403 | 2.163 | 3.109 |
| Noruega | 5.457.127 | 579.422.449.510 | 106.177 | 8.388 |
| Nova Zelândia | 5.124.100 | 248.101.705.541 | 48.419 | 2.829 |
| Omã | 4.576.298 | 114.667.360.208 | 25.057 | 5.783 |
| Países Baixos | 17.700.982 | 1.009.398.719.033 | 57.025 | 15.607 |
| Paquistão | 235.824.862 | 374.697.366.359 | 1.589 | 10.337 |
| Peru | 34.049.588 | 242.631.573.321 | 7.126 | 2.845 |
| Polónia | 36.821.749 | 688.125.010.521 | 18.688 | 16.573 |
| Portugal | 10.409.704 | 255.196.660.987 | 24.515 | 3.500 |
| Reino Unido | 66.971.395 | 3.089.072.722.400 | 46.125 | 68.463 |
| Romênia | 19.047.009 | 300.691.354.865 | 15.787 | 5.187 |
| Rússia | 144.236.933 | 2.240.422.427.459 | 15.271 | 86.373 |
| Singapura | 5.637.022 | 466.788.426.792 | 82.808 | 11.688 |
| Suécia | 10.486.941 | 591.188.594.777 | 56.374 | 7.722 |
| Suíça | 8.775.760 | 818.426.550.206 | 93.260 | 6.145 |
| Taiilândia | 71.697.030 | 495.423.343.050 | 6.910 | 5.724 |
| Tchéquia | 10.672.118 | 290.527.550.627 | 27.223 | 4.005 |
| Turquia | 84.979.913 | 907.118.435.953 | 10.675 | 10.645 |
| Ucrânia | 38.000.000 | 160.502.737.251 | 4.534 | 43.998 |

Fonte: Banco Mundial e SIPRI.

OBS: Todos os dados referem-se ao ano de 2022.

No que se refere às variáveis, as tabelas 6, 7 e 8 as especificam. Os dados para cada uma referem-se ao último ano para o qual estão disponíveis e variam de 2019 a 2024. O número total das 3 tabelas abaixo corresponde a 93 variáveis, todavia 4 necessitaram ficar de fora por causa do número relevante de dados faltantes. São elas: PPD.EDU1 (PISA Matemática), PPD.EDU2 (PISA Leitura), PPD.EDU3 (PISA Ciência), PPD.EDU5 (Fluxo líquido internacional de estudantes). Embora não tenha sido possível utilizá-las na análise julgo importante trazê-las aqui, pois apresentam caráter fundamental quando pensamos no poder exercido ideologicamente.

Tabela 6 - Variáveis relacionadas ao poder militar

| Rubrica | Subrubrica | Variável | Rótulo | Unidade |
|---------------|------------------------------|----------|--|---------------------------|
| Poder militar | Mão de obra | PM.MO1 | Mão de obra geral disponível no país | Pessoas |
| | | PM.MO2 | População apta ao serviço militar | Pessoas |
| | | PM.MO3 | População que atinge idade militar anualmente | Pessoas |
| | | PM.MO4 | Contingente militar ativo | Pessoas |
| | | PM.MO5 | Reserva | Pessoas |
| | Equipamentos | PM.EQP1 | Caças | Aeronaves |
| | | PM.EQP2 | Aeronaves de ataque | Aeronaves |
| | | PM.EQP3 | Aeronaves de missão especial | Aeronaves |
| | | PM.EQP4 | Helicópteros de ataque | Aeronaves |
| | | PM.EQP5 | Tanques de combate | Veículos |
| | | PM.EQP6 | Artilharia autopropulsada | Veículos |
| | | PM.EQP7 | MLRS (Multiple Launch Rocket Projector) | Veículos |
| | | PM.EQP8 | Porta-aviões | Embarcação |
| | | PM.EQP9 | Submarinos | Embarcação |
| | | PM.EQP10 | Destróiers | Embarcação |
| | | PM.EQP11 | Armas nucleares | Armas |
| | Capacidade econômico-militar | PM.CPEM1 | Gastos militares dos países | Milhões de US\$ correntes |
| | | PM.CPEM2 | Exportações de armas | Milhões de TIVs |
| | | PM.CPEM3 | Importações de armas | Milhões de TIVs |
| | | PM.CPEM4 | Número de empresas entre as 100 maiores fabricantes de armas | Empresas |

Fonte: Todos os dados são do Global Firepower, com exceção da última variável que é uma estatística tradicionalmente fornecida pelo SIPRI.

Tabela 7 - Variáveis relacionadas ao poder político-diplomático/ideológico

| Rubrica | Subrubrica | Variável | Rótulo | Unidade |
|---------------------------|------------|-----------|--|--------------------|
| Poder político/ideológico | Migração | PPD.MIG1 | Migração líquida | Pessoas |
| | | PPD.MIG2 | Asilados recebidos em um país | Pessoas |
| | | PPD.MIG3 | Refugiados que saem de um país | Pessoas |
| | Cultura | PPD.CULT1 | Chegada de turistas | Milhões de pessoas |
| | | PPD.CULT2 | Número de patrimônios mundiais registrados na UNESCO | Patrimônios |
| | | PPD.CULT3 | Número de museus entre os 100 mais visitados do mundo | Museus |
| | | PPD.CULT4 | Número de restaurantes com 3 estrelas Michelin | Restaurantes |
| | | PPD.CULT5 | Índice de softpower (subjeto) | Índice |
| | | PPD.CULT6 | Índice de poder linguístico (PLI) por país (medido a partir da proficiência em inglês) | Índice |
| | Diplomacia | PPD.DIP1 | Número de embaixadas de um país no exterior | Embaixadas |
| | | PPD.DIP2 | Número de embaixadas no país | Embaixadas |
| | | PPD.DIP3 | Número de organizações internacionais que um país participa | Organizações |
| | Educação | PPD.EDU1 | PISA matemática | Índice |
| | | PPD.EDU2 | PISA leitura | Índice |
| | | PPD.EDU3 | PISA ciência | Índice |
| | | PPD.EDU4 | Número de universidades entre as 200 melhores do mundo | Universidades |
| | | PPD.EDU5 | Fluxo líquido internacional de estudantes | Estudantes |
| | Democracia | PPD.DEM1 | Índice de E-participação | Índice |
| | | PPD.DEM2 | Índice de desenvolvimento de governo eletrônico | Índice |
| | | PPD.DEM3 | Índice de liberdade | Índice |

Fonte: Banco Mundial, Unesco, The Art Newspaper, Michelin Guide, Brand Finance, Power Language Index, Embassy Pages, CIA, OCDE, THE, UNESCO, ONU e Freedom House.

Tabela 8 - Variáveis relacionadas ao poder econômico

| Rubrica | Subrubrica | Variável | Rótulo | Unidade |
|--------------------|--------------------------------------|--|---|--|
| Poder econômico | Grandeza da economia | PE.GE1 | População | Milhões de pessoas |
| | | PE.GE2 | PIB | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE3 | Área | Milhares de KM ² |
| | | PE.GE4 | Reservas totais (incluindo ouro) | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE5 | Investimento direto | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE6 | Comércio exterior líquido (bens e serviços) | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE7 | Exportação de combustíveis minerais | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE8 | Exportação de semicondutores | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE9 | Formação bruta de capital | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE10 | Poupança bruta | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE11 | Despesas de consumo final | Milhões de US\$ correntes |
| | | PE.GE12 | PIB PPP | Milhões de US\$ internacionais correntes |
| | | PE.GE13 | PIB per capita | US\$ correntes |
| | | PE.GE14 | População em grandes cidades | Milhões de pessoas |
| | | PE.GE15 | Força de trabalho | Milhões de pessoas |
| | Infraestrutura/logística | PE.IL1 | Aeroportos | Aeroportos |
| | | PE.IL2 | Ferrovias | Km |
| | | PE.IL3 | Rodovias | Km |
| | | PE.IL4 | Banda larga de internet | por 100 pessoas |
| | | PE.IL5 | Tráfego de containers nos portos | TEU:20 |
| | Estrutura da economia | PE.EST1 | Comércio internacional | % do PIB |
| | | PE.EST2 | Valor adicionado do setor agrícola | % do PIB |
| | | PE.EST3 | Valor adicionado do setor manufatureiro | % do PIB |
| | | PE.EST4 | Valor adicionado do setor de serviços | % do PIB |
| | | PE.EST5 | Valor adicionado do setor industrial | % do PIB |
| | | PE.EST6 | Solicitações de patentes (residentes) | Patentes |
| | | PE.EST7 | Despesas em P&D | % do PIB |
| | | PE.EST8 | População rural | % da população total |
| | | PE.EST9 | População urbana | % da população total |
| | | PE.EST10 | Densidade populacional | Pessoas por KM ² |
| | | PE.EST11 | Renda proveniente de recursos naturais | % do PIB |
| | | PE.EST12 | Empregadores | % do total de empregos |
| | | PE.EST13 | Empregos na agricultura | % do total de empregos |
| | PE.EST14 | Empregos na indústria | % do total de empregos | |
| | PE.EST15 | Empregos no setor de serviços | % do total de empregos | |
| | PE.EST16 | Desemprego | % do total da força de trabalho | |
| | PE.EST17 | Despesas governamentais | % do PIB | |
| | PE.EST18 | Despesas com pagamento de juros | % da despesa governamental | |
| | PE.EST19 | Subsídios e outras transferências | % da despesa governamental | |
| | PE.EST20 | Receita governamental, exceto subvenções | % do PIB | |
| | PE.EST21 | Pagamento de impostos | Número de pagamentos | |
| | PE.EST22 | Tempo necessário para iniciar um negócio | Dias | |
| | PE.EST23 | ECI | Índice | |
| PE.EST24 | COI | Índice | | |
| PE.EST25 | Índice de inovação global | Índice | | |
| PE.EST26 | Tamanho da economia informal do país | % do PIB | | |
| Proteção ambiental | PE.PA1 | Áreas terrestres e marinhas protegidas | % da área total | |
| | PE.PA2 | Emissões de CO2 | Kt | |
| | PE.PA3 | Índice de performance ambiental | Índice | |

Fonte: Banco Mundial, Atlas of Economic Complexity, CIA, WIPO e YCELP

A escolha das variáveis parte da concepção de que a sociedade se organiza a partir de 4 fontes de poder: a política, a ideológica, a militar e a econômica (MANN, 2020). Logicamente isso é fundamental, pois o poder, como explicado no capítulo anterior, é o processo que cristaliza a estrutura. Claro que esta comprovação empírica ficará a cargo da ACP, contudo realizar uma análise de cluster anteriormente pode proporcionar uma melhor compreensão dos dados, na medida em que auxilia na

identificação de grupos naturais e na identificação de dados atípicos (*outliers*) que podem distorcer a análise de componentes principais (distorção esta que neste trabalho de ser levada em conta). Além do mais a análise de agrupamentos pode ajudar na identificação das dimensões mais relevantes dos dados que deveriam ser mantidas na ACP — sua utilidade aparece em casos em que as variáveis podem ser altamente correlacionadas dentro de certos clusters, mas não entre clusters diferentes.

A razão pela qual as variáveis foram selecionadas tem vistas na ACP, pois pretendo testar ali a hipótese de que quando os elementos detentores de determinado tipo de poder são retirados do campo a estrutura social se modifica por completo. Porém, é na análise de cluster que pretendo entender primeiro como que os países estão organizados a partir destas 4 bases de poder.

Para processar todas essas informações o instrumento utilizado na construção da análise foi o software IBM SPSS, pois além de permitir a exploração dos relacionamentos complexos entre as 89 variáveis também possibilita a manipulação e a preparação dos dados, incluindo a sua limpeza, a transformação de variáveis e a gestão dos dados faltantes.

Quando da aplicação da análise de agrupamento o primeiro procedimento adotado foi definir qual a medida de distância (dissimilaridade) utilizada para alocar cada observação em seu determinado grupo. Decidi usar a **distância quadrática euclidiana** ao invés da distância euclidiana porque muitas das variáveis apresentavam pequena dispersão entre seus valores para diversos países. Portanto, o manejo desta medida de distância facilitou a interpretação dos resultados da análise e a afetação dos elementos nos distintos grupos.

Utilizei para formação dos agrupamentos um **esquema de aglomeração hierárquico aglomerativo**⁸¹, pois primeiramente todas as observações foram consideradas separadas e somente depois de medida suas distâncias foram formados os grupos, um a um, até que se chegasse a um estágio final com apenas um agrupamento. Como **método de encadeamento** adotei o de **tipo médio** (*between groups* ou *average linkage*) porque trata a distância entre dois clusters como a distância média entre todos os pares de itens em que um membro do par pertence a um cluster e o outro membro a outro cluster (JOHNSON e WICHERN, 2007).

⁸¹ Aglomerativo aqui não é redundância e se opõe aos esquemas de aglomeração hierárquicos divisivos. Segundo Fávero e Belfiore (2017) a diferença entre um e outro deve-se a maneira como é iniciado o processo.

Acrescente-se a isso o fato de que este método dilui o impacto dos outliers e evita tanto a formação de clusters muito dispersos quanto muito compactos, pois é uma combinação entre a sensibilidade da clusterização por ligação completa (método de encadeamento de tipo completo) a outliers e a tendência da clusterização por ligação simples (método de encadeamento de tipo único) de formar cadeias longas que não correspondem à noção intuitiva de clusters como objetos compactos e esféricos (MANNING, RAGHAVAN e SCHÜTZE, 2008).

Como as variáveis possuem unidades diferentes de medida empreguei o método de padronização de variáveis conhecido como **procedimento Zscores**. Por este meio “todas as respectivas variáveis padronizadas [...] terão média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1, o que garante a eliminação de eventuais arbitrariedades das unidades de medida sobre a distância entre cada par de observações” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 318).

Por fim é preciso mencionar o fato de que os dados faltantes foram preenchidos pela técnica estatística denominada **maximização esperada** (*expectation-maximization — EM algorithm*). Este é um procedimento que adota duas etapas principais, uma de expectativa em que se estima a distribuição dos dados faltantes com base nos parâmetros atuais do modelo e nos dados observados e outra de maximização em que se atualizam os parâmetros do modelo maximizando a probabilidade dos dados completos (observados e estimados). Segundo J. L. Schafer (1997) este algoritmo presta-se para resolver um problema difícil de dados incompletos resolvendo repetidamente problemas tratáveis de dados completos.

Feitas as considerações metodológicas cabíveis, passo agora para a descrição do sistema mundial e das relações de poder que envolvem os seus agentes. Contudo, antes de tratar de descrever a forma pela qual os países estão distribuídos no espaço do sistema mundial (a partir de dados compreendidos entre os anos de 2019 e 2024) demonstrarei como, e em qual momento da história, a atual estrutura dos sistemas começou a ser formatada. O recorte será feito no início dos anos 1990, tendo em vista não só as características do sistema como um todo, mas também da emergência de novos atores e da pulverização de outros dentro do campo do poder.

4 O sistema mundial no século XXI (resultados)

Neste capítulo irei apresentar a estrutura atual do sistema mundial, ou seja, demonstrarei a forma que ele assume neste século XXI para garantir que o padrão de organização expansivo seja materializado por meio da imposição de uma determinada configuração de espécies distintas de poder. Começarei pela economia, mostrando como a produção mundial em termos de valores está distribuída entre as nações, para depois avançar pela repartição de poder militar e do poder político/ideológico/cultural. Além disso, na construção do capítulo, pretendo ir avançando na análise de maneira gradual, passando pelas estatísticas mais básicas até a exposição da ACP ao final.

É necessário que assim seja porque a ACP, diferentemente da ACM (análise de correspondência múltipla), não lida com dados qualitativos, o que impede a demarcação precisa de polos opostos tais como: branco/preto, homem/mulher, patrão/empregado. É difícil estabelecer características qualitativas entre as nações e mesmo quando elas são feitas trata-se de maiorias/minorias. Por exemplo, podemos dizer que um indivíduo é católico, protestante ou muçulmano, porém com entidades coletivas essa afirmação é sempre problemática. Outro exemplo que posso citar encontra-se na economia e na defesa, onde mesmo a estrutura do capital (em contraposição ao volume do capital) é diferenciada por meio de posições ranqueadas dos países. Inclusive este é o principal método de recodificação de variáveis para transformação dos dados quantitativos em categorias — recodificação de dados contínuos por postos (ranks) e duplicação — proposto por Michael Greenacre (2007).

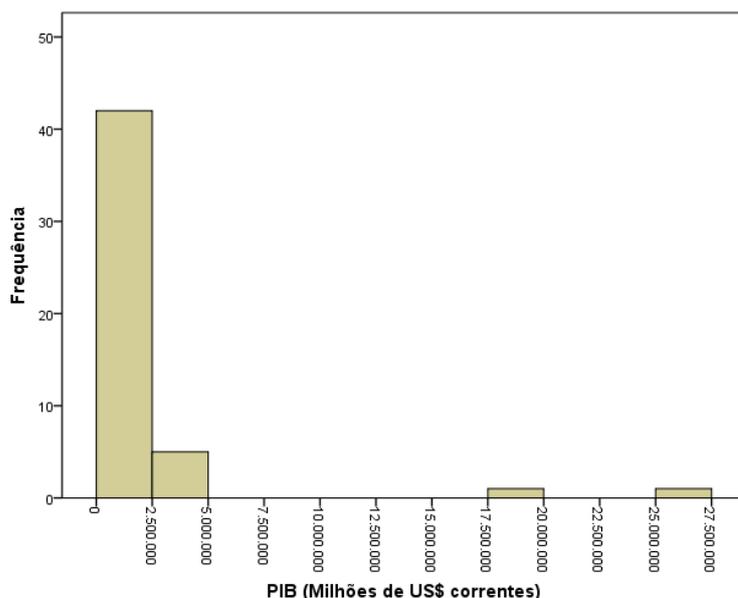
4.1 O surgimento da atual configuração do sistema mundial

É preciso dizer desde já que as 49 nações que representam o sistema mundial neste trabalho responderam por 91,17% da produção mundial em 2022, 73,85% da população global no mesmo ano e 67,72% da área terrestre em 2021. De acordo com o histograma abaixo (figura 3) 42 países estão na faixa do PIB que vai de 0 a US\$ 2,5 trilhões, 5 países com PIB que vai da faixa anterior até US\$ 5 trilhões (França, Inglaterra, Índia, Alemanha e Japão) e outros 2, China e EUA completamente distante dos demais⁸².

⁸² Fonte: Banco Mundial

O gráfico revela claramente uma distribuição assimétrica positiva dos dados com assimetria de 4,607⁸³ e uma curva leptocúrtica de curtose da ordem de 22,107⁸⁴ (Em 1992 esses valores eram muito próximos com uma assimetria de 4,285 e uma curtose de 20,300). Pelo histograma conseguimos visualizar então 4 grupos distribuídos de maneira extremamente desigual. Os primeiros 42 detém 33,87% do PIB, França, Inglaterra, Índia, Alemanha e Japão 19,10%, China 19,46% e EUA 27,57%⁸⁵. Por esta impressão inicial vemos os EUA com uma parcela enorme de poder econômico que não é ainda ameaçada de maneira capital pela China, embora esta seja a única nação que individualmente no campo econômico tenha poderes de barganha realmente efetivos frente aos EUA.

Figura 2 - Histograma PIB (2022)



Fonte: Banco Mundial

A apresentação de um *boxplot* (figura 4) reforça as assertivas acima. Se compararmos o ano de 2022 com 1992 — início de uma nova estrutura no campo das relações interestatais com o fim da União Soviética e a consolidação das políticas

⁸³ A medida de assimetria calculada pelo SPSS é correspondente ao coeficiente de assimetria de Fisher (g1).

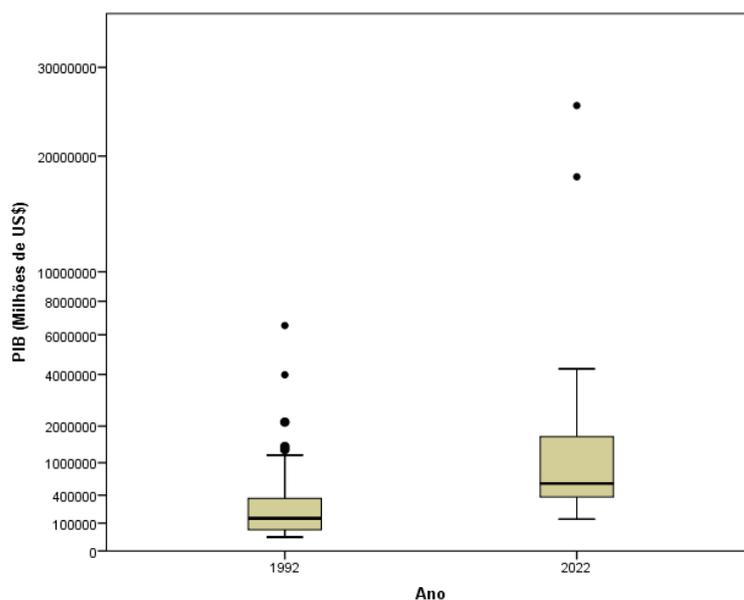
⁸⁴ A medida de curtose calculada pelo SPSS é correspondente ao coeficiente de curtose de Fisher (g2).

⁸⁵ Fonte: Banco Mundial

econômicas recomendadas pelo consenso de Washington — notamos claramente como a distância econômica de EUA e China (os dois *outliers* da caixa referente a 2022) aumentou em relação aos demais países.

Em 1992 tínhamos 6 *outliers* (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália e Reino Unido), o que denotava uma distribuição de poder econômico mais igualitária. Não só isso, as diferenças entre o limite inferior e o superior (*whiskers*) e o intervalo interquartil em 1992 é menor do que em 2022 (a diferença entre o 1º e o 3º quartil em 1992 é de 15,91% enquanto em 2022 é de 21,33%) revelando assim uma maior proximidade também entre as nações não detentoras de poder econômico. Sendo esse poder a capacidade de barganha, é normal que no início desta nova estrutura as disparidades entre os agentes estivessem menos salientes.

Figura 3 - Boxplot PIB



Fonte: Banco Mundial.

Obs: utilizada transformação de potência com expoente 0,5⁸⁶

É preciso, agora, fazer um pequeno parêntese com este parágrafo para que o leitor concatene essas informações e interpretações ao exposto nos capítulos anteriores. Veja, meu corte temporal se dá no começo da década de 1990, porque é ali que o jogo ganha novas regras e novos integrantes. Esses cortes temporais devem

⁸⁶ A transformação de potência com expoente 0,5 (ou seja, a raiz quadrada) é usada para reduzir a assimetria dos dados (*skewness*) e estabilizar a variância. Isso pode ser útil quando os dados apresentam outliers ou uma distribuição muito inclinada, tornando o gráfico mais simétrico e permitindo uma melhor visualização dos quartis e da dispersão.

ser feitos a todo momento quando queremos definir uma determinada estrutura. Todavia, se quisermos entender o padrão de organização do sistema mundial é preciso retornar a um ponto inicial do sistema que deve ser definido a partir de uma dada perspectiva. Frank e Gills (1993b), por exemplo, utilizam o critério econômico de acumulação interpenetrante para definir o início do sistema mundial, o que remeteria à confluência que incluía o vale do Indo e a área da Síria e do Levante a 5000 anos atrás. Este é, portanto, o padrão ao qual as estruturas assumidas pelo sistema mundial ao longo do tempo devem acompanhar e se ajustar, na medida em que “as origens ecológicas do sistema mundial apontam para a instabilidade inerente das civilizações urbanas e dos estados dos quais ele [o sistema] emergiu. Essa instabilidade era tanto ecológico-econômica quanto estratégica” (FRANK e GILLS, 1993b, p. 82, tradução nossa).

A China, por meio de ações no campo político, começa, então, a mudar de status dentro do sistema mundial a partir da década de 1970. A visita de Richard Nixon (presidente norte-americano) à China e a sua reunião com o líder chinês Mao Zedong em 1972 permitiu a cooperação das duas nações em algumas áreas, bem como reduziu o isolamento internacional chinês ao diminuir o embargo que lhe foi imposto após a guerra da Coreia (1950-1953) e ao acelerar o comércio com o bloco ocidental (HUNG, 2015). Estava dado o primeiro passo para a obtenção de suporte econômico e diplomático para modernizar o país. A partir deste momento começava a se formar o embrião da reforma liderada por Deng Xiaoping que transformaria a China de uma economia agrária e fechada em uma das maiores potências econômicas do mundo, completamente integrada às cadeias globais de produção e comércio.

Deng não só desmantelou o sistema de comunas agrícolas, como também implementou políticas de abertura ao investimento estrangeiro, criando condições para que empresas internacionais pudessem operar na China (HUNG, 2015). Além disso, permitiu o crescimento do setor privado ao incentivar pequenas e médias empresas ao reconhecer a importância do mercado para alocar recursos (VOGEL, 2011). Desta forma, quando há, na década de 1990, a reconfiguração do campo, a China já chega em nova posição dentro do sistema mundial, bem mais próxima dos países vencedores que estavam remodelando todo o campo. Isso permitiu que as tomadas de posição da China fossem muito mais certas.

Ela não era mais um peixe fora d'água⁸⁷, como parecia ter sido no fim do século XVIII quando Lord George Macartney⁸⁸ viajou da Grã-Bretanha para a Ásia com o objetivo de buscar alterar o estado das relações entre Inglaterra e China. Sua intenção era convencer o imperador chinês a ampliar a abertura dos portos (o único porto que os ocidentais podiam negociar era o de Guangzhou) e permitir a representação diplomática em iguais termos. Depois da chegada de Macartney, em 1793-1794, houve um grande período de negociações em que a postura dos chineses era completamente incompreensível aos ingleses, pois, afinal de contas a China era a Terra do Meio e todos deviam tributos e honras ao imperador. Aos chineses era praticamente impossível conceber o conceito de soberania das nações, já em voga na Europa àquela altura. A conclusão de Henry Kissinger (2012, p. 57) para esta postura é a seguinte: “por mais arrogante que a conduta chinesa pudesse parecer neste momento, devemos ter em mente que funcionara durante séculos para organizar e sustentar uma ordem internacional de proporções significativas”.

Esta configuração econômica inicial do sistema — tendo apenas o PIB como unidade de referência —, como visto anteriormente, tem altíssima correlação com o gastos militares, haja vista o índice de correlação de Pearson atingir 0,944 com um nível de significância de 0,01. A figura 5 mostra bem esta relação, ressaltando ainda que na esfera militar a proeminência de EUA e China continua enorme. Como destaques em sentido contrário a esta correlação quase perfeita podemos notar os casos da Arábia Saudita (gastos militares da ordem de 6,4% do PIB)⁸⁹ e da Ucrânia (gastos militares da ordem de 25,9% do PIB)⁹⁰. O primeiro localizado em uma região historicamente conflitiva e o segundo envolvido em guerra contra a Rússia.

O próximo gráfico (figura 6) traz a evolução dos gastos militares de 8 países que se encontram ao mesmo tempo entre as 10 maiores economias e entre os 10 maiores orçamentos de defesa para os anos de 1992, 2002, 2012 e 2022. Como já mostrei anteriormente para a economia também no campo militar a china é o elemento

⁸⁷ Expressão utilizada por Bourdieu (2019; 2021) quando quer demonstrar o conceito de *habitus*.

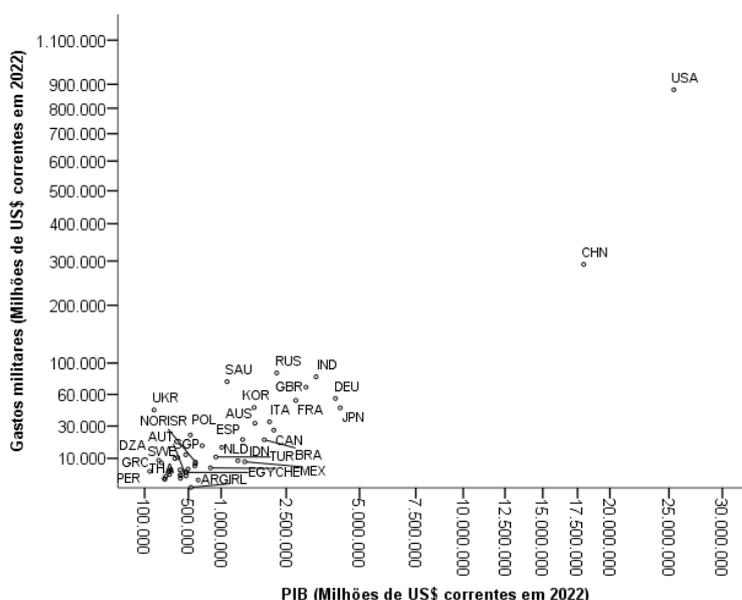
⁸⁸ Segundo Kissinger (2012, p. 49) “Macartney era um funcionário público de renome com anos de experiência internacional e um agudo censo de diplomacia oriental. Era também um homem de notáveis realizações culturais (...). Estava tão bem-equipado quanto qualquer um de seus contemporâneos para inaugurar uma nova diplomacia entre civilizações.”

⁸⁹ Fonte: SIPRI

⁹⁰ Fonte: SIPRI

de “vanguarda”. Se vinte anos antes de 1992 a União Soviética e seus aliados eram o temor do mundo ocidental, a partir da década de 1990 é a China que passa a ser o rival/oposto. Evidentemente que a Rússia, detentora do capital soviético, não conseguiu se ajustar dentro do campo do poder em uma posição mais próxima dos países ocidentais, contudo, atualmente, é a China que tem a maior capacidade de influenciar nas regras do jogo.

Figura 4 - Relação PIB/Gastos militares

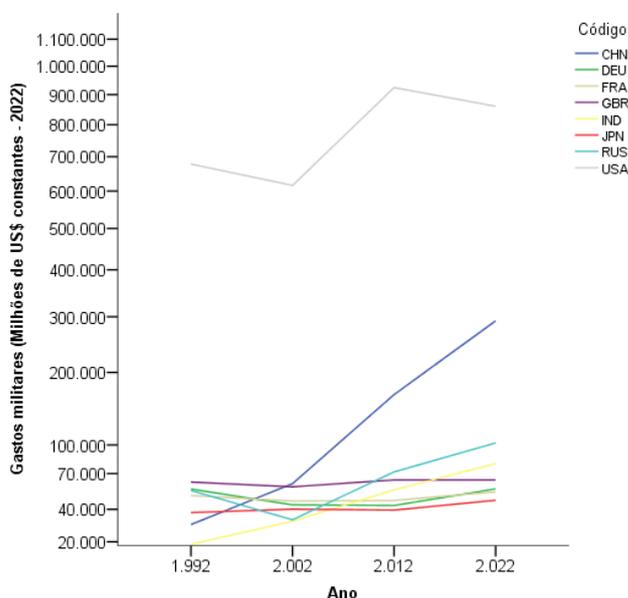


Fonte: SIPRI.
Obs: utilizada transformação de potência com expoente 0,5

Se até 2002 os EUA reinavam soberanos no campo militar, após este ano temos a China despontando enquanto potência. Basicamente, em uma análise preliminar, aparecem no campo do poder econômico/militar 3 posições. EUA e China, ocupando as duas primeiras como dominantes dos dominantes, e os demais países como dominados dos dominantes. Interessante observar sob este aspecto que tanto os EUA quanto seus aliados Alemanha, França, Grã-Bretanha e Japão parecem adotar uma postura conservadora nestes gastos, pois seu interesse maior é o de que o *status quo* dentro do sistema não se altere. A Rússia também pode adotar um comportamento conservador, na medida em que ela ainda mantém uma posição de destaque dentro do campo do poder. Todavia, como um dominante dominado deve optar por uma

aliança com um dos outros dominantes dos dominantes. Neste caso a aproximação com a China é clara⁹¹.

Figura 5 - Gastos militares por ano



Fonte: SIPRI.

Obs: utilizada transformação de potência com expoente 0,5

A Índia em relação à Rússia tem uma postura um tanto diferente e merece um destaque um pouco maior. Como potência militar ela ingressa na nova configuração mundial como o país com menos capacidade de investimento em defesa entre os dominantes. Com efeito, nos 30 anos subsequentes sua ascensão é nítida; seus gastos em defesa aumentaram 3,27% enquanto os outros 5 países de seu grupo aumentaram seus gastos em menos de 1%⁹². Mesmo estando ainda entre os dominados a rápida subida da Índia no campo militar fez com que sua tomada de posição atual fosse completamente diferente do que a de anos atrás. Se o campo é um espaço de posições que delimita estratégias (BOURDIEU, 2021) é nítido que as possibilidades que se apresentam para a Índia são completamente diferentes das

⁹¹ Segundo Hung (2022, p. 179) há uma razão para ser otimista no que se referente a um eventual enfrentamento entre EUA e China: “em comparação com a Alemanha da virada do século XX, a China de hoje, embora cada vez mais militarizada e agressiva, é ainda muito menos militarista do que a Alemanha de então (e menos do que a Rússia de hoje, aliás). Ao contrário da Alemanha do século XIX e do início do XX, que esteve frequentemente em guerra, a China não mobilizou o seu exército para um conflito militar sério desde a guerra com o Vietnã, em 1979.”

⁹² Fonte: SIPRI

Russas. A Rússia ainda tenta se adaptar a uma posição de dominada entre os dominantes, fato que possivelmente seja um dos motivos de suas ações errantes desde o começo da nova ordem mundial no início da década de 1990. A Índia por sua vez ingressa em uma posição de dominante, todavia ainda continua dominada (pois é dominada dentre os dominantes), por isso, suas ações/estratégias ainda não são a de um total dominante. A Índia, pelo seu crescimento, se permite hoje comprar petróleo Russo sem temer sanções ou a perda de parcerias, inclusive de inteligência/segurança (vide a existência do QUAD⁹³), com os EUA. Em 2022, ano que se iniciou a guerra com a Ucrânia, 83,62% (US\$ 27,2 bilhões) das exportações da Rússia para a Índia foram de combustíveis minerais, óleos e ceras⁹⁴. A Índia também foi o segundo maior destino destas exportações russas perdendo somente para a China. Ao investir em capital militar a Índia vai aos poucos ocupando novas posições no sistema mundial, contudo sua ascensão permite almejar um futuro entre os dominantes dos dominantes, de maneira que este é um dos motivos pelos quais não é fácil para a Índia escolher entre EUA ou China. Mesmo que suas relações com a China muitas vezes sejam tensas por causa de disputas territoriais na região de Aksai Chin⁹⁵ e de Arunachal Pradesh⁹⁶ em outras ocasiões elas se mantêm próximas — ambas fazem parte da formação original dos BRICS.

Como mencionei anteriormente a China é disruptiva e transgressora, pois ela cria uma posição que não existia no período inicial do campo (repito, não é inicial no sentido de que o sistema mundial tenha começado em 1992 — como vimos o sistema está crescendo a 5000 anos —, mas é nascente na sua nova estrutura, na sua nova forma). A pergunta é, como a China conseguiu romper com as barreiras de entrada no campo militar? Foi via economia ou política? O caso da China é curioso, pois nem a derrota na guerra do ópio⁹⁷ (1839-1842) a tinha feito perceber a necessidade de

⁹³ Diálogo Quadrilateral de Segurança que inclui também Japão e Austrália.

⁹⁴ Fonte: Atlas Economic Complexity

⁹⁵ Para maiores detalhes acerca desta disputa ver Robert Huttenback (1964).

⁹⁶ Em março de 2024 os EUA reconheceram esta região como parte do território indiano. Trata-se da intenção norte-americana em atrair mais um dominante dominado para a seu âmbito de influência.

⁹⁷ Para equilibrar balança comercial com o país asiático, os comerciantes britânicos começaram a vender ópio, produzido na Índia britânica, para a China, criando uma demanda crescente entre a população chinesa. O governo chinês, consciente dos efeitos devastadores do vício em ópio e das consequências sociais e econômicas, tentou proibir a importação da droga. Assim, as medidas severas tomadas pelo comissário imperial chinês Lin Zexu, confiscando e destruindo carregamentos de ópio

atualização do seu poderio militar. Foi só com a chegada de Mao Zedong ao poder (1949) que a China conseguiu, de certa maneira, diminuir a influência do passado para compreender o presente claramente. Kissinger explica a mudança da seguinte maneira:

A tradição confucionista valorizava a doutrina dos meios e o cultivo do equilíbrio e da moderação; quando a reforma ocorria, era feita de forma incremental e apresentada como a “restauração” de valores antigos. Mao, por outro lado, buscou uma transformação radical e instantânea e uma total ruptura com o passado. A teoria política chinesa tradicional tinha a força militar em relativa falta de estima e insistia que os soberanos chineses alcançavam a estabilidade interna e a influência no exterior por meio da virtude e da compaixão. Mao, compelido por sua ideologia e sua angústia por um século de humilhação chinesa, produziu uma militarização da vida chinesa sem precedentes. Onde a China tradicional reverenciava o passado e acalentava uma rica cultura literária, Mao declarava guerra à arte, à cultura e aos modos de pensar tradicionais (KISSINGER, 2012, p. 115).

A partir desta nova conduta a China adotou durante o tempo da guerra fria um comportamento de nação não-alinhada, inclusive construindo e testando com sucesso sua bomba atômica em 1964. Ao longo desse período flutuou entre as duas grandes potências da época e passou da hostilidade para uma situação de quase aliança com os EUA, além de ter transitado da aliança à confrontação com União Soviética (KISSINGER, 2012). Acabou deste modo por se posicionar junto ao lado “vencedor” da guerra fria. Sorte ou não o fato é que a China começava, a partir deste momento, a entrar no jogo da política internacional de forma mais franca. Com isso, ela conseguia se conduzir como um agente geopolítico livre, apesar de sua relativa fraqueza (KISSINGER, 2012). A China foi o melhor país — talvez o único com condições reais —, dentre aqueles com menos capital dentro do espaço dos dominantes, a se utilizar de estratégias heréticas de subversão para contrapor a *doxa*. São estes movimentos heterodoxos que, segundo Bourdieu (2019), “faz[em] os dominantes saírem do silêncio e que os obriga a produzir o discurso defensivo da ortodoxia”. Os aumentos dos gastos militares dos norte-americanos (figura 6), no início dos anos 2000, quando eles percebem não ser “o fim da história”, pois a China começava a fixar uma nova posição de dominante, ajudam a comprovar a ação dos EUA no sentido de manter, ou melhor, de restaurar sua posição em relação ao demais.

em Guangzhou, levaram o Reino Unido a bloquear os principais porto chineses e a tomar todas as embarcações chinesas que fossem possíveis (KISSINGER, 2012).

Outra querela recente que aponta neste sentido foi o acordo entre EUA, Japão e Países Baixos, no início de 2023, visando impor uma série de restrições à indústria Chinesa de semicondutores. De acordo com o ajuste, Japão e Países baixos se uniram aos EUA para restringir as exportações de ferramentas relacionadas a produção de chips para a China sob o argumento de que era necessário dificultar o desenvolvimento de armas avançadas pelo exército chinês⁹⁸. Foi preciso uma negociação de longa duração (2 anos) para convencer o Japão e os Países Baixos a adotarem tal postura, tendo em vista as preocupações com o impacto sobre suas empresas de ferramentas para fabricação de chips, particularmente a ASML nos Países Baixos e a Tokyo Electron e Nikon no Japão.

Na época das conversações, Alan Estevez, o principal funcionário do departamento de comércio responsável pelo controle de exportações, justificou a medida dizendo que isso provaria aos aliados que os EUA tinham "interesse em jogo" e estavam dispostos a tomar decisões difíceis (SEVASTOPULO e FLEMING, 2023). Resta muito claro como a posição de um país no campo exerce influência sobre a maneira como toma as suas decisões. Mesmo sendo aliados dos EUA, Países Baixos e Japão não podem tomar as mesmas posições dos norte-americanos; nem tampouco a postura japonesa e neerlandesa será igual, pois o Japão ocupa um papel no campo do poder distinto do neerlandês.

Cabe aqui ressaltar como esse discurso utilizado pelos EUA tem a clara finalidade de manter a doxa, pois agora não era mais possível ficar em silêncio. Ora, durante a década de 1990, todas as crenças, opiniões e convenções teriam superado, com o "fim da história" (FUKUYAMA, 2012), qualquer necessidade de uma base lógica ou crítica para a sustentação do discurso. Os EUA (único dominante no campo do poder) e seus aliados poderiam perfeitamente ficar em silêncio. Tendo o liberalismo democrático se consolidado como a forma final de governo para as sociedades humanas (FUKUYAMA, 2012) não havia o porquê temer novos desafiantes. China, Rússia e Índia apenas se moldariam ao discurso neoliberal e disputariam espaço no campo econômico dentro dos limites impostos pelo grande dominante.

⁹⁸ Segundo Demetri Sevastopulo e Sam Fleming (2023) o acordo ocorreu três meses após Washington impor controles unilaterais de exportação que proibiram empresas americanas de vender equipamentos avançados de fabricação de chips para grupos chineses.

Ocorre que, como visto acima na figura 6 acima, a China a partir dos anos 2000 assume um grau de investimentos militares que a permite outras tomadas de posição, além de exigir movimentos de seu principal oponente que não eram necessários no fim do século passado. O vertiginoso aumento da participação chinesa no mercado mundial de semicondutores e o conseqüente declínio dos EUA e Japão (figura 7), simplesmente ligou um sinal de alerta nos norte-americanos. A mudança de posição Chinesa no contexto do espaço militar/econômico mudou as disposições dos EUA. É interessante perceber como um dos grandes bastiões do comércio livre, junto com o Reino Unido, passou a adotar medidas cada vez mais protecionista, enquanto a China, país historicamente fechado não só por toda a sua cultura milenar e pelo seu excepcionalismo⁹⁹, mas também pela sua configuração comunista pós 1949 hoje é uma das maiores defensoras do livre comércio. Wallerstein (2011b) de há muito já argumentava que as potências hegemônicas — a Holanda, no século XVII, por exemplo — defendiam o livre comércio enquanto isso favorecesse sua posição dominante no cenário global. No entanto, quando elas começam a perder sua vantagem competitiva, tendem a professar políticas mais protecionistas, buscando preservar sua hegemonia.

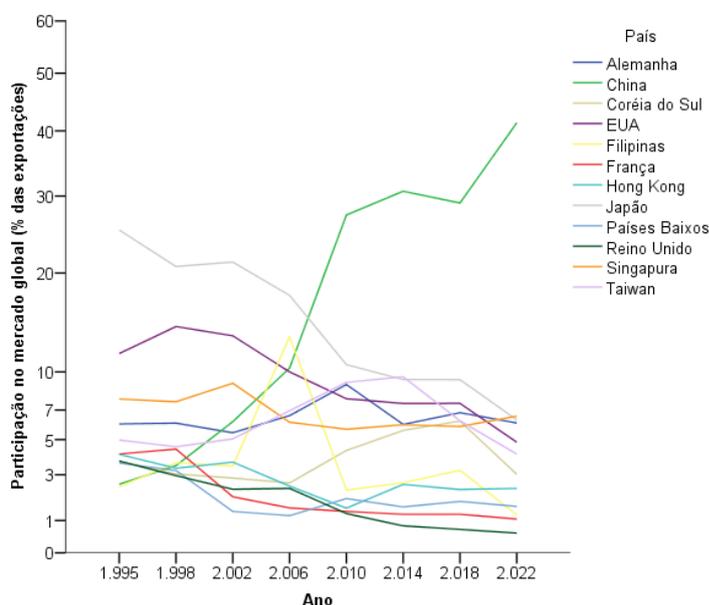
Giovanni Arrighi (2008) tratando das iniciativas norte-americanas no século XXI, referentes a guerra ao terror, as concebe como sendo neoconservadoras, pois colocariam por terra os projetos de globalização e multilateralismo dos anos anteriores. Ao se impor militarmente de forma unilateral o governo de Georg W. Bush reagia com típicas disposições de um *hegemon*, não necessariamente ameaçado, mas que percebe a ascensão de outra potência, ou melhor, da conquista de uma posição que até então não existia naquele espaço.

Como visto, ao mesmo tempo em que a china ganhava proeminência no campo econômico — tanto em quantidade quanto em qualidade — seu poder bélico também aumentava, o que fazia com que sua posição dentro do campo do poder transmudasse. Na realidade a China criara uma nova posição de antagonista que não havia na década de 1990. Com efeito não se tratava, por óbvio, de um posicionamento distinto do de outras configurações anteriores do sistema mundial. A União Soviética já tinha

⁹⁹ Lembrando que o excepcionalismo chinês é diferente do norte-americano. Se neste caso ele faz com que a “boa nova” deve ser espalhada pelo mundo ao preço que for naquele a excepcionalidade traz a indiferença. Para os chineses das antigas dinastias eram os povos “bárbaros” que deviam ir a eles para aprender com a sua civilização.

ocupado este lugar durante a guerra fria. Levando em consideração a ideia de sistema-mundo de Wallerstein (e contrariamente a ela) a economia-mundo capitalista passa a apresentar com a ascensão de União Soviética e China uma nova organização de seus elementos, pois os principais oponentes da potência hegemônica deixam de ser nações centrais. A disputa não se dá mais no interior do centro. China e União Soviética não estão para os EUA nos séculos XX e XXI, como o Reino Unido estava para a Holanda no século XVII e o próprio EUA para a Inglaterra no fim do século XIX e início do XX.

Figura 6 - Participação no mercado mundial de semicondutores (países exportadores)



Fonte: Atlas Economic Complexity. Obs: utilizada transformação de potência com expoente 0,5

A URSS nunca ocupou uma posição central no sistema mundial, embora seu poderio militar rivalizasse com a do *hegemon*. Agora, é a China que se apresenta como a única candidata a impugnar o domínio dos EUA sem, contudo, ser uma nação considerada central, no sentido que a palavra tem recorrentemente. Embora em termos tradicionais a China não seja considerada uma nação central ela, neste momento, consegue unir o que faltava a Japão e URSS. Se ao primeiro faltava poder militar ao segundo faltava o dinamismo do poder econômico — retirando os países de influência soviética, que estavam adstritos ao bloco, muito mais em virtude da imposição militar, ninguém mais era economicamente dependente da URSS. O

pensamento predominante ao fim da década de 1980 era justamente o de que, muito em breve, a União Soviética deveria ultrapassar os EUA em poder militar e o Japão em força econômica (NYE, 2017). Com a China, no entanto, esses três pilares — o desejo de poder, o poder econômico e o poder militar — se entrelaçam, embora, como veremos adiante, nem todos os aspectos desse poder consigam ser geridos por ela de forma eficiente.

As rivalidades econômicas entre os Estados dominantes dos dominantes são cada vez mais acirradas, embora no atual sistema ainda não tenhamos presenciado a transformação destas disputas em uma guerra frontal entre as potências. Se no pós-segunda guerra mundial as hostilidades entre os blocos (ocidente vs comunismo) superava as realidades econômicas (ARON, 2018) não é o que presenciamos hoje em dia. A rivalidade entre EUA e China ainda não transbordou das suas contendas materiais.

4.2 O *smart power* como combinação ótima entre *hard power* e *soft power*

Antes de adentrar à análise de *cluster* e à ACP apresentadas no capítulo metodológico anterior vou apresentar uma ACP específica para um grupo de 29 países — todos com alto grau de industrialização e integrantes do campo do poder ou que transitam nas adjacências deste espaço — para mostrar como é o processo pelo qual o poder estrutura o atual sistema mundial. Partindo do pressuposto de que os países detentores de poder têm a possibilidade de escolher entre uma forma mais branda de imposição, apresentada por Joseph Nye (2017, p. 2) como “a capacidade de influenciar os outros [Estados] e obter resultados desejados por atração e persuasão” (*soft power*)¹⁰⁰ e outra em que a coerção ou pagamento são os elementos centrais na conquista do almejado (*hard power*)¹⁰¹, ou, ainda, por uma combinação estratégica bem concebida dos dois (*smart power*) procurarei demonstrar como os países exercem essas habilidades estratégicas e como esses processos definem a estrutura do campo dos dominantes.

Os dados referentes ao poder brando (em marrom escuro na tabela 9) são o resultado da elaboração de um índice feito pela consultoria inglesa “Portland” para o

¹⁰⁰ O conceito de *soft power* guarda algumas semelhanças com o já citado poder difuso de Mann.

¹⁰¹ Mann identificaria este tipo de poder como impositivo, conforme mencionado mais acima.

ano de 2019 e denominado “*The soft power 30*” (PORTLAND PR LIMITED, 2019) enquanto os dados referentes ao poder coercitivo (em marrom claro na tabela 9) são do banco mundial para todas as variáveis, exceto para o índice GFP que é elaborado pela organização independente Global FirePower.

As variáveis relacionadas ao *soft power* tratam-se, na verdade, de subíndices que compõe o índice geral (não utilizado aqui), sendo compostas por critérios objetivos (65% do índice), à exceção da relativa à opinião, critério subjetivo (35% do índice). Cada um desses subíndices é confeccionado a partir da coleta de uma série de dados referentes a variáveis relacionadas ao tema. Abaixo cito algumas das métricas utilizadas para cada subíndice, de modo que o leitor tenha uma compreensão geral do fundamento de cada um.

a) digital: número de usuários de internet por 100 mil habitantes, largura de banda da internet (milhares de Mbps), índice de serviços online do governo, número de seguidores do chefe de estado no facebook, dentre outras.

b) cultura: número total de turistas, número de filmes que aparecem nos maiores festivais, número de correspondentes estrangeiros no país, tamanho do mercado musical, medalhas olímpicas, dentre outras.

c) negócios: patentes globais registradas, investimento estrangeiro direto (% PIB), índice de competitividade, índice de inovação global, gasto em pesquisa e desenvolvimento (% PIB), dentre outras.

d) engajamento: ajuda total ao desenvolvimento no exterior, número de embaixadas no país, número de embaixadas no exterior, participação como membro de organizações internacionais, requisitantes de asilo por 100 mil pessoas, dentre outras.

e) educação: número de universidades entre as 200 melhores do mundo, número de estudantes estrangeiros no país, gastos em educação (% PIB), número de periódicos científicos publicados, dentre outras.

f) governo: IDH, homicídios per capita, índice de liberdade de imprensa, número de *think tanks* no país, bem-estar da população, tamanho da economia informal (% PIB), índice de liberdade do legislativo, coeficiente de gini, dentre outras.

g) opinião: culinária, bens de luxo, contribuição para a cultura global, recepção aos turistas, dentre outras.

É relevante ressaltar que a utilização dos dados de uma consultoria britânica não compromete a análise, mesmo que seus índices apresentem um viés ocidental. Existem alguns autores como Martin Jacques (2009) que imaginam uma situação em que uma certa “modernidade chinesa” acabaria ao fim vencendo uma competição global por hegemonia. Todavia, essa ideia de modernidades alternativas que concorrem por supremacia é problemática por elas serem culturais e não estruturais (ANDERSON, 2010). Não há exatamente um choque de culturas, na medida em que alguns aspectos culturais são quase impossíveis de universalizar. Além disso, como nos mostra Perry Anderson (2010) poucas culturas contemporâneas são tão conscientes da inimitabilidade de suas próprias formas e tradições quanto a chinesa. Não há elementos que demonstrem que a China deseje implodir o sistema capitalista moderno, muito pelo contrário. A China não se tornará um país hegemônico sem disputar posições dentro do próprio sistema capitalista de molde liberal-democrático — muito embora, evidentemente, seu capitalismo possua características específicas (HUANG, 2008) —, de modo que o aprendizado sobre esta forma de poder se torna cada vez mais necessário.

Valida tal assertiva a seguinte declaração de Hu Jintao (2007) no 17º Congresso do Partido Comunista Chinês: “devemos nos manter alinhados à orientação de uma cultura socialista avançada, promover um novo surto de desenvolvimento cultural socialista, estimular a criatividade cultural de toda a nação e fortalecer a cultura como parte do *soft power* do nosso país”. Neste mesmo sentido seu sucessor, Xi Jinping (2017) assegura no 19º Congresso do Partido Comunista Chinês: “melhoraremos nossa capacidade de comunicação internacional para contar bem as histórias da China, apresentar uma visão verdadeira, multidimensional e panorâmica do país e fortalecer o *soft power* cultural da nossa nação”. Acresce a isso

o fato de que a China gastou durante os anos iniciais da década 2010 uma média de US\$ 10 bilhões por ano em propaganda externa (SHAMBAUGH, 2015), bem como buscou no ocidente figuras proeminentes no assunto para proferir palestras e cursos e suas universidades (NYE, 2017).

Feitas estas considerações preliminares podemos iniciar a análise pela tabela 9, onde constam os valores da correlação de Pearson. Os valores em verde são aqueles que apresentam correlação superior ou igual a 0,600. A tabela nos permite inferir, já neste momento, alguns indícios de que as variáveis de *hard power* e *soft power* estejam correlacionadas com componentes distintas. Outra evidência que pode ser claramente percebida diz respeito ao fato de que todas as células em verde (com exceção do cruzamento “governo x forças armadas”) estão localizadas no âmbito dos entrelaçamentos entre os grupos de variáveis marrom escuro x marrom escuro (*soft power*) e marrom claro x marrom claro (*hard power*). Para não ficar somente no aspecto visual da tabela de correlações¹⁰² é possível afirmar estatisticamente que a adequação global da análise fatorial por componentes principais é razoável¹⁰³, tendo em vista que o valor da estatística KMO (Kaiser-Meyer-Olkin)¹⁰⁴ foi de 0,625. Outro teste realizado foi o teste de esfericidade de Bartlett que gerou o seguinte resultado $\chi^2_{Bartlett} = 532,130$ (Sig. $\chi^2_{Bartlett} < 0,05$ para 105 graus de liberdade). Com isso podemos rejeitar, ao nível de significância de 5%, que a matriz de correlações da tabela 9 seja igual a matriz identidade de mesma dimensão. Sendo, portanto, as correlações de Pearson estatisticamente diferentes de 0 podemos extrair as componentes a partir das variáveis originais e concluir que a ACP é bastante apropriada.

Demonstrada a adequação da ACP passarei para a análise do gráfico das variáveis (figura 8). A primeira componente (horizontal), responsável por 38,90%

¹⁰² Segundo Fávero e Belfiore (2017, p. 384-385) “embora a inspeção visual da matriz de correlações ρ não revele se a extração de fatores será, de fato, adequada, uma quantidade substancial de valores inferiores a 0,30 representa um preliminar indício de que a análise fatorial poderá ser inapropriada”.

¹⁰³ Há 6 níveis que medem a relação entre a estatística KMO e a adequação global da análise fatorial: muito boa, boa, média, razoável, má e inaceitável.

¹⁰⁴ “A estatística KMO fornece a proporção de variância considerada comum a todas as variáveis na amostra em análise, ou seja, que pode ser atribuída à existência de um fator comum. Essa estatística varia de 0 a 1, e, enquanto valores mais próximos de 1 indicam que as variáveis compartilham um percentual de variância bastante elevado (correlações de Pearson altas), valores mais próximos de 0 são decorrentes de correlações de Pearson baixas entre as variáveis, o que pode indicar que a análise fatorial será inadequada” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 385).

(autovalor igual à 5,834) da variância, difere os países entre aqueles com alto poder de coerção daqueles com baixo poder de coerção, trata-se, portanto, da variável que mede o *hard power* das nações. A segunda componente, responsável por 28,17% da variância (autovalor igual a 4,225), coloca em oposição os países com grande capacidade de exploração do poder brando contra aqueles com muito pouca possibilidade de utilizá-lo; é a componente do *soft power*.

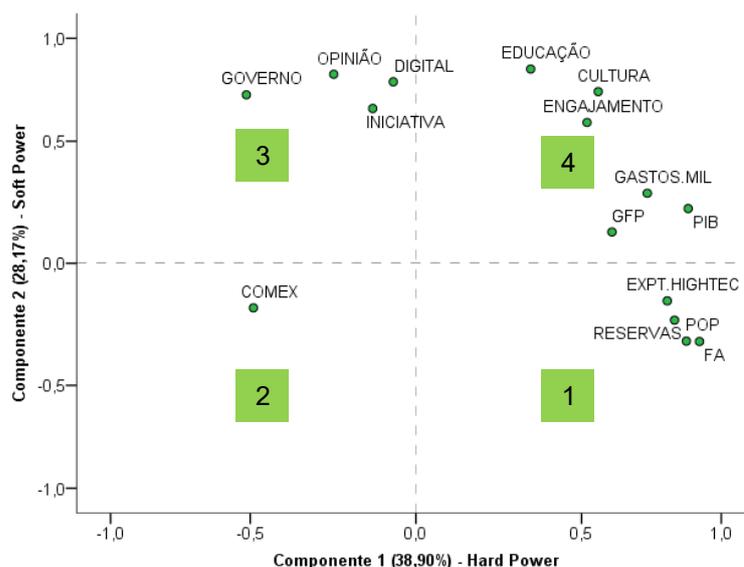
Tabela 9 - Correlação de Pearson entre variáveis de *soft power* e *hard power*

| Variáveis | Digital | Cultura | Negócios | Engajamento | Educação | Governo | Opinião | População | Forças Armadas | Gastos militares | GFP Index | PIB | Exp. de produtos hightec | COMEX | Reservas |
|--------------------------|---------|---------|----------|-------------|----------|---------|---------|-----------|----------------|------------------|-----------|-------|--------------------------|-------|----------|
| Digital | 1,000 | | | | | | | | | | | | | | |
| Cultura | ,482 | 1,000 | | | | | | | | | | | | | |
| Iniciativa | ,499 | ,253 | 1,000 | | | | | | | | | | | | |
| Engajamento | ,414 | ,860 | ,016 | 1,000 | | | | | | | | | | | |
| Educação | ,566 | ,791 | ,560 | ,600 | 1,000 | | | | | | | | | | |
| Governo | ,399 | ,186 | ,728 | ,020 | ,480 | 1,000 | | | | | | | | | |
| Opinião | ,504 | ,439 | ,537 | ,357 | ,539 | ,782 | 1,000 | | | | | | | | |
| População | -,402 | ,217 | -,139 | ,189 | ,064 | -,523 | -,354 | 1,000 | | | | | | | |
| Forças Armadas | -,234 | ,262 | -,285 | ,261 | ,083 | -,719 | -,515 | ,876 | 1,000 | | | | | | |
| Gastos militares | ,220 | ,554 | ,115 | ,359 | ,444 | -,199 | -,029 | ,462 | ,613 | 1,000 | | | | | |
| GFP index | ,229 | ,439 | ,496 | ,496 | ,274 | -,425 | -,102 | ,322 | ,479 | ,322 | 1,000 | | | | |
| PIB | ,099 | ,594 | ,103 | ,436 | ,436 | -,264 | -,036 | ,683 | ,738 | ,948 | ,388 | 1,000 | | | |
| Exp. de produtos hightec | -,277 | ,300 | ,121 | ,249 | ,174 | -,332 | -,230 | ,913 | ,743 | ,406 | ,298 | ,639 | 1,000 | | |
| COMEX | -,086 | -,398 | ,317 | -,489 | -,261 | ,181 | -,090 | -,289 | -,387 | -,302 | -,502 | -,362 | -,077 | 1,000 | |
| Reservas | -,282 | ,225 | ,012 | ,200 | ,097 | -,436 | -,263 | ,924 | ,806 | ,398 | ,353 | ,635 | ,888 | -,234 | 1,000 |

Fonte: Elaboração própria.

As cargas fatoriais das variáveis confirmam as assertivas do parágrafo anterior (tabela 10). Note que embora as variáveis de educação, cultura e engajamento estejam no lado positivo da componente 1 elas apresentam carga menor do que 7 das 8 que podemos associar ao *hard power* (marrom claro), portanto, em quase nada contribuindo para a variância do fator. Já na segunda componente as variáveis gastos militares, PIB e o índice GFP, que constituem o seu lado positivo, tem carga menor do que todas as outras referentes ao *soft power* (marrom escuro).

Figura 7 - Gráfico das variáveis - (soft power e hard power)



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 11 revela as comunalidades de cada um dos atributos, ou seja, “o percentual de variância compartilhada de cada variável original nos dois fatores extraídos” (FÁVERO e BELFIORE, 2017, p. 412). Os grandes destaques (em verde na tabela) são as contribuições do tamanho da população e das forças armadas (poder coercitivo) e da cultura e educação (poder brando) para a explicação da variância total do campo.

Tabela 10 - Cargas fatoriais

| Variáveis | Componente | |
|-------------------------------------|------------|-------|
| | 1 | 2 |
| Forças Armadas | ,917 | -,309 |
| PIB | ,875 | ,212 |
| População | ,868 | -,307 |
| Reservas | ,825 | -,220 |
| Exp. de produtos de alta tecnologia | ,798 | -,143 |
| Gastos militares | ,726 | ,274 |
| Global fire power index | ,603 | ,119 |
| Comércio exterior | -,489 | -,171 |
| Educação | ,336 | ,843 |
| Opinião | -,235 | ,817 |
| Digital | -,062 | ,780 |
| Cultura | ,556 | ,732 |
| Governo | -,513 | ,717 |
| Iniciativa | -,121 | ,651 |
| Engajamento | ,518 | ,586 |

Fonte: Elaboração própria.

No campo do poder das relações interestatais onde estariam então as posições dominantes? Vimos acima, no início do capítulo, de onde retiramos nossas primeiras impressões, um claro domínio dos EUA com uma ascensão chinesa ao posto de principal desafiante. Todavia, o que opõe esses países efetivamente? Por que eles parecem não ocupar o mesmo lugar no espaço, mesmo sendo claramente as duas nações dominantes entre os dominantes? Pela observação do gráfico das variáveis podemos, desde já, definir as principais posições do campo. Uma em que há a possibilidade do exercício do *hard power* e quase nenhuma da utilização do *soft power* (quadrante 1 da figura 8), outra em que praticamente inexiste a alternativa do uso de um ou do outro (quadrante 2 da figura 8), uma terceira em que os países detêm somente a capacidade de realização de um poder brando (quadrante 3 da figura 8) e, por fim, uma quarta onde a operação dos dois tipos de poder é perfeitamente factível (quadrante 4 da figura 8).

Tabela 11 - Comunalidades

| Variáveis | Extração |
|-------------------------------------|----------|
| População | ,848 |
| Forças Armadas | ,937 |
| Gastos militares | ,603 |
| Global fire power index | ,377 |
| PIB | ,810 |
| Exp. de produtos de alta tecnologia | ,657 |
| Comércio exterior | ,269 |
| Reservais | ,728 |
| Digital | ,612 |
| Cultura | ,845 |
| Iniciativa | ,439 |
| Engajamento | ,612 |
| Educação | ,824 |
| Governo | ,776 |
| Opinião | ,723 |

Fonte: Elaboração própria.

Quanto mais acima e à direita (quadrante 4) maior a probabilidade de um Estado conseguir dominar todos os outros, pois uma combinação ótima de poder coercitivo e brando (*smart power*) poderá ser utilizada. Há alguns requisitos para um país ocupar essa posição, costumeiramente denominada de *hegemon*, que geralmente é única já que ocupada por uma só nação. É imprescindível que esta nação seja grande. Posso citar aqui dois exemplos. O Império Romano tinha uma

população estimada em 165 EC de 59 a 72 milhões de pessoas em 3,8 milhões de km² (SCHEIDEL, 2008) — aproximadamente as áreas de Índia e Ucrânia somadas e o Império Britânico em 1939, já próximo ao seu fim, possuía uma população ao entorno de 500 milhões de pessoas em uma área de aproximadamente 12,5 milhões de km² (FERGUSON, 2004) — área 25,19% maior que a do atual Canadá. Além disso populações (POP) maiores permitem forças armadas (FA) maiores, que, somados à produção de bens e serviços (PIB) viabilizam a sustentação de gastos militares (GASTOS.MIL) e um poder global de fogo (GFP) cada vez maior. Enormes quantidades de reserva de moeda forte (RESERVAS) e a exportação de produtos de alta tecnologia (EXPT.HIGHTEC) também garantem a manutenção da imposição de vontades.

Ocorre que, diferentemente de outras épocas, a forma do atual sistema mundial não pode ser assegurada pela sobreposição de um poder unicamente imperial. Muito embora o poder seja fluxo, e, portanto, não seja algo que possa ser simplesmente armazenado, impor uma vontade a alguém requer tomadas de posição pelo *hegemon* que sejam menos custosas e mais produtivas.

Não necessariamente um país deve ter poder de força para exercer certas cargas de poder brando. Esta é certamente uma exigência para o ocupante de posições dominantes dentro do campo do poder, todavia para os dominados deste campo esta não é uma verdade inquestionável. Isso, inclusive, se apresenta como uma vantagem dentro do jogo, pois permite que os dominados possam também competir. Essa também é uma das questões que faz o sistema mundial ser um campo e não um aparato. O jogo é jogado conforme a posição de um país no espaço. Nações que circundam a fronteira dos quadrantes 3 e 4 tem ampla capacidade de alcançar resultados desejados com os recursos de que dispõem.

Indubitavelmente, quando se trata do campo do sistema internacional a força bruta militar nunca pode ser desconsiderada, ela sempre paira sobre a vontade e limita as ações dos dominados, contudo, é no âmbito do *soft power* que as disputas se assemelham àquelas que estamos mais acostumados a discutir no interior da sociologia, ou seja, apresentam a característica de uma competição para saber quem tem o direito legítimo para dizer o que é certo e o que é errado, o que é bom ou o que é ruim (BOURDIEU, 2021), pois como sustenta Nye (2011, p. 92, tradução nossa) “a legitimidade é uma realidade de poder. Lutas competitivas pela legitimidade fazem

parte do processo de aumentar ou privar atores de *soft power*, e isso é especialmente verdadeiro na era da informação do século XXI”.

A variável objetiva “educação” apresenta a maior carga fatorial dentre àquelas que contribuem para a variância na segunda componente e também a quarta maior comunalidade entre todas as variáveis. Todo o país que possui elevados valores no índice de educação tem maior probabilidade de obter ganhos de poder difuso. Aqui a terminologia de Mann é completamente adequada, uma vez que a ideologia como fonte de poder é um dos poderes difusos por excelência. A educação é, portanto, fator fundamental na difusão da ideologia/valores vigorantes em determinado país, isto porque, a capacidade de uma nação em atrair estudantes internacionais ou facilitar intercâmbios é uma ferramenta poderosa de diplomacia pública que gera retornos a longo prazo (PORTLAND PR LIMITED, 2019). Estudantes internacionais que retornam aos seus Estados de origem muitas vezes se tornam defensores de seus países anfitriões de estudo e ajudam a espalhar a sua cultura e ideais pelo mundo afora. Além disso, de acordo com Zhe Wang, Natalya Hanley, et al. (2024, p. 13, tradução nossa)

Os resultados mostram que os estudantes internacionais retornados podem estimular a inovação tecnológica na indústria, promover a modernização industrial, fortalecer a capacidade de pesquisa, transmitir conhecimento e impulsionar reformas nos sistemas de ensino superior. Além disso, os retornados podem atuar como agentes cruciais na formação de sociedades mais cívicas e inclusivas em seus países de origem. A literatura descreve como eles se envolvem ativamente nas arenas políticas locais, propagam ideais e valores democráticos e participam das transformações sociais e políticas de suas comunidades por meio de várias formas.

A citação acima nos leva então a conjugar os esforços de educação com as variáveis “cultura” (maior comunalidade entre os atributos de *soft power*) e “governo”. Como este último subíndice mede até que ponto um país possui um modelo de governança atraente e o quão eficazmente pode proporcionar resultados positivos para seus cidadãos ele consegue captar o grau em que os países são atraídos por Estados com sistemas de governo bem estruturados e funcionais (PORTLAND PR LIMITED, 2019). O Japão, da Restauração Meiji no final do século XIX, é um bom exemplo disso. Após um longo período de isolamento sob o governo do xogunato Tokugawa, o arquipélago asiático percebeu que precisava se modernizar para evitar a colonização por potências ocidentais, que estavam expandindo suas esferas de

influência na Ásia. Durante este processo, iniciado em 1868, os líderes japoneses olharam para o Ocidente, especialmente para a Europa, em busca de modelos de governança, desenvolvimento econômico e modernização militar.

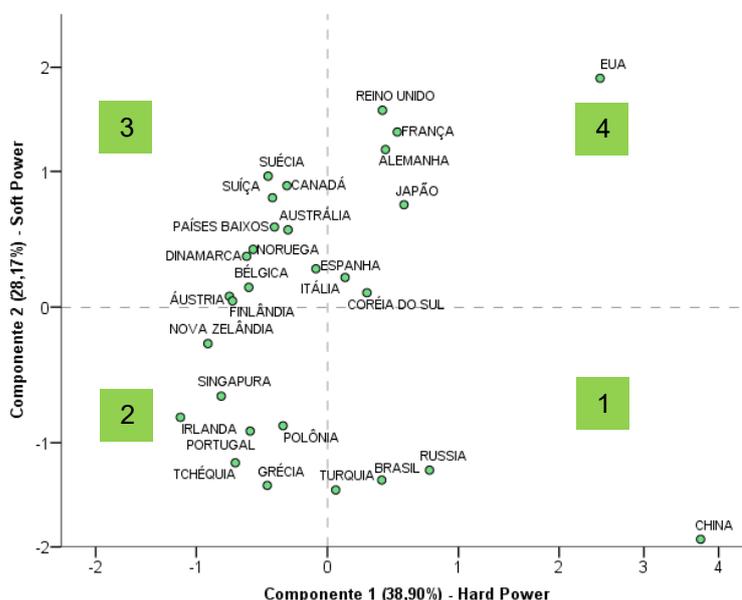
Somada à capacidade de levar adiante a educação desenvolvida no país dominante e à operacionalidade do governo que serve como modelo para os demais, a cultura é, inequivocamente, outro meio pelo qual os valores nacionais podem ser transmitidos. Por exemplo, a influência cultural norte-americana no Japão, pós-segunda guerra, foi muito significativa para os japoneses, haja vista eles passarem a absorver cada vez mais elementos da cultura do país dominante, tais como a música, o cinema e o estilo de vida urbano, especialmente nas grandes cidades como Tóquio e Osaka. Isso acabou por resultar em uma mescla única entre tradições japonesas e influências ocidentais, que permanece até hoje. Neste caso específico a imposição veio primeiro pela força, todavia os EUA só conseguiram manter a lealdade do Japão desde lá por meio da adoção de estratégias mais brandas de poder. Seria o que vem se convencendo chamar de “poder inteligente”.

A figura 9 contendo a distribuição espacial dos países nos auxilia ainda mais na compreensão do que vem sendo apresentado. Há, basicamente, duas nações ocupando a posição de dominantes quando o *hard power* é o atributo principal. EUA e China, neste sentido, se opõem aos demais países. Com efeito eles se diferem quando o capital a ser acumulado diz respeito a possibilidade de empreender um poder de persuasão maior. Como mostra o gráfico dos indivíduos ninguém está tão habilitado para o exercício do *smart power* quanto os EUA (veja o quadrante 4 da figura 8).

A China é um caso curioso, pois, ao mesmo tempo que detém amplo poder coercitivo não realiza incursões militares fora do seu território (ou de áreas que julga não serem suas). Sua postura é muito mais defensiva quando se trata de questões militares quando comparada aos EUA, por exemplo. Todavia, seu poder de fogo cresce para garantir sua expansão econômica, ou, em outras palavras, para mostrar aos seus adversários no campo econômico quais são os limites de suas possíveis intervenções. A China reconhece seu lugar de potência dominante, sabe das dificuldades em desafiar o *hegemon*, único país com real potencial de utilizar o poder de maneira ótima. O fato de a China começar a se abrir no pós década de 1970 lhe permitiu aprender a como agir com as disposições que lhe eram possíveis. Assim,

quando o sistema mundial muda a sua forma no início da década de 1990 a China não só está preparada para o jogo como entende perfeitamente que novas posições dentro do campo demandam novas tomadas de posição. A China vai reconhecendo o terreno e se capacitando para agir conforme sua posição. Neste sentido, é interessante observar como a Rússia parece não ter entendido o seu novo lugar no sistema mundial. Com um baixíssimo índice de *soft power* e com um *hard power* ancorado principalmente em seu poder militar a Rússia parece ainda não ter ajustado as suas ações à sua posição.

Figura 8 - Gráfico dos indivíduos (*soft power* e *hard power*)



Fonte: Elaboração própria.

Um outro fator interessante de ser abordado diz respeito a segunda componente. Há uma clara divisão entre os países do “ocidente”, com alto grau de *soft power* e com forte alinhamento aos EUA, e os países com baixo nível de poder brando, mais destacadamente aqueles que estão mais à direita e abaixo no gráfico (Turquia, Brasil, Rússia e China). Embora a Índia não faça parte desta amostra, certamente o grupo que se opõe aqui está na composição inicial do BRICS. Teoricamente, poderíamos considerar dois blocos ocupando posições distintas no campo do poder, um liderado pelos EUA e outro pela China. O primeiro com muito mais viabilidade de se impor aos demais do que o segundo.

EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Japão são muito mais coesos em suas ações e tendem a atrair diversas nações para a sua esfera de influência. Se observarmos os países que estão às margens do poder (quadrante 2), mas que são Estados com razoável inserção relativa no sistema mundial — fato que dificilmente seria diferente, pois uma das principais características que diferencia nações muito grandes e grandes e nações pequenas é a relação negativa entre o tamanho do país e a participação do comércio exterior no produto nacional bruto (PNB)¹⁰⁵ (PERKINS e SYRQUIN, 1989) — vamos perceber que eles possuem mais afinidades com o grupo dos quadrantes 3 e 4 do que com os do quadrante 1.

Neste instante podemos chegar a duas conclusões. A China ainda deve percorrer um longo caminho para se tornar um *hegemon*, tendo em vista as imensas dificuldades que encontra na imposição de seus valores aos outros países. Ela precisará trabalhar e muito na construção de um *soft power* mais assertivo, subvertendo os parâmetros ideológicos impostos pelo ocidente. Conseqüentemente isso nos leva segunda conclusão que é a dificuldade dos BRICS em terem uma pauta mais alinhada, uma vez que a China não consegue liderar os demais Estados além da sua força econômica. Não há uma sinergia política e ideológica entre eles porque não há quem os lidere em termos culturais. Países como Brasil, Índia e Turquia não sabem muito por onde navegar, pois seu razoável poder impositivo lhes apresenta possibilidades de um futuro talvez promissor em termos de posição de poder. Pensemos no caso do Brasil, país com baixíssimo *soft power*, mas com um *hard power* não desprezível devido ao seu tamanho. Seria interessante se aliar incondicionalmente ao *hegemon* (ao qual já estamos repletos de sua cultura) e abdicar de uma posição de mais destaque em termos de poder no futuro — posição esta que talvez nunca se alcance? Os tamanhos destas típicas economias em desenvolvimento podem ser considerados, portanto, um mal, pois não lhes permite ter a clareza necessária para as suas tomadas de posição. Este é um problema que não precisa mais ser enfrentado pela China que ocupa uma posição bem clara entre os EUA (potência hegemônica) e os demais países. O que deve ser disputado no sistema mundial é a competência para o exercício do *soft power*.

¹⁰⁵ Lembrando a diferença entre PIB e PNB: PIB mede a produção dentro do território de um país, independentemente da nacionalidade dos produtores. PNB mede a produção dos nacionais de um país, independentemente de onde eles estejam produzindo.

Essas primeiras conclusões referentes ao campo do poder do sistema mundial são uma prova de como o poder atua como o processo que materializa o padrão de organização em uma estrutura. Poderíamos fazer tal análise em qualquer época se tivéssemos a quantidade de dados e informações que dispomos hoje. Naturalmente, os contextos seriam outros, as unidades fundamentais que se relacionam no sistema não seriam os Estados Nacionais como conhecemos hoje, mas ainda assim Estados, agrupamentos de pessoas definidos se sobrepondo uns aos outros.

Não sabemos o rumo que o sistema vai seguir, a forma que irá adotar, mas conhecemos o seu padrão expansivo. Conforme as redes de poder vão se alterando as estruturas também se modificam para garantir a ampliação do sistema. Mann (2020) demonstrou que durante a idade média as tecnologias se adaptaram ao novo marco de poder ideológico que sobrepujava em relação aos demais. Como o mundo era outro as tecnologias deixaram de ser horizontais (o aqueduto romano, por exemplo) para se tornarem verticais (as novas formas de construção que se adaptavam agora às alturas dos céus). O mundo poderia se expandir agora, não só horizontalmente, mas também verticalmente. E isso para ficar apenas em uma visão eurocêntrica. Se voltarmos nossos olhos para a Ásia no período entre 1250 e 1350 tínhamos uma China que desempenhava um papel crucial nesse sistema mundial aperfeiçoando várias inovações tecnológicas que influenciaram o comércio global, entre elas, o uso da pólvora, a bússola (essencial para a navegação), e a impressão com tipos móveis (ABU-LUGHOD, 1959).

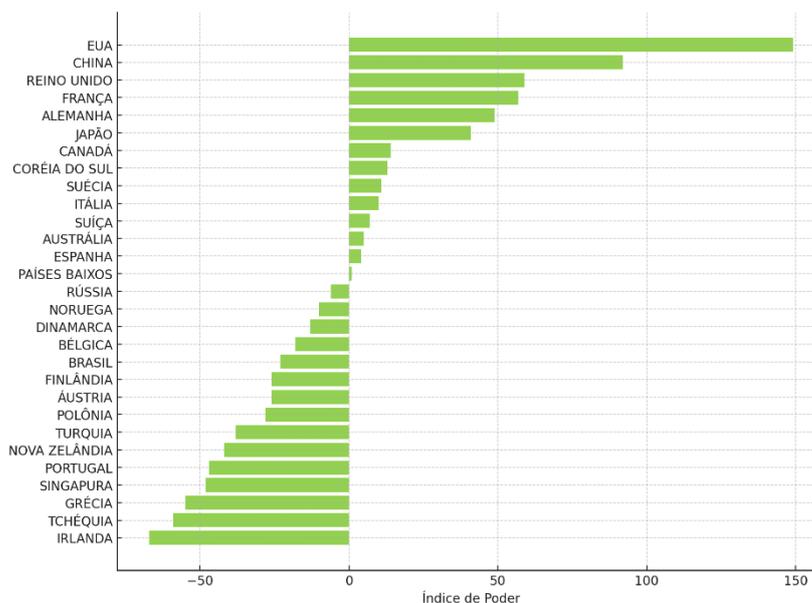
O mundo se expandia no passado como continua a se ampliar hoje em dia porque a expansão não é somente econômica. Ela também é econômica, pois capital vem sendo acumulado em forma de investimento e desenvolvimento tecnológico desde muito tempo antes de 1400, contudo, havia investimento até mesmo na infraestrutura ideológica (simbólica), tanto no culto ao estado quanto à religião (FRANK e GILLS, 1993b). Todos esses investimentos aumentavam as necessidades humanas e estendiam o sistema a fim de saciá-las. Assim, todo novo elemento (material ou imaterial) inserido no mundo ia se ajustando dentro da estrutura moldada pelas formas de organização impostas pelo poder.

É, portanto, o caráter da disputa pelo poder entre EUA e China — embora ainda não estejamos vivendo em um mundo bipolar como alguns acreditam (BEKKEVOLD e TUNSJØ, 2022), pois, como visto, os dois países ainda não ocupam posições

semelhantes no espaço — que consagra a atual forma da ordem mundial. São as combinações ótimas — ou as contendas por obtê-las — de *soft power/hard power* (NYE, 2011) e de poder difuso (ideológico e político)/poder impositivo (econômico e militar) (MANN, 2020) que dão ao seu detentor o domínio da formatação da estrutura.

A fim de obter uma classificação hierárquica elaborei um índice de poder¹⁰⁶ para as nações de acordo com a sua posição no campo do sistema mundial. O resultado, expresso na figura 10, revela uma ampla vantagem dos EUA em relação à China e desta para um terceiro grupo de dominantes composto por Reino Unido, França, Alemanha e Japão.

Figura 9 - Posição dos países de acordo com o índice de poder



Fonte: Elaboração própria.

Analisado o campo do poder, propriamente dito, avançarei para a análise de cluster contendo todos os 49 países da amostra. A ideia é, desde já, apontar algumas características que aproximam e separam os grupos de países antes de finalizar a análise com a ACP. A partir do esquema de aglomeração (tabela 12) e do dendrograma (figura 11) gerado com base nas 89 variáveis das tabelas 6, 7 e 8 distinguem-se três grupos de nações: EUA e China, Índia e Rússia e o restante dos países.

¹⁰⁶ A fórmula adotada para a elaboração do índice foi “Poder=(0,3890×C_{1i})+(0,2817 ×C_{2i})×100” em que C₁ e C₂ são as componentes e i são as linhas (países).

O primeiro destes grupos, formado por China e EUA, é àquele mais apartado de todos os outros, conforme demonstra o corte realizado pela linha verde no dendrograma (figura 11) e o salto dado nos coeficientes dos estágios 47 e 48 do esquema de aglomeração (Tabela 12). Estes dois países formariam, portanto, um cluster distinto devido às suas economias gigantescas, poderio militar, inovação tecnológica e influência geopolítica global¹⁰⁷. Ambos têm PIBs significativamente maiores do que a maioria dos outros países, altos gastos militares e são grandes exportadores e importadores de tecnologia e recursos.

O segundo *cluster* composto por Índia e Rússia (ligações entre as linhas vermelha e verde na figura 11) decorre de semelhanças referentes às forças armadas de grande porte, apenas menores em seu conjunto do que EUA e China. Enquanto a Índia detém o 2º maior contingente militar ativo do mundo com 1,455 milhões de pessoas a Rússia, em 4º lugar, tem 1,328 milhões de pessoas. Quanto à reserva de militares a situação se inverte com a Rússia em 2º lugar com 2 milhões de reservistas e a Índia em 5º com 1,155 milhões de reservistas. Ambas são potências nucleares e estão na 3ª e 4ª posição em gastos militares com a Rússia despendendo US\$ 81,363 bilhões e a Índia US\$ 75,013 bilhões. Em polos opostos com relação à exportação e importação de armas os dois países mostram a relevância dada a tal objeto de defesa. A Índia ocupa, nada mais nada menos do que a 1ª colocação entre os importadores de armas, ao passo que a Rússia é a terceira maior exportadora. Índia e Rússia também estão muito próximas no que se refere ao número de empresas entre as 100 maiores fabricantes de armas do mundo tendo a Índia 3 companhias listadas e a Rússia 2.

Em termos econômicos compõem as 10 maiores economias do mundo, detinham até 2022 o 5º (Rússia) e 6º (Índia) maior volume de reservas em moeda estrangeira e a 5ª (Índia) e 6ª (Rússia) posição em grandeza de poupança bruta. Além

¹⁰⁷ É importante mencionar aqui, para que o leitor não estranhe, que o baixo *soft power* chinês não tem relação direta com sua preponderância geopolítica, pois essa deriva de seu tamanho e tem muito mais conexão com aspectos vinculados ao *hard power*. A influência geopolítica da China cresceu significativamente nas últimas décadas, posicionando-a como um jogador-chave nas dinâmicas de poder global por causa de sua enorme economia e de diversas iniciativas estratégicas, como o seu papel nas transições globais de energia (FREEMAN, 2023) e seu envolvimento cada vez mais profundo com países como o Paquistão (DURRANI, 2023) — como será visto mais adiante o Paquistão é um adversário da Índia, país que denomino como postulante à desafiante e, portanto, um sério adversário Chinês. Além disso, a ascensão da economia chinesa, impulsionada por sua estratégia de "rejuvenescimento nacional", tem incentivado movimentos geopolíticos assertivos, como a tentativa de promover um mundo "multipolar" e a competição com os Estados Unidos, especialmente em questões como Taiwan (OLSEN e MATTHEWS, 2024).

disso, tanto a Rússia quanto a Índia enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito à infraestrutura e desenvolvimento econômico. Embora suas economias sejam de grande escala, a necessidade de modernizar infraestruturas, especialmente nas áreas rurais, é um ponto em comum — as duas economias estão muito longe dos países desenvolvidos em termos de despesa em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, com a Rússia gastando apenas 1,04% do PIB e a Índia 0,66%. Outro ponto estrutural em comum dessas duas economias diz respeito ao baixo índice de complexidade econômica que elas apresentam.

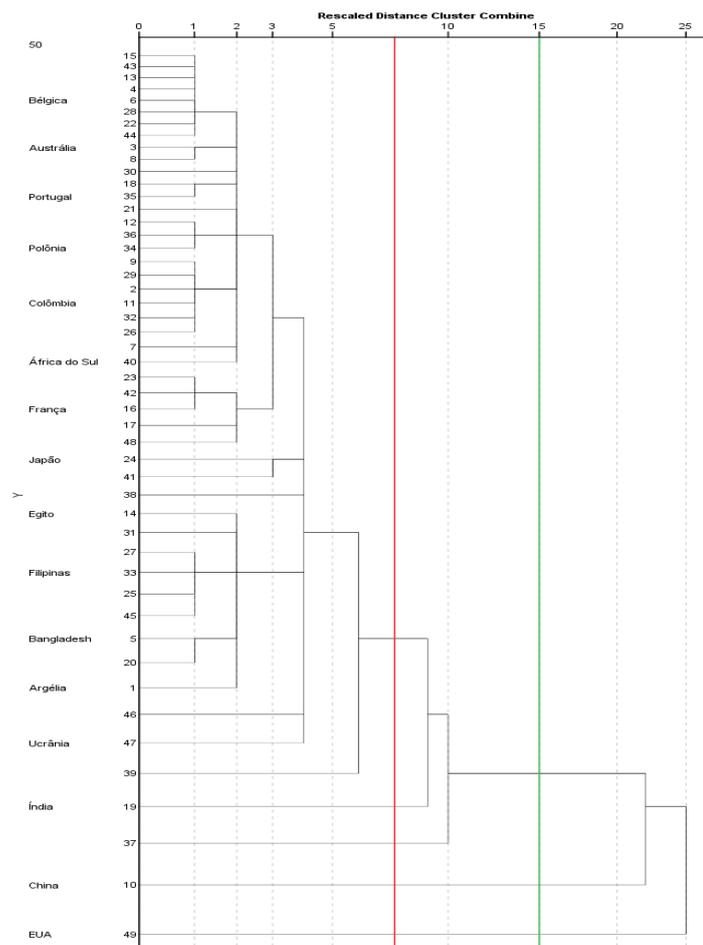
Tabela 12 - Esquema de aglomeração

| Esquema de Aglomeração | | | | | | |
|------------------------|-------------------|---------------------|--------------|-----------------------|-----------|-----------------|
| Estágio | Cluster Combinado | | Coeficientes | 1º estágio do cluster | | Próximo estágio |
| | Cluster 1 | Cluster 2 | | Cluster 1 | Cluster 2 | |
| 1 | Finlândia (15) | Suécia (43) | 11,696 | 0 | 0 | 2 |
| 2 | Dinamarca (13) | Finlândia (15) | 16,836 | 0 | 1 | 11 |
| 3 | Chile (9) | Nova Zelândia (29) | 20,371 | 0 | 0 | 20 |
| 4 | Tchéquia (12) | Romênia (36) | 21,321 | 0 | 0 | 9 |
| 5 | Argentina (2) | Colômbia (11) | 21,946 | 0 | 0 | 10 |
| 6 | Austrália (3) | Canadá (8) | 22,071 | 0 | 0 | 23 |
| 7 | Itália (23) | Espanha (42) | 23,979 | 0 | 0 | 21 |
| 8 | Grécia (18) | Portugal (35) | 24,407 | 0 | 0 | 27 |
| 9 | Tchéquia (12) | Polônia (34) | 28,873 | 4 | 0 | 28 |
| 10 | Argentina (2) | Peru (32) | 29,543 | 5 | 0 | 15 |
| 11 | Áustria (4) | Dinamarca (13) | 30,308 | 0 | 2 | 16 |
| 12 | Bélgica (6) | Países Baixos (28) | 30,447 | 0 | 0 | 16 |
| 13 | Marrocos (27) | Filipinas (33) | 31,690 | 0 | 0 | 17 |
| 14 | Malásia (25) | Taiilândia (45) | 32,242 | 0 | 0 | 17 |
| 15 | Argentina (2) | México (26) | 34,043 | 10 | 0 | 20 |
| 16 | Áustria (4) | Bélgica (6) | 34,910 | 11 | 12 | 19 |
| 17 | Malásia (25) | Marrocos (27) | 37,506 | 14 | 13 | 25 |
| 18 | Bangladesh (5) | Indonésia (20) | 39,918 | 0 | 0 | 25 |
| 19 | Áustria (4) | Israel (22) | 40,530 | 16 | 0 | 22 |
| 20 | Argentina (2) | Chile (9) | 41,024 | 15 | 3 | 28 |
| 21 | França (16) | Itália (23) | 41,185 | 0 | 7 | 34 |
| 22 | Áustria (4) | Suíça (44) | 43,564 | 19 | 0 | 23 |
| 23 | Austrália (3) | Áustria (4) | 47,587 | 6 | 22 | 24 |
| 24 | Austrália (3) | Noruega (30) | 48,505 | 23 | 0 | 27 |
| 25 | Bangladesh (5) | Malásia (25) | 50,323 | 18 | 17 | 29 |
| 26 | Egito (14) | Paquistão (31) | 52,521 | 0 | 0 | 35 |
| 27 | Austrália (3) | Grécia (18) | 52,678 | 24 | 8 | 32 |
| 28 | Argentina (2) | Tchéquia (12) | 56,446 | 20 | 9 | 33 |
| 29 | Argélia (1) | Bangladesh (5) | 58,318 | 0 | 25 | 35 |
| 30 | Brasil (7) | África do Sul (40) | 58,864 | 0 | 0 | 33 |
| 31 | Alemanha (17) | Reino Unido (48) | 60,250 | 0 | 0 | 34 |
| 32 | Austrália (3) | Irlanda (21) | 66,752 | 27 | 0 | 36 |
| 33 | Argentina (2) | Brasil (7) | 66,876 | 28 | 30 | 36 |
| 34 | França (16) | Alemanha (17) | 70,654 | 21 | 31 | 37 |
| 35 | Argélia (1) | Egito (14) | 71,849 | 29 | 26 | 39 |
| 36 | Argentina (2) | Austrália (3) | 72,377 | 33 | 32 | 37 |
| 37 | Argentina (2) | França (16) | 93,912 | 36 | 34 | 40 |
| 38 | Japão (24) | Coreia do Sul (41) | 96,150 | 0 | 0 | 40 |
| 39 | Argélia (1) | Turquia (46) | 111,088 | 35 | 0 | 41 |
| 40 | Argentina (2) | Japão (24) | 113,084 | 37 | 38 | 42 |
| 41 | Argélia (1) | Ucrânia (47) | 116,011 | 39 | 0 | 43 |
| 42 | Argentina (2) | Arábia Saudita (38) | 122,618 | 40 | 0 | 43 |
| 43 | Argélia (1) | Argentina (2) | 123,771 | 41 | 42 | 44 |
| 44 | Argélia (1) | Singapura (39) | 175,980 | 43 | 0 | 45 |
| 45 | Argélia (1) | Índia (19) | 292,278 | 44 | 0 | 46 |
| 46 | Argélia (1) | Rússia (37) | 309,098 | 45 | 0 | 47 |
| 47 | Argélia (1) | China (10) | 728,792 | 46 | 0 | 48 |
| 48 | Argélia (1) | EUA (49) | 831,571 | 47 | 0 | 0 |

Fonte: Elaboração própria.

O último grupo que está representado por todas as ligações à esquerda da linha vermelha do dendrograma (figura 11) é o reflexo da disparidade de poder que encontramos no atual sistema mundial. A grandiosidade dos 4 integrantes dos outros grupos faz aproximar países tão díspares quanto as nações do norte europeu e os países africanos. É, portanto, a grandiosidade e a magnitude do poder que modela o espaço onde os indivíduos atuam. Os primeiros estágios — 1 a 10, por exemplo — envolvem clusters com coeficientes relativamente baixos, indicando fusões de elementos ou clusters que são mais semelhantes entre si. E, este ritmo segue até o estágio 44. Nos estágios posteriores — 45 e além — os coeficientes são muito mais altos, mostrando a fusão de clusters que estavam muito distantes em termos de similaridade.

Figura 10 - Dendrograma



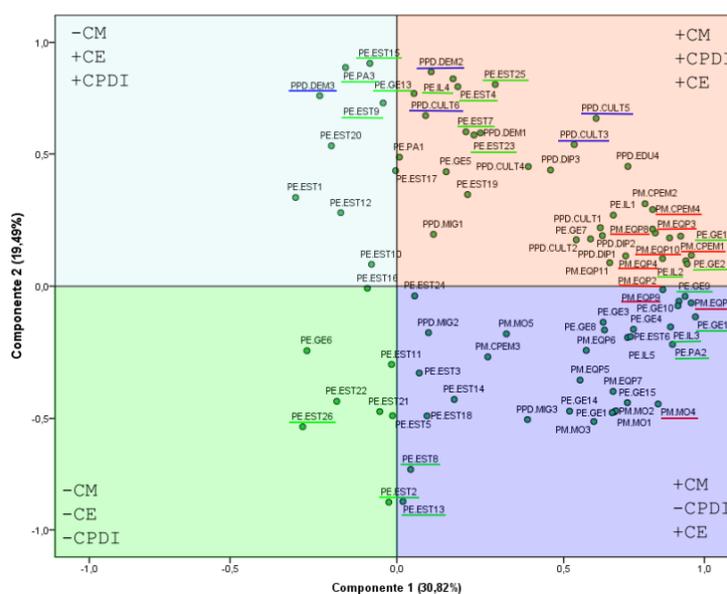
Fonte: Elaboração própria.

outro período. Veremos agora como o campo do sistema mundial está estruturado a partir da ACP mais detalhada apresentada no capítulo anterior.

4.3 A estrutura do sistema mundial

A figura 13 traz o gráfico das variáveis onde podemos, a partir dele, definir as principais posições do campo. De modo geral temos na componente 1 uma clara oposição entre aqueles que detém capacidade de poder coercitivo e aqueles que não detém. A divisão aqui aponta para uma nítida divisão entre dominantes e dominados. As unidades mais à direita seriam os dominantes e os mais à esquerda os dominados. **As variáveis destacadas em vermelho** na figura 13 são aquelas referentes ao poder militar e que estão entre as maiores carga fatoriais da componente 1 conforme os valores apresentados na tabela 13. As outras variáveis com altas cargas fatoriais na componente 1 estão ligadas ao poder econômico (**destaque em verde**), mais especificamente à grandeza econômica, a infraestrutura e logística e proteção ambiental — na verdade essa última vertente revela que países com maior emissão de CO₂, portanto, com maior poluição, estão em posição de dominância (tabela 13).

Figura 12 - Gráfico das Variáveis (campo do sistema mundial)



Fonte: elaboração própria.

A 2ª componente por sua vez representa uma distinção entre países de acordo sua estrutura econômica e sua capacidade de influência devido a uma maior capacidade de exercício de poder político e ideológico (destaque em azul). As variáveis em verde acima e abaixo revelam o caráter estrutural da desigualdade com os indivíduos que ocupam a parte negativa do gráfico tendo uma porcentagem maior do valor adicionado do setor agrícola no PIB, grandes números de população e emprego rural e um alto grau de informalidade da economia (tabela 13). Em contraste os países do polo positivo possuem maiores despesas em P&D, seu PIB per capita é consideravelmente maior, o setor de serviço é muito mais desenvolvido, os índices de complexidade da economia e de inovação estão em níveis muito mais altos e seus índices de *soft power*, democracia e cultura também se destacam (tabela 13).

Tabela 13 - Cargas Fatoriais (sistema mundial)

| Variável | Componente 1 | Variável | Componente 2 |
|---|--------------|--|--------------|
| Contingente militar ativo (PM.MO4) | ,827 | PIB per capita (PE.GE13) | ,762 |
| Caças (PM.EQP1) | ,950 | Banda larga de internet (PE.IL4) | ,829 |
| Aeronaves de ataque (PM.EQP2) | ,844 | Valor adicionado do setor agrícola (PE.EST2) | -,869 |
| Aeronaves de missão especial (PM.EQP3) | ,817 | Valor adicionado do setor de serviços (PE.EST4) | ,793 |
| Helicópteros de ataque (PM.EQP4) | ,843 | Despesas em P&D (PE.EST7) | ,594 |
| Porta-aviões (PM.EQP8) | ,807 | População rural (PE.EST8) | -,720 |
| Submarinos (PM.EQP9) | ,904 | População urbana (PE.EST9) | ,720 |
| Destróiers (PM.EQP10) | ,930 | Empregos na agricultura (PE.EST13) | -,866 |
| Gastos militares dos países (PM.CPEM1) | ,869 | Empregos no setor de serviços (PE.EST15) | ,901 |
| Número de empresas entre as 100 maiores fabricantes de armas (PM.CPEM4) | ,807 | ECI (PE.EST23) | ,580 |
| PIB (PE.GE2) | ,950 | Índice de inovação global (PE.EST25) | ,803 |
| Formação bruta de capital (PE.GE9) | ,927 | Tamanho da economia informal do país (PE.EST26) | -,535 |
| Poupança bruta (PE.GE10) | ,900 | Índice de performance ambiental (PE.PA3) | ,882 |
| Despesas de consumo final (PE.GE11) | ,910 | Número de museus entre os 100 mais visitados do mundo (PPD.CULT3) | ,539 |
| PIB PPP (PE.GE12) | ,965 | Índice de softpower (subjeto) (PPD.CULT5) | ,652 |
| Ferrovias (PE.IL2) | ,935 | Índice de poder linguístico (PL1) por país (medido a partir da proficiência em inglês) (PPD.CULT6) | ,664 |
| Rodovias (PE.IL3) | ,873 | Índice de desenvolvimento de governo eletrônico (PPD.DEM2) | ,861 |
| Emissões de CO2 (PE.PA2) | ,880 | Índice de liberdade (PPD.DEM3) | ,752 |

Fonte: elaboração própria.

OBS: Valores referentes ao polo negativo em rosa.

A tabela 14 mostra a proporção da variância de cada variável que é explicada pelos componentes extraídos (comunalidades), isto é, indica o quanto de informação contida em cada variável original é capturada pelos componentes principais, ou seja, o quanto essa variável "contribui" para a explicação da variabilidade no conjunto de dados. As variáveis com valores de extração próximos de 1, como o PIB PPP (0,943), o PIB nominal (0,915), e a propriedade de caças (0,905), indicam que quase toda a variabilidade dessas variáveis está sendo capturada pelos componentes principais extraídos. Isso significa que essas variáveis têm uma forte relação com os componentes e fornecem informações significativas para a formação deles. Por outro lado, variáveis como força de trabalho (0,695) e índice de inovação global (0,725) têm comunalidades mais baixas, o que indica que nem toda a variabilidade dessas variáveis está sendo explicada pelos componentes. Isso pode significar que essas variáveis não estão tão correlacionadas com os componentes principais ou que estão associadas a fatores que não foram capturados completamente pela análise. De qualquer modo, as comunalidades estão acima de 0,7, o que indica que a maior parte das variáveis tem uma boa representação nos componentes principais. Isso sugere que a maior parte da variabilidade nas variáveis foi bem capturada, o que torna a ACP eficiente para esse conjunto de dados.

Tabela 14 - Comunalidades (sistema mundial)

| Variável | Extração | Variável | Extração |
|--|----------|---|----------|
| PIB PPP (PE.GE12) | ,943 | Índice de softpower (subjetivo) (PPD.CULT5) | ,795 |
| PIB (PE.GE2) | ,915 | Gastos militares dos países (PM.CPEM1) | ,784 |
| Caças (PM.EQP1) | ,905 | Rodovias (PE.IL3) | ,782 |
| Ferrovias (PE.IL2) | ,879 | Valor adicionado do setor agrícola (PE.EST2) | ,755 |
| Contingente militar ativo (PM.MO4) | ,878 | Índice de desenvolvimento de governo eletrônico (PPD.DEM2) | ,750 |
| Destróiers (PM.EQP10) | ,872 | Empregos na agricultura (PE.EST13) | ,749 |
| Formação bruta de capital (PE.GE9) | ,860 | Número de empresas entre as 100 maiores fabricantes de armas (PM.CPEM4) | ,729 |
| Despesas de consumo final (PE.GE11) | ,860 | Índice de inovação global (PE.EST25) | ,725 |
| Submarinos (PM.EQP9) | ,819 | Helicópteros de ataque (PM.EQP4) | ,721 |
| Emissões de CO2 (PE.PA2) | ,817 | Número de universidades entre as 200 melhores do mundo (PPD.EDU4) | ,718 |
| Empregos no setor de serviços (PE.EST15) | ,817 | Aeronaves de ataque (PM.EQP2) | ,713 |
| Poupança bruta (PE.GE10) | ,815 | Banda larga de internet (PE.IL4) | ,712 |
| Índice de performance ambiental (PE.PA3) | ,798 | Força de trabalho (PE.GE15) | ,703 |

Fonte: elaboração própria.

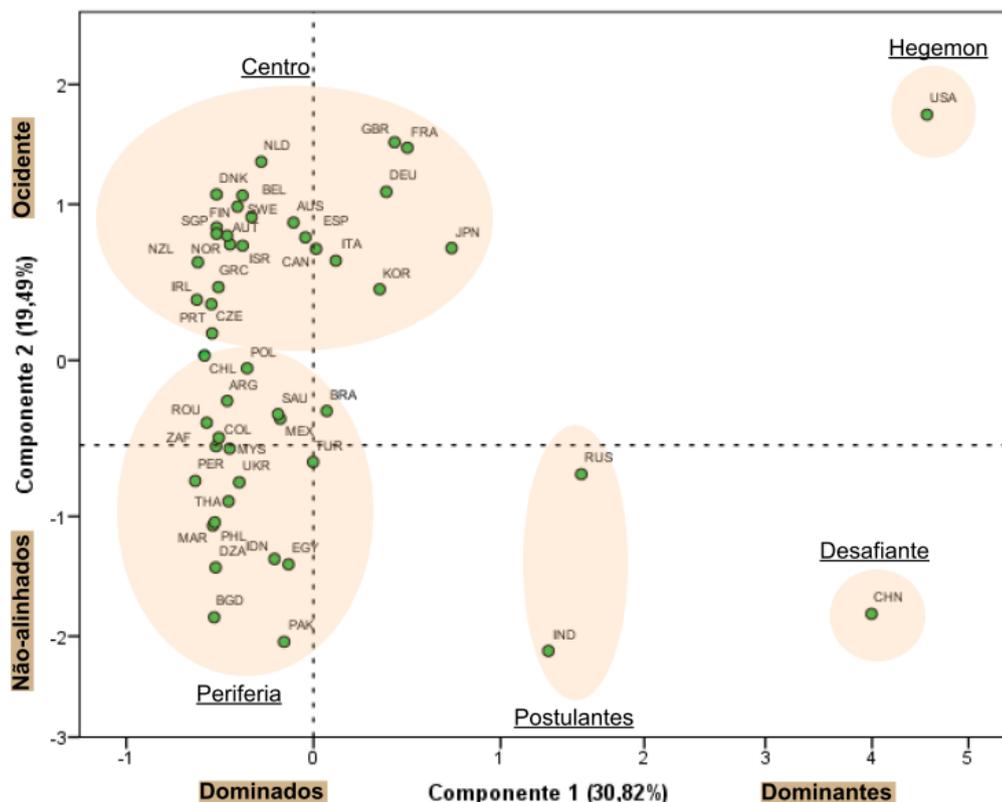
O que os números mostram até aqui é uma relevância das características de poder impositivo na modulação do sistema. Embora sozinho ele tenha a capacidade de ser eficaz, na medida em que garante em alto grau a soberania de um país, sua eficiência pode ser amplamente questionada, uma vez que os objetivos do país dominante podem não ser atingidos com o menor custo e a maior agilidade. Países que ocupem a área rosa da figura 13 (acima e à direita) são detentores de grandes volumes de capital militar, político-diplomático/ideológico e econômico. É exatamente nesta área que devemos encontrar o *hegemon*, isto é, aquela potência dominante, que, por ser detentora destes imensos estoques de capital, consegue por si só impingir aos demais os rumos do campo. Alguém duvidaria que se a União Soviética saísse vencedora da guerra fria o atual sistema, iniciado na década de 1990, não teria outra configuração? As regras do jogo não teriam sido outras? Se a França tivesse vencido a disputa com o Reino Unido pela hegemonia mundial, após a derrocada dos Países Baixos em meados do século XVII, ela não teria ofertado outros princípios e diretrizes aos outros participantes?

Na área azul da figura 13 (embaixo e à direita) estão os países com muito capital militar e econômico, mas pouco capital político-diplomático/ideológico. Por serem detentores de amplo poder militar e econômico conseguem dispor de sua soberania em relação ao *hegemon* de forma mais independente do que os demais, embora sua capacidade de influência seja limitada por seus menores recursos políticos e ideológicos. Contudo é nesta região do espaço que estão os desafiantes ao *Hegemon*. Isto é assim porque no sistema mundial a violência simbólica, a despeito de tal relevância, é um recurso secundário, comparado com a força econômico-militar. A reverência cultural entre entidades soberanas existe, mas é limitada. Portanto, o que se impõe é, em última instância, a força bruta.

Se compararmos essa zona com aquela acinzentada (acima e à esquerda na figura 13) iremos perceber que os países que ali estão possuem menos capital militar do que os países que se encontram no polo positivo da componente 1 de maneira que não são efetivamente desafiantes ao *hegemon*. Há neles a acumulação de muito capital econômico, político e ideológico que lhes garante certa soberania, ampliada, sobretudo, pela aliança com o *hegemon*. Em contrapartida os países localizados no quadrante verde (abaixo e a esquerda na figura 13) são os mais desfavorecidos em termos de acumulação de capital. Essas nações contam com muito menos recursos

para subverter a ordem vigente e a sua mudança de posição dentro do campo do sistema mundial é extremamente dificultada, pois as barreiras aplicadas pelos grandes detentores de capital lhes são praticamente intransponíveis em todos os sentidos. A figura 14 contendo o gráfico dos indivíduos revela enfim a atual distribuição dos países da amostra no sistema mundial e rotula as principais diferenças entre eles.

Figura 13 - Gráfico dos indivíduos (campo do sistema mundial)



Fonte: elaboração própria.

Na componente 1, responsável por explicar 30,82% da variância total, temos um quadro que opõe dominantes e dominados, enquanto a componente 2, responsável por explicar 19,89% da variância total, divide as nações entre o ocidente e os não-alinhados. Apesar de EUA e China ocuparem a posição de dominantes ainda não se pode afirmar que exista uma bipolaridade como havia entre EUA e União soviética durante a guerra fria. Não há, hoje em dia, dois blocos sendo regidos por duas potências equivalentes. Se durante a forma estabelecida no pós-segunda guerra era possível considerar que o sistema era composto pelo grupo comunista liderado pelos soviéticos, um grupo capitalista comandado pelos norte-americanos e um grupo

de não-alinhados como eram a China e a Iugoslávia, hoje isso nem de longe pode ser encarado como uma verdade.

O que se tem hoje é os EUA ocupando a posição de *hegemon*, ainda firmemente sustentada pelas razões exposta acima e uma China que se apresenta como desafiante sem conseguir liderar um grupo coeso, pelos motivos que também já expus anteriormente. Outra característica peculiar da atual estrutura do campo é que o desafiante não é uma nação ocupante do centro como preconizado pela teoria do sistema-mundo. Os países centrais acabam sendo protegidos pelo guarda-chuva militar do dominante hegemônico (OTAN). Tanto o centro como os EUA compartilham valores e ideologia muito próximos e já ingressaram na nova formatação do campo com os instrumentos e as instituições adequadas para jogar o jogo.

Já mostrei anteriormente como a China foi criando sua posição de desafiante, todavia ela faz parte do grupo de não-alinhados, que, não só são não-alinhados em relação ao ocidente como a si mesmos. Veja que a diferença de potência e de desafios políticos e ideológicos são tão grandes entre essas nações que expressões como “sul global” são muito difíceis de sustentar. Basta comparar como os interesses dentro do G7 são muito mais homogêneos do que os do BRICS. O G7 é um grupo composto pelo *Hegemon* (EUA) e pelos países de maior dominância dentro do centro (Alemanha, França, Reino Unido, Japão, Itália e Canadá), bem como é complementado pela participação da União Europeia em suas reuniões¹⁰⁸. Como se pode observar, o ocidente (parte positiva da componente 2 na figura 14) é um todo coeso em uma hierarquia bem definida que vai da direita para a esquerda da componente 1.

Isso não ocorre com a parcela de países não-alinhados, pois entre a desafiante China e os países periféricos há duas nações de postulantes ao título de desafiante, Rússia e Índia. Ao mesmo tempo que estes três agentes precisam se unir para conter os avanços do ocidente eles também são concorrentes entre si. É muito difícil a China exercer qualquer tipo de influência em uma Índia tão culturalmente distinta e com razoável nível de poder militar e econômico. A Índia aspira ser a China e a Rússia ainda sente os efeitos de seu passado grandioso em termos de poder impositivo, fato esse que dificulta um alinhamento puro e simples de sua parte com a China.

¹⁰⁸ A União Europeia (UE) tem um status especial no G7. Embora não seja um membro oficial ela participa ativamente das reuniões do grupo desde 1977, sendo representada pelos presidentes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu. Embora não seja contada entre os membros nacionais do G7 sempre é incluída nas discussões e na tomada de decisões sobre questões globais.

Vamos tomar o BRICS como exemplo contraposto ao G7. Ali temos um país que se alça à desafiante do *Hegemon* (China) — apenas com uma preponderância sobre os demais pelo seu gigantismo econômico, já que seu poderio militar é uma espécie de “usina nuclear” que contém uma enorme quantidade de energia potencial na forma de reação nuclear controlada — dois postulantes (Rússia e Índia) a desafiante e outros 6 países periféricos (Brasil, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã). Há certamente uma convergência de interesses econômicos quando comparados estes países ao ocidente devido a sua estrutura econômica deficitária (figura 13) em relação àqueles, todavia a unidade em termos de grupo fica comprometida quando a realidade e as regras do jogo são dadas por aqueles a quem se opõe. A maior parte do discurso Chinês de multipolaridade está atrelada as diferenças referentes a segunda componente (onde a China ainda se encontra em desvantagem) e não à primeira. Por isso a posição chinesa ser contrária ao ingresso da Índia como membro permanente do conselho de segurança da ONU (BRAR, 2024; TRIPATHI, 2024).

Existe um grande paradoxo para as tomadas de posição da China devido à sua posição no campo. Enquanto dominante (repita-se: apenas dominante, não *hegemon*) ela precisa tomar decisões ortodoxas em relação aos não-dominantes, porém como não-alinhada ela necessita se contrapor ao ocidente com atitudes heterodoxas. Por este motivo, ao mesmo tempo que é necessário se aliar à Índia, é também preciso contê-la. Esta contradição não se apresenta aos EUA, haja vista ser a exigência de obstrução um imperativo apenas referente aos países não-alinhados e, assim mesmo, somente no caso de eles optarem por uma possível aliança incondicional com a China. Os EUA não sofrem ataques vindo do centro. Não há interesse dos países centrais em ocupar outras posições.

Se expandirmos o recorte que propus aqui para o início do século XVI, como defendem os teóricos do sistema-mundo, notamos que basicamente é o mesmo núcleo civilizacional que ainda demarca os limites do campo e quem diz qual é o discurso e as ações legítimas. O centro não é só um centro econômico, é também um centro civilizacional. O ocidente (enquanto civilização) transformou a Índia, a China e o Islã e hoje todos competem por posições mais elevadas dentro do campo do sistema mundial sob a égide de valores mais ou menos consagrados como o princípio da soberania, por exemplo. Mesmo que muitos dos dirigentes dos países centrais

pensassem que a nova era, iniciada no fim do século passado, era uma época de pós-soberania (KISSINGER, 2012), porquanto insistissem na ideia de obrigatoriedade de adoção dos valores ocidentais por todas as nações, ninguém mais questionava o Estado-Nação como o sujeito que age (agente) no campo do sistema mundial.

Não é porque os agentes que competem hoje neste campo tenham sido instituídos em 1648 pelos Tratados de Paz de Westfália que nada ocorreu antes disso. Apenas novas regras foram fixadas para o jogo, de modo que novas estruturas pudessem ser criadas a partir de novas relações de poder que, por sua vez, processavam e realizavam um padrão de organização que era expansivo e cada vez mais complexo. Assim, com dados suficientes se poderia analisar o campo do sistema mundial a qualquer época. A única coisa que deve ser evidente é que a nova realidade não apresentará a mesma configuração de antes, pois certamente será expandida e mais complexa.

A respeito dessa configuração e da estrutura deste sistema capitalista cito abaixo um trecho, do início da década de 1980, de um dos principais estudiosos do sistema-mundo que já apontavam àquela época alguma das tendências que são corroboradas pelas análises desenvolvidas neste trabalho. Para Amim (AMIM, 1982, p. 68)

Em todas as fases, podemos observar um núcleo e uma periferia (núcleos e periferias). Em minha opinião, a diferença entre núcleo e periferia é qualitativa e tem sido intransponível desde o final do século XIX. Até então, nas fases mercantilista e capitalista competitiva, havia muitas situações semiperiféricas (usando o termo como Wallerstein) que poderiam ter ascendido ao nível de núcleo. Mas, ao final do século XIX, a extensão da dominação mundial do capital do núcleo já era tal que essa possibilidade foi excluída desde então. Em outras palavras, não existe e nunca haverá um "novo Japão" depois do Japão. É por isso que insisto em chamar a totalidade da época contemporânea, do final do século XIX até o presente, de imperialista.

Faz todo sentido a argumentação de Amim e está em consonância com as posições observadas no espaço onde se desenvolvem as disputas do sistema internacional. Entre centro e periferia não há intermediários como entre há dominantes e dominados. Não podemos dizer que os postulantes a desafiante sejam países semiperiféricos, pois como visto não tendem ao centro. Por isso a China não é o Japão, de modo que a proposição de Amim ainda continua correta. A China sai da periferia para criar a sua própria posição de desafiante como visto anteriormente, mas não para ocupar uma posição central. O Japão modificou sua estrutura interna para se adequar

aos padrões ocidentais, o que lhe garantiu a proteção da potência hegemônica e a sua inserção total na nova ordem mundial. A China não rumará ao centro, pois não há tendências de adaptação de suas instituições aos padrões liberal-democráticos ocidentais. O que os chineses defendem é uma pluralidade no âmbito internacional. A democracia, com valores ocidentais, deve ser cumprida fora das fronteiras. A China compreendeu que quem modela a ordem internacional é o *hegemon* e seus aliados e, que, para fazer parte do jogo, deve respeitar suas regras. Ela não quer fazer parte do ocidente, mas ela quer continuar jogando o jogo proposto pelos ocidentais. A China cresceu e se desenvolveu economicamente e militarmente dentro deste contexto, de maneira que não pretende abandoná-lo. A luta agora é para aumentar o seu *soft power* e o dia que isso acontecer o império do meio renascerá a nível mundial e o ocidente já não mais será o centro.

5. Considerações finais

Este trabalho apresentou uma análise abrangente sobre a estrutura do sistema mundial no século XXI, enfocando as dinâmicas do poder enquanto processo de concreção do padrão de organização. Para isso, o estudo articulou conceitos fundamentais, como padrão de organização, estrutura e processo, conectando-os às noções de continuidade e descontinuidade temporal. Esta interrelação entre eles permitiu confirmar a persistência de um padrão de organização subjacente que assegura a manutenção expansionista do sistema mundial mesmo em face de crises e reestruturações.

No início desta tese procurei construir um arcabouço teórico — descrito detalhadamente no capítulo 2 — calcado em argumentos filosóficos, históricos e sociológicos com o objetivo de fornecer fundamentos claros e coerentes para justificar o recorte analítico realizado na parte empírica. Neste percurso, conceitos fundamentais como padrão de organização, estrutura e processo foram cuidadosamente articulados, destacando a importância da coexistência entre continuidade e descontinuidade na interpretação das dinâmicas sociais e internacionais.

Neste sentido, é possível afirmar que a escolha metodológica exposta no capítulo 3 emerge diretamente dessa base teórica ao defender a utilização de técnicas

estatísticas multivariadas como ferramenta central para a investigação empírica. Isto porque este método possibilita capturar precisamente a complexidade das relações entre variáveis, estruturando categorias e classes de países de maneira coerente com os fundamentos conceituais previamente estabelecidos. Ou seja, baseado nas concepções teóricas anteriormente delineadas, o foco da análise pôde recair única e exclusivamente sobre a estrutura determinada pelo processo de poder.

Dessa forma, o capítulo 4 não representa uma ruptura, mas sim uma aplicação rigorosa dos conceitos e metodologias discutidos anteriormente. Ele materializa a proposta teórica, demonstrando empiricamente como o padrão organizacional identificado — que é contínuo e voltado à expansão — se manifesta por meio de estruturas concretas, dinâmicas e mutáveis ao longo do século XXI. Os resultados encontrados reforçam, portanto, a pertinência da abordagem escolhida, validando o caminho teórico-metodológico que guiou toda a pesquisa. Em suma, a passagem da teoria para a empiria nesta tese não é apenas lógica, mas necessária e justificada pelo objetivo maior do trabalho: oferecer uma visão integrada que une compreensão conceitual à análise prática, esclarecendo como o processo de poder efetivamente molda a configuração atual do sistema mundial.

O Capítulo 2 aprofundou esse debate teórico sobre os elementos chave que guiaram a tese: a continuidade e descontinuidade do tempo, o padrão de organização e a estrutura. Nele estabeleci que a linearidade e a não-linearidade são fenômenos coexistentes na análise do sistema mundial, isto porque a continuidade do tempo está relacionada ao padrão de organização, que se mantém ao longo de diferentes eras históricas, enquanto a estrutura, por sua vez, se transforma conforme a interação de fatores externos e internos, como crises econômicas ou guerras. A discussão sobre o tempo como elemento fundamental tanto para a história quanto para a sociologia é essencial para compreender as mudanças estruturais que ocorrem no sistema mundial, ao mesmo tempo em que garante a permanência de certos padrões de dominação e poder. Também destacou a relevância de uma abordagem metodológica que conecta tempo e espaço para a análise do sistema mundial. A transição da continuidade para a descontinuidade foi explorada como um elemento essencial para compreender a dinâmica de poder e organização. Além disso, as ferramentas analíticas apresentadas fornecem uma base sólida para a investigação das relações e estruturas globais, assegurando que os aspectos teóricos e empíricos dialoguem de

maneira coerente. Assim, a metodologia desenvolvida neste capítulo oferece uma estrutura robusta para abordar os desafios e complexidades do sistema mundial no século XXI, guiando as análises dos capítulos subsequentes.

O capítulo 3 apresentou uma abordagem metodológica baseada em estatística multivariada para explorar as complexas relações entre variáveis no contexto do sistema mundial. As técnicas de análise de agrupamentos (clusters) e de componentes principais (ACP) permitiram identificar padrões latentes e categorizar países de acordo com características compartilhadas. Essa combinação de métodos revelou-se eficaz para reduzir a dimensionalidade dos dados sem perder a riqueza de informações, fornecendo um panorama abrangente das dinâmicas sociais e internacionais. Essas ferramentas, ao integrarem o rigor estatístico com a análise sociológica, não apenas enriquecem a compreensão dos dados, mas também oferecem uma base sólida para a interpretação dos resultados apresentados nos capítulos seguintes. A metodologia estatística exploratória demonstrou ser indispensável para iluminar as estruturas e processos que sustentam o sistema mundial contemporâneo.

No Capítulo 4, ao fim, foram apresentados os resultados da pesquisa, nos quais exploramos como os padrões de organização e as estruturas de poder se manifestam concretamente no sistema mundial contemporâneo. A partir de uma análise multivariada dos dados, foi possível identificar a existência de uma hegemonia global, com as nações de maior poder econômico e militar, como os Estados Unidos e a China, mantendo-se em posições dominantes, enquanto as nações periféricas continuam a enfrentar barreiras estruturais significativas para sua ascensão. O capítulo também discutiu como a distribuição de poder entre as nações é influenciada por fatores econômicos, militares e ideológicos, destacando o papel do *soft power* como uma ferramenta cada vez mais relevante para as potências globais. Além disso, foi possível identificar a emergência de novas tentativas de exercício do poder, como o bloco BRICS, que, embora enfrente desafios internos, representa um experimento com o intuito de “bagunçar” a configuração hegemônica do sistema mundial.

Ao longo de todos esses capítulos, fica claro que o sistema mundial é caracterizado por uma dialética entre continuidade e mudança. O padrão de organização, embora aparente estabilidade, é constantemente desafiado por eventos disruptivos, como crises econômicas e conflitos geopolíticos. A estrutura do sistema

mundial, por sua vez, é altamente dinâmica, respondendo às pressões internas e externas de maneira imprevisível, como demonstrado pela análise dos resultados obtidos. Nesse sentido, a combinação entre os aspectos teóricos e empíricos foi crucial para a compreensão das dinâmicas de poder que moldam o sistema mundial.

Ao refletir sobre o conteúdo apresentado nos capítulos, a tese nos mostra que a sociologia tem um papel fundamental na compreensão das estruturas de poder global. Ao analisar as interações entre os conceitos de tempo, estrutura e processo, a sociologia oferece ferramentas teóricas para compreender a permanência e a mudança no sistema mundial. Como vimos ao longo dos capítulos, o poder, seja ele econômico, político, militar ou ideológico, está no centro dessas dinâmicas, e sua distribuição entre os Estados reflete os desequilíbrios estruturais que têm origem em padrões históricos de acumulação de riqueza e controle político.

É importante destacar, no entanto, que a tese também reconhece as limitações da análise do sistema mundial. A complexidade das interações entre os diferentes atores globais, a imprevisibilidade de fatores externos, como mudanças climáticas e crises sanitárias, e a volatilidade das relações políticas tornam difícil prever com precisão o futuro do sistema mundial. No entanto, é possível afirmar que, apesar das incertezas, as tendências observadas sugerem que a competição pelo poder global continuará a ser um elemento central nas relações internacionais.

Um dos grandes méritos desta pesquisa foi demonstrar que, embora as potências globais pareçam imbatíveis em muitos aspectos, as nações periféricas possuem margens de manobra que podem ser exploradas para alcançar maior relevância no cenário internacional. As transformações tecnológicas, por exemplo, oferecem novas oportunidades para o desenvolvimento de capacidades estratégicas em áreas como inovação e diplomacia digital, o que pode permitir que essas nações aumentem sua influência global sem necessariamente se envolverem em conflitos diretos com as potências estabelecidas.

Ao concluir esta tese, reafirma-se a relevância do estudo do sistema mundial para a compreensão das relações de poder globais. As análises aqui desenvolvidas permitiram traçar um panorama abrangente das dinâmicas de dominação e subordinação que caracterizam o sistema mundial contemporâneo, ressaltando a importância de fatores históricos, econômicos e ideológicos na configuração do poder global. Neste sentido posso afirmar que **a hipótese não se confirma em sua**

integralidade para a estrutura das relações sociais firmadas dentro do sistema mundial no século XXI, pois, o poder concentrado pela hegemonia Norte-Americana se alia aos países centrais — ao invés de contrapô-los — para não só opor o ocidente ao resto do mundo (periferia) como para se fortalecer frente às ambições da desafiante China — que não se enquadra nas mais usuais categorizações de país central.

Entretanto, cabe ressaltar que o sistema mundial é altamente dinâmico e suas estruturas estão em constante evolução. Os eventos recentes, como a ascensão da China, a crise da União Europeia e as mudanças nas políticas dos Estados Unidos, indicam que o futuro do sistema mundial será marcado por disputas cada vez mais intensas pela hegemonia global. Nesse contexto, a sociologia continuará a desempenhar um papel crucial na análise dessas dinâmicas, fornecendo *insights* valiosos sobre os processos de mudança estrutural e as novas configurações de poder que emergirão nos próximos anos.

Em suma, esta tese contribui para o debate sobre as transformações no sistema mundial ao enfatizar que, embora as estruturas de poder pareçam estáveis em alguns momentos, elas estão sempre sujeitas a processos de mudança e reestruturação. A capacidade de adaptação dos atores globais, a interação entre fatores econômicos e culturais, e as novas formas de exercício de poder, como o *soft power*, serão fundamentais para determinar a configuração futura do sistema mundial.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before european hegemony: the world system A.D. 1250-1350**. New York: Oxford University Press, 1959.

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Income distribution, political instability, and investment. **European Economic Review**, v. 40, n. 6, p. 1203-1228, 1996.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.

ALLESCH, Christian G. The space of landscape and the space of geography: rereading Erwin Straus' phenomenology of spatial perception. In: SVOBODOVÁ, Hana. **Cultural aspects of landscape**. Wageningen: Pudoc, 1990. p. 17-23.

AMABLE, Bruno. **The Diversity of Modern Capitalism**. Oxford: Oxford University

Press, 2003.

AMIM, Samir. Crisis, nationalism, and socialism. In: AMIN, Samir, *et al.* **Dynamics of global crisis**. New York: Monthly Review Press, 1982. p. 167-232.

ANDERSON, Perry. Sinomania. **London Review of books**, v. 32, n. 2, 2010.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Lisboa: Edições 70, 2021.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

AWASS, Omer. Outlines of a global power-field (GPF) theory (Part 1): mapping the dynamics of the modern world-system and its penetration in the middle east c. 1850-1950. **Journal of World-Systems Research**, v. 27, n. 2, p. 545-565, 2021.

AYMARD, Maurice. Uma certa paixão pela França, uma certa ideia da história. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Campinas: Papyrus, 1989. p. 63-77.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988.

BEKKEVOLD, Jo I.; TUNSJØ, Øystein. The geopolitical foundations for U.S. strategy in a new U.S.–China bipolar system. **China International Strategy Review**, v. 4, p. 39-54, 2022.

BELLMAN, Richard. **Adaptative control processes**: a guide tour. Princeton: Princeton University press, 1961.

BENSMAIL, Halima *et al.* Inference in model-based cluster analysis. **Statistics and Computing**, v. 7, p. 1-10, 1997.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. [S.l.]: Convivim, 2023.

BERNARD, Aude *et al.* Comparing internal migration across the countries of Latin America: a multidimensional approach. **PLoS ONE**, v. 12, n. 3, 2017.

BLOOM, David E.; WILLIAMSON, Jeffrey G. Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. **The World Bank Economic Review**, v. 12, n. 3, p. 419-455, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos das ciências sociais**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4,

n. 6, p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral: lutas de classificação**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral: habitus e campo**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2021.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BRAR, Aadil. Why China Wants to Be Asia's Only UN Security Council Member. **Newsweek**, 2024. Disponível em: <https://www.newsweek.com/china-india-united-nations-security-council-members-1870215>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRAUER, W.; ROZENBERG, Grzegorz; SALOMAA, Arto. **Abstract computing machines**. Berlin: Springer, 2005.

BROWN, George S. **Laws of form**. New York: The Julian Press, 1972.

CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. **Pour une nouvelle sociologie classique**. Lormont: Le Bord de l'eau, 2016.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CIBOIS, Philippe. Analyse des données et sociologie. **L'Année Sociologique**, v. 31, p. 333-348, 1981.

DAGEVOS, Hans; VOORDOUW, Jantine. Sustainability and meat consumption: is reduction realistic? **Sustainability: Science, Practice and Policy**, v. 9, n. 2, p. 60-69, 2013.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Statistics without maths for psychology**. 5ª.

ed. Harlow: Pearson, 2011.

DUBES, Richard; JAIN, A.K. Clustering methodologies in exploratory data analysis. **Advances in Computers**, v. 19, p. 113-228, 1980.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9ª. ed. Barcarena: Editorial Presença, 2004.

DURRANI, Awais A. The Geostrategic Significance of China's Engagement in Pakistan: A Regional Outlook. **Journal of social sciences review** , v. 3, n. 4, 2023.

EKHOLM, Kristian; FRIEDMAN, Jonathan. "Capital" imperialism and exploitation in ancient world systems. In: FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. **The world system: five hundred years or five thousand?** New York: Routledge, 1993. p. 59-80.

ELIGÜZEL, Nazmiye; AYDOGAN, Sena; ELIGÜZEL, İbrahim M. Clustering application and evaluation of the countries' word risk and climate risk indices. **International Journal of Applied Mathematics Electronics and Computers**, v. 11, n. 1, p. 13-19, 2023.

FÁVERO, Luiz P.; BELFIORE, Patrícia. **Análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERGUSON, Niall. **Empire: How Britain made the modern world**. New York: Penguin, 2004.

FIORI, José L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, n. 2, p. 157-183, 2009.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, 2012.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A theory of fields**. New York: Oxford, 2012.
FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. p. 79-96.

FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. The 5,000-year world system: an interdisciplinary introduction. In: FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. **The world system: five hundred years or five thousand**. New York: Routledge, 1993a. p. 3-58.

FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. The cumulation of accumulation. In: FRANK, Andre G.; GILLS, Barry K. **The world system: five hundred years or five thousand**. New York: Routledge, 1993b. p. 81-114.

FREEMAN, Duncan. China and the geopolitics of the energy transition. In: SCHOLTEN, Daniel. **Handbook on the Geopolitics of the Energy Transition**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2023. p. 420-430.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. London: Penguin Books, 2012.

FULLER, Timothy. Introdução. In: OAKESHOTT, Michael. **A política da fé e a política do ceticismo**. São Paulo: É Realizações, 2018. p. 29-54.

GELLNER, Ernest. **Thought and change**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1964.

GEORGE, Michele. **The roman domestic architecture of Northern Italy**. Oxford: BAR Publishing, 1997.

GIANNOTTI, José A. Consideração sobre o método. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política — Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 86-108.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIORDANI, Paolo; FERRARO, Maria B.; MARTELLA, Francesca. **An introduction to clustering with R**. Singapore: Springer, 2020.

GISSINGER, Ranveig; GISSINGER, Ranveig. Globalization and Conflict: Welfare, Distribution, and Political Unrest. **Journal of World-Systems Research**, v. 5, n. 2, p. 325-365, 1999.

GOLDFRANK, Walter L. Paradigm Regained? The Rules Of Wallerstein's World-System Method, v. 6, n. 2, p. 150-195, 2000.

GREENACRE, Michael. **Correspondence analysis in practice**. 2ª. ed. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 2007.

GRIBBLE, James N.; BREMNER, Jason. Achieving a demographic dividend. **The Population Bulletin**, v. 67, n. 2, 2012.

GURVITCH, Georges. Continuité et discontinuité en histoire et en sociologie. **Annales**, v. 12, n. 1, p. 73-84, 1957.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Editora WMP Martins Fontes, v. 1, 2012.

HAIR JR., Joseph F. *et al.* **Multivariate data analysis**. 8ª. ed. Andover: CENGAGE, 2019.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. An introduction to varieties of capitalism. In: HALL, Peter A.; SOSKICE, David. **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HARTIGAN, John A. Statistical theory in clustering. **Journal of Classification**, v. 2, p. 63-76, 1985.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópoles: Vozes, v. 2, 2005.

HUANG, Yasheng. **Capitalism with Chinese characteristics**: entrepreneurship and the state. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HUNG, Ho-fung. **The China boom**: why China will not rule the world. New York: Columbia University Press, 2015.

HUTTENBACK, Robert A. A Historical Note on the Sino-Indian Dispute over the Aksai Chin. **The China Quarterly**, v. 18, p. 201-207, 1964.

JACOBS, Lindsay M.; VAN ROSSEM, Ronan. The rising powers and globalization: structural change to the global system between 1965 and 2005. **Journal of World-Systems Research**, v. 22, n. 2, p. 373-403, 2016.

JACQUES, Martin. **When China rules the world**: the end of the western world and the birth of a new global order. New York: The Penguin Press, 2009.

JINPING, Xi. Resolution on CPC Central Committee report. **China Daily**, 2017. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-10/25/content_33675880.htm. Acesso em: 16 abr. 2024.

JINTAO, Hu. Hu Jintao's report at 17th Party Congress. **China.org.cn**, 2007. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm#7>. Acesso em: 15 abr. 2024.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 127-176.

JOHNSON, Richard A.; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6ª. ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2007.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KICK, Edward L.; DAVIS, Byron L. World-system structure and change: an analysis of global networks and economic growth across two time periods. **American Behavioral Scientist**, v. 44, n. 10, p. 1561-1578, 2001.

KIM, Dae-Won; LEE, Kwang H.; LEE, Doheon. On cluster validity index for estimation of the optimal number of fuzzy clusters, v. 37, n. 10, p. 2009-2025, 2004.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LE ROUX, Brigitte; ROUANET, Henry. **Geometric data analysis**. New York: Springer Science, 2005.

LEBARON, Frédéric. L'analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique: Le cas de la sociologie de Bourdieu. **Revue Modulad**, Paris, n. 42, p. 103-109, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Introducción a la teoría de sistemas**. Ciudad de Mexico: Universidad Iberoamericana, 2002.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MAILLARD, Alain. Les temps de l'historien et du sociologue: retour sur la dispute Braudel-Gurvitch. **Cahiers internationaux de sociologie**, v. 119, n. 2, p. 197-222, 2005.

MANN, Michael. **As fontes do poder social: uma história do poder desde o início até 1760 d.c.** Petrópolis: Vozes, v. 1, 2020.

MANN, Michael. **As fontes do poder social: o surgimento das classes e dos estados-nações, 1760-1914**. Petrópolis: Vozes, v. 2, 2022.

MANNING, Christopher D.; RAGHAVAN, Prabhakar; SCHÜTZE, Hinrich. **Introduction to Information Retrieval**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. **Escola de Diálogo de São Paulo**, 1999. Disponível em: <http://escoladedialogo.com.br/escoladedialogo/index.php/biblioteca/artigos/autopoies-e-cultura-e-sociedade/>. Acesso em: 18 maio 2024.

MARTI, Luisa; PUERTAS, Rosa. Influence of environmental policies on waste treatment. **Waste Management**, v. 126, p. 191-200, 2021.

MARUTHO, Dendra *et al.* **The determination of cluster number at k-mean using elbow method and purity evaluation on headline news**. 2018 International Seminar on Application for Technology of Information and Communication. Semarang: [s.n.]. 2018. p. 533-538.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política — Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. [S.l.]: Montecristo, 2021.

MASSONI, Neusa T. Ilya Prigogine: uma contribuição à filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 30, n. 2, 2008.

MASTERMAN, Margaret. The nature of paradigm. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. **Criticism and the growth of knowledge: proceedings of the international colloquium in the philosophy of science**, London, 1965, volume 4. London: Cambridge University Press, 1970. p. 59-90.

MATOS, Daniel A. S.; RODRIGUES, Erica C. **Análise fatorial**. Brasília: Enap, 2019.

MATURANA, Humberto. Veinte años después: Prefácio de Humberto Maturana R. a

la segunda edición. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos: autopoiesis — la organización de lo vivo**. 5ª. ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1998. p. 9-33.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos: autopoiesis — la organización de lo vivo**. 5ª. ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1998.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais: pensamento político**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

MOODY, James. Peer influence groups: identifying dense clusters in large networks. **Social Networks**, v. 23, n. 4, 2001.

MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Lisboa: Europa-América, v. 1, 1997.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco M.; SILVA, Juremir M. **Para navegar no século XXI**. 3ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 13-36.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORINEAU, Michel. Um grande projeto: civilização material, economia e capitalismo. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Campinas: Papyrus, 1989. p. 31-62.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 25, p. 165-175, 2006.

NEEDHAM, Joseph. Poverties and triumphs of the Chinese scientific tradition. In: CROMBIE, A. C. **Scientific Change: historical studies in the intellectual, social and technical conditions for scientific discovery and technical invention, from antiquity to the present**. London: Heinemann, 1961. p. 117-153.

NEMETH, Roger J.; SMITH, David A. International trade and world-system structure: a multiple network analysis. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 8, n. 4, p. 517-560, 1985.

NERI, Laura *et al.* Evaluating dynamics of national economies through cluster analysis within the input-state-output sustainability framework. **Ecological Indicators**, v. 72, p. 77-90, 2017.

NEVES, Marcelo. Os Estados no centro e os Estados na periferia: Alguns problemas com a concepção de Estados da sociedade mundial em Niklas Luhmann. **Revista de Informação Legislativa**, n. 206, p. 111-136, 2015.

NOGUERA, José A. El mito de la sociología como ciencia multiparadigmática. **Isegoría**, n. 42, p. 31-53, 2010.

NORTH, Douglas. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUGENT, Colleen; SHANDRA, John M. State environmental protection efforts, women's status, and World Polity. **Organization & Environment**, v. 22, n. 2, p. 208-229, 2009.

NYE, Joseph S. **The future of power**. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, Joseph S. Soft power: the origins and political progress of a concept. **Palgrave Communications**, v. 3, n. 1, p. 1-3, 2017.

OAKESHOTT, Michael. **A política da fé e a política do ceticismo**. São Paulo: É Realizações, 2018.

OLSEN, Sam; MATTHEWS, William. The Geopolitics of China. In: COPE, Zak. **The Palgrave Handbook of Contemporary Geopolitics**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2024. p. 1-23.

PAQUOT, Thierry. Prefácio: um convite à história. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. p. 7-11.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PERKINS, Dwight H.; SYRQUIN, Moshe. Large countries: the influence of size. In: CHENERY, H.; SRINIVASAN, T. N. **Handbook of development economics**. North Holland: Elsevier, v. 2, 1989. p. 1692-1753.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

PORTLAND PR LIMITED. **The soft power 30: A global ranking of soft power**. USC Center on Public Diplomacy. London. 2019.

RENFREW, Colin. **The emergence of civilisation: the Cyclades and the Aegean in the third millennium BC**. Oxford: Oxbow Books, 2011.

RITZER, George. **Sociological theory**. 8. ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

ROBERTS, James A. Profiling levels of socially responsible consumer behavior: a cluster analytic approach and its implications for marketing. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 3, n. 4, p. 97-117, 1995.

ROMESBURG, H. C. **Cluster analysis for researchers**. Belmont: Lifetime Learning Publications, 1984.

RONEN, Simcha; SHENKAR, Oded. Mapping world cultures: cluster formation, sources and implications. **Journal of International Business Studies**, v. 44, p. 867-897, 2013.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. New York: Routledge, 2014.

SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2020.

SCHABAS, William A. **The International Legal Order's Colour Line: Racism, Racial Discrimination, and the Making of International Law**. New York: Oxford Academic, 2023.

SCHAFER, J. L. **Analysis of incomplete multivariate data**. London: Chapman & Hall, 1997.

SCHEIDEL, Walter. Demography. In: SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard. **The Cambridge economic history of the greco-roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 38-86.

SEO, Ki-Weon *et al.* Drift of Earth's pole confirms groundwater depletion as a significant contributor to global sea level rise 1993–2010. **Geophysical Research Letters**, 50, n. 12, 2023. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2023GL103509>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SEVASTOPULO, Demetri; FLEMING, Sam. Netherlands and Japan join US in restricting chip exports to China. **Financial Times**, 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/baa27f42-0557-4377-839b-a4f4524cfa20>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SEWELL JR., William H. **Logics of history: social theory and social transformation**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

SHAMBAUGH, David. China's Soft-Power Push: The Search for Respect. **Foreign Affairs**, v. 94, n. 4, p. 99-107, 2015.

SHEFNER, Jon; ROWLAND, Aaron; PASDIRTZ, George. Austerity and Anti-Systemic Protest: Bringing Hardships Back In. **Journal of World-Systems Research**, v. 21, n. 2, p. 460-494, 2015.

SIMMEL, George. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo. **George Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-58.

SMITH, David A.; WHITE, Douglas R. Structure and dynamics of the global economy: network analysis of international trade 1965-1980. **Social Forces**, v. 70, n. 4, p. 857-893, 1992.

SODRÉ, Muniz. Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz

Muniz Sodré. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/aceito-a-expressao-mas-racismo-nao-e-estrutural-no-brasil-diz-muniz-sodre.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SOMBART, Werner. **Os judeus e a vida econômica**. São Paulo: Unesp, 2014.

SOUZA, Rodrigo C. D. **Ensaio sobre as transformações das finanças públicas brasileiras**. 2016: Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

STEIBER, Steven R. The world system and world trade: an empirical exploration of conceptual conflicts. **The Sociological Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 23-36, 1979.

STEIBER, Steven R. Quantitative models and methods for world-system analysis. **The Sociological Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 295-305, 1980.

STEVENS, James. **Applied multivariate statistics for the social sciences**. 5ª. ed. New York: Routledge, 2009.

STRAUSS, Erwin. **The primary world of senses**. London: Macmillan, 1963.

SWARTS, David L. Review: Theorizing fields. **Theory and society**, v. 43, n. 6, p. 675-682, 2014.

SYAKUR, MA *et al.* **Integration K-means clustering method and elbow method for identification of the best customer profile cluster**. IOP conference series: materials science and engineering 336. Surabaya: [s.n.]. 2018.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. New York: Dover Publications, v. 2, 1958.

TRIPATHI, Dhananjay. 4 Obstacles to India Joining the UN Security Council. **The Diplomat**, 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/09/4-obstacles-to-india-joining-the-un-security-council/>. Acesso em: 24 out. 2024.

TURCHIN, Peter *et al.* Rise of the war machines: Charting the evolution of military technologies from the Neolithic to the Industrial Revolution. **PLOS ONE**, v. 16, n. 10, 2021.

VAN ROSSEM, Ronan. The world system paradigm as general theory of development: a cross-national test. **American Sociological Review**, v. 61, p. 508-527, 1996.

VARELA, Francisco. Veinte años después: Prefácio de Francisco J. Varela García a la segunda edición. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos: autopoiesis — la organización de lo vivo**. Santiago: Editorial Universitaria, 1998. p. 34-61.

VENTURA, Antonino. Il tempo nel pensiero di Gaston Bachelard. **Rivista di Filosofia Neo-scolastica**, v. 76, n. 1, p. 98-121, 1984.

VIEIRA, Pedro A.; VIEIRA, Rosângela D. L.; FILOMENO, Felipe A. Introdução: passado, presente e futuro da análise dos sistemas-mundo no Brasil. In: VIEIRA, Pedro A.; VIEIRA, Rosângela D. L.; FILOMENO, Felipe A. **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 7-14.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

VOIGT, André F. Um debate sobre a descontinuidade temporal: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel e Georges Gurvitch. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 13, p. 188-203, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. El acenso y futura decadencia del sistema-mundo capitalista: conceptos para un análisis comparativo. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos**. Madrid: Akal, 1972. p. 85-114.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The politics of the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimónicos**. 2. ed. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. 2. ed. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, v. 1, 2011a.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750**. Ciudad de México: Siglo XXI, v. 2, 2011b.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, Pedro A.; VIEIRA, Rosângela D. L.; FILOMENO, Felipe A. **O Brasil e o capitalismo histórico**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 17-28.

WANG, Zhe *et al.* How do international student returnees contribute to the development of their home countries? A systematic mapping and thematic synthesis. **International Journal of Educational Research** , v. 125, 2024.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, 1991.

YORK, Richard; ERGAS, Christina. Women's status and world-system position: an exploratory analysis. **Journal of World-Systems Research**, v. 17, n. 1, p. 147-164, 2011.

ZELNY, Jindrich. **La estructura lógica de el capital de Marx**. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1978.

ZHANG, Hong; HUNG, Ho-fung. Clash os empires: a conversation with Ho-fung Hung. **Global China Pulse**, v. 1, n. 1, 2022.